

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO **205** Jul.-dez.
2023

Angelo Mário Cerqueira de Almeida
O que esperamos para o desenvolvimento
Econômico da Bahia em 2024?

A reprimarização da economia
brasileira à luz do debate liberal da
economia política clássica

Governança em parcerias público-privadas:
limites e desafios da gestão de riscos da
Secretaria de Saúde do Estado da Bahia

CARLOS HENRIQUE PASSOS

OS IMPACTOS DA
NEOINDUSTRIALIZAÇÃO E OS
DESAFIOS DA ECONOMIA
VERDE NA BAHIA



C&P₂₀₅ jul./dez. 2023

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

INSTITUCIONAL

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
Jerônimo Rodrigues Souza

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
Cláudio Ramos Peixoto

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
José Acácio Ferreira

DIRETORIA DE ESTUDOS
Edgard Porto Ramos

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICA
Armando Affonso de Castro Neto

DIRETORIA DE INFORMAÇÕES GEOAMBIENTAIS
Cláudio Emílio Pelosi Laranjeira

DIRETORIA DE PESQUISAS
Rodrigo Barbosa de Cerqueira

FICHA TÉCNICA

Diretoria responsável
Diretoria de Indicadores e Estatística

Editoria-geral
Elisabete Cristina Teixeira Barretto Guanaes

Editoria Científica
Luiz Mário Ribeiro Vieira
Elissandra Alves de Britto

Conselho Editorial
Aloísio Machado da Silva Filho, Andréa da Silva Gomes, Antônio Plínio,
Pires de Moura, Edmundo Sá Barreto Figuerôa, Gervásio Ferreira dos
Santos, Gildásio Santana Júnior, Jackson Ornelas Mendonça, José Ribeiro
Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Mayara Mycheila Sena
Araújo, Ranieri Muricy, Rosembergue Valverde de Jesus, Thiago Reis Góes

Corpo Técnico
Arthur de Souza Cruz
Carla Janira Souza do Nascimento
Maria Margarete de Carvalho Abreu Perazzo
Rosângela Conceição
Zélia Maria de Carvalho Abreu Góis
Pedro Henrique Ferreira Matos (estagiário)

Editoria de Arte
Produção
Ludmila Nagamatsu

Normalização
Eliana Marta Gomes da Silva Sousa
Patrícia Fernanda Assis da Silva

Revisão de Linguagem
Laura Dantas

Projeto Gráfico
Nando Cordeiro, Vinícius Luz

Editoração
Autor Visual/Perivaldo Barreto

Ilustrações
Vinícius Luz
Beatriz Viana (estagiária)

A *Conjuntura & Planejamento* é uma publicação semestral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia. Todos os números podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu Publicações SEI.

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que a fonte original seja creditada de forma explícita.

Esta publicação está indexada no *Library of Congress*, *Ulrich's Periodicals Directory* e no sistema Qualis da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia. n. 2 (jun. 1994) -. Salvador:
SEI, 2023.
n. 205
Semestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: mensal
até o número 154; trimestral até o número 189.
ISSN 1413-1536
EISSN 2594-4290

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência
de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(814.2)



SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA



SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO

Av. Luiz Viana Filho, 435 – 4ª Avenida – 2º And. – CAB
Cep: 41.750-300 – Salvador – Bahia
Tel.: (71) 3115 4823/4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br
sei@sei.ba.gov.br

4 CARTA DO EDITOR**6 ECONOMIA EM DESTAQUE****33 ENTREVISTA****ARTIGOS****43 A REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA À LUZ DO
DEBATE LIBERAL DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA**

Luiza Mascarenhas Soares

**67 GOVERNANÇA EM PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS: LIMITES E DESAFIOS
DA GESTÃO DE RISCOS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA**

Renata Melo Pamphilo

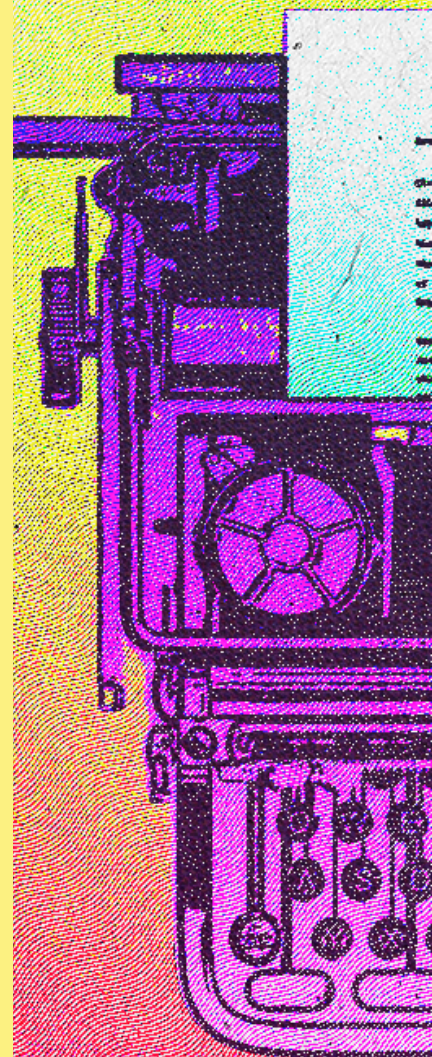
Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro

**85 TRABALHO E RENDA EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS
NA BAHIA: AS INIQUIDADES PERMANECEM?**

Carlos Marlon Lopes Costa

Leonardo Moura Lima Calmon de Siqueira

Laumar Neves de Souza

108 PONTO DE VISTA**112 LIVROS****114 CONJUNTURA ECONÔMICA BAIANA****124 INDICADORES CONJUNTURAIS****124 INDICADORES ECONÔMICOS****132 FINANÇAS PÚBLICAS**

CARTA DO EDITOR

A revista *Conjuntura & Planejamento* (C&P) traz à reflexão temas que remetem ao planejamento da atividade econômica em 2023 e os seus desafios, bem como questões de caráter estrutural. Por meio de uma abordagem objetiva, concomitante a uma riqueza de informações, a edição 205 é marcada pela versatilidade na exploração de assuntos que vão desde aspectos mais tradicionais da teoria econômica a questões da atualidade, como a Indústria 4.0 e a nova realidade da descarbonização e da economia verde.

Nesta edição, a análise da atividade econômica em 2023 aponta que as principais economias mundiais continuaram inseridas em um ambiente de alta pressão inflacionária com forte aperto monetário. No Brasil não foi diferente. É nesse contexto que a equipe de conjuntura, na seção *Economia em Destaque*, analisa o cenário, bem como os desafios e as perspectivas da economia baiana ao longo do referido ano. De acordo com as suas informações, no acumulado do ano até setembro, a Bahia apresentou a maioria dos indicadores econômicos com sinal positivo e ritmo moderado de crescimento da atividade econômica. Entretanto, o cenário continua instável devido a fatores que tornam incerto o ritmo de crescimento para o último trimestre de 2023. Nesse aspecto, em 2024, o alcance de um ambiente econômico mais equilibrado, com investimentos impulsionando a dinâmica da atividade econômica do estado, dependerá de como o nível dos preços, as taxas de juros, o equilíbrio nas contas públicas e a confiança de empreendedores vão se comportar.

Entre as contribuições, destaca-se, na seção Ponto de Vista, a reflexão do secretário de Desenvolvimento Econômico da Bahia, Angelo Mário Cerqueira de Almeida, sobre as expectativas para a economia da Bahia em 2024. Para embasar a sua análise, o secretário elenca aspectos positivos e avanços alcançados pelo estado no atual governo, destacando três elementos fundamentais. O primeiro é o enfoque na política de reindustrialização ou neindustrialização incentivada pelo governo federal; o segundo é a sinergia entre os governos federal e estadual, que se materializará em desenvolvimento de projetos estruturantes para a Bahia, e o terceiro é dinâmica vinda do interior do estado, impulsionada pelo agronegócio, o desenvolvimento tecnológico, a agricultura familiar, as obras de infraestrutura e a implantação de parques eólicos e solares, o que alimenta a esperança, contribui para a criação de empregos e a geração de riqueza. Outro aspecto pontuado por Almeida é o debate acerca da transição energética, necessário para o processo de discussão e combate às mudanças climáticas. Segundo o autor, o mundo desenvolvido aponta o hidrogênio verde como a nova matriz

energética mundial, já denominando-o de ouro verde e seus derivados, que serão capazes de nos entregar combustíveis, fertilizantes e produtos de aço verdes, gerando, portanto, uma nova economia: a economia do futuro. Nesse cenário, a Bahia tem diferencial e uma capacidade extraordinária de ser protagonista mundial na produção desse novo modelo de economia.

A seção *Entrevista*, por sua vez, traz a contribuição de Carlos Henrique Passos, presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), que analisa o processo de desindustrialização vivenciado pela indústria brasileira e baiana. Na sua avaliação, esse movimento representa um obstáculo para o crescimento econômico do país. Dentre as suas abordagens, ele destaca o Custo Brasil, que resulta em perda de competitividade para a indústria nacional, e os desafios enfrentados pela Indústria 4.0, além de discorrer sobre a quarta revolução tecnológica, as mudanças climáticas e a concorrência internacional. Como enfrentamento dos desafios globais, aponta para a construção de uma nova política industrial, focada na neointustrialização; a aprovação da reforma tributária; a desoneração dos investimentos e o programa de depreciação acelerada. No que se diz respeito à nova realidade de descarbonização e da economia verde, o novo desafio para a indústria é, conforme a sua análise, além de produzir com alto grau de competitividade, encontrar formas de produção economicamente viáveis que sejam compatíveis com o mínimo de impacto ambiental. E essa seria uma oportunidade de mudança de patamar para a Bahia, pois o estado possui grande potencial para a produção de energia renovável, especialmente proveniente de fonte eólica e solar. Em função dessa disponibilidade de recursos de energia renovável de baixo custo, a Bahia é considerada uma região potencialmente propícia ao desenvolvimento de hidrogênio verde.

Entre os artigos que integram este número da revista está o de Luiza Mascarenhas Soares, intitulado *A reprimarização da economia brasileira à luz do debate liberal da economia política clássica*. Nesse trabalho, a autora chama atenção para os debates gerados a respeito do processo de reprimarização da economia brasileira, que, de uma forma geral, produzem perspectivas mais imediatas e dissociadas da economia política clássica. Têm-se também mais dois outros trabalhos intitulados *Governança em parcerias público-privadas: limites e desafios da gestão de riscos da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia*, de Renata Melo Pamphilo e Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro, e *Trabalho e renda em comunidades quilombolas na Bahia: as iniquidades permanecem?*, de Carlos Marlon Lopes Costa, Leonardo Moura Lima Calmon de Siqueira e Laumar Neves de Souza. Enquanto o primeiro analisa os limites e desafios da gestão de riscos da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab) a partir dos arranjos institucionais de governança implementados nas parcerias público-privadas (PPP) de saúde, o segundo faz uma abordagem dos aspectos sociais que envolvem algumas questões relacionadas ao trabalho e à renda em 13 comunidades quilombolas localizadas na região da Chapada Diamantina - Bahia.

Assim, a edição 205 da C&P oferece discussões de caráter estruturante sobre o planejamento e os desafios para as economias brasileira e baiana em 2024. Nesse aspecto, a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), sem a pretensão de esgotar o assunto ou emitir juízo de valor sobre as questões aqui discutidas, convida o leitor a fazer uma reflexão sobre as variáveis que vão afetar a economia nos âmbitos nacional e estadual nos próximos anos.



CONTEXTO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA ECONOMIA BAIANA EM 2023¹

Arthur Cruz

Especialista em Economia pela Universidade Salvador (Unifacs), graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Produção de Informações Econômicas, Sociais e Geoambientais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). <https://orcid.org/0009-0004-8308-404X>. arthurcruz@sei.ba.gov.br

Carla do Nascimento

Mestra em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). <https://orcid.org/00009-0007-2320-6844>. carlajanira@sei.ba.gov.br

Elissandra Britto

Mestra em Economia e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). <https://orcid.org/0009-0009-8434-9309>. elissandra@sei.ba.gov.br

Rosângela Conceição

Mestra em Administração pela Universidade Salvador (Unifacs), especialista em Auditoria Fiscal pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb), graduada em Matemática pela Universidade Católica de Brasília (UCB) e em Economia pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). <https://orcid.org/0009-0004-9657-2309>. rosangela@sei.ba.gov.br

<http://doi.org/10.56839/cp.11205.1>

Em 2023, as principais economias mundiais continuaram inseridas em um ambiente de alta pressão inflacionária com forte aperto monetário. A política monetária contracionista e uma confluência de fatores de curto prazo – mercado de trabalho aquecido, tensões geopolíticas, alto endividamento público – contribuíram para a desaceleração da atividade econômica em muitas das economias. O Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos registrou alta anualizada de 5,2% no terceiro trimestre deste ano. Grande parte do inesperado crescimento da atividade econômica aconteceu devido à força do consumo do país, ancorada em um mercado de trabalho resiliente, com taxa de desemprego historicamente baixa. A inflação americana, apesar de estar em níveis elevados (3,2% em outubro), manteve trajetória de queda, embora distante da meta (2,0%) (PIB [...], 2023b).

¹ Este artigo contou com a colaboração de Zélia Góis, economista e analista técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), e Luiz Mário Ribeiro Vieira, mestre em Economia e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) estadual.



Na China, a atividade econômica cresceu 5,2% no acumulado do ano até setembro, em comparação com o mesmo período do ano passado. Em relação à inflação, o país segue um caminho distinto de grande parte das economias que enfrentam números elevados

Em dezembro de 2023, a reunião do Federal Open Market Committee (FOMC), do Federal Reserve (Fed), manteve a taxa básica de juros inalterada, na faixa de 5,25% a 5,50% (Timiraos, 2023). O Fed avaliou que o ritmo de atividade econômica está mais brando e sinalizou que a taxa de juros encontra-se próxima de seu pico, devido ao processo em curso de desaceleração da atividade econômica e da moderação das pressões inflacionárias (Federal Reserve, 2023).

Na China, a atividade econômica cresceu 5,2% no acumulado do ano até setembro, em comparação com o mesmo período do ano passado. Em relação à inflação, o país segue um caminho distinto de grande parte das economias que enfrentam números elevados. Tanto o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) quanto o Índice de Preços ao Produtor (IPP) apresentam baixas taxas, mesmo com a recuperação da atividade econômica. Em setembro, o IPC registrou valor neutro (0%), enquanto o IPP registrou queda de 2,5%. O mercado imobiliário, setor importante para o país, vem apresentando arrefecimento, diante da crise financeira das empresas do setor (China [...], 2023).

Na Europa, o Banco Central Europeu (BCE) manteve a taxa de refinanciamento estável em 4,50%, a taxa de empréstimos em 4,75% e a taxa de depósito em 4,0% na sua reunião de política monetária de dezembro, a fim de atingir a meta de inflação de 2,0% a.a. (Magossi, 2023). Segundo o relatório da Comissão Europeia, o crescimento deverá ser menor do que se esperava para 2023 (European Commission, 2023). Na comparação anual, a economia da região ficou estável no terceiro trimestre. As maiores economias da União Europeia registraram contrações nas atividades econômicas no terceiro trimestre: a Alemanha encolheu 0,1%, assim como a França; o Reino Unido ficou estagnado, a Itália cresceu 0,1%, e a Espanha, 0,3% (Fagundes, 2023).

Diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos, a inflação dos alimentos continua persistente na Zona do Euro. Da mesma forma, a inflação do setor de Serviços segue persistentemente alta. Apesar de ter apresentado trajetória de queda no período recente, os níveis ainda são historicamente elevados (Inflação [...], 2023a).

A economia japonesa encolheu 2,1% em base anualizada e, em relação ao terceiro trimestre de 2022, também contraiu 2,1%, interrompendo dois trimestres consecutivos de expansão (Economia [...], 2023). Os números refletem consumo e exportações fracos, complicando os esforços do Banco Central do Japão para eliminar gradualmente seu estímulo monetário maciço

em meio ao aumento da inflação. O consumo privado japonês permaneceu estável em relação ao trimestre anterior.

Esses fatores contribuíram para a redução das expectativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) acerca do crescimento global: de 3,5% em 2022 para 3,0% em 2023. Para as economias desenvolvidas, a taxa esperada é de 1,5%, com projeções específicas para os Estados Unidos, de 2,1%, a Zona do Euro, 0,7%, e o Japão, 2,0%. Para as economias emergentes, a taxa esperada é de 4,0%, destacando-se, além da China, com taxa de 5,0%, a Índia com aumento de 6,3%, a Rússia com taxa de 2,2%, o Brasil com 3,1% e o México com 3,2% (International Monetary Fund, 2023).

Para as economias desenvolvidas, a taxa esperada é de 1,5%, com projeções específicas para os Estados Unidos, de 2,1%, a Zona do Euro, 0,7%, e o Japão, 2,0%

No Brasil, assim como no mundo, a economia também esteve sob a forte pressão do processo inflacionário nos primeiros meses do ano, porém, com a desaceleração nos últimos meses, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou variação de 3,50% nos primeiros nove meses de 2022 e avançou em outubro (0,24%), acumulando taxa de 3,75% no ano e, nos últimos 12 meses, taxa de 4,82% (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, 2023).

Nesse sentido, como resposta à queda no nível dos preços, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central iniciou o ciclo de cortes em agosto, com um ajuste de 0,5 ponto percentual (p.p.), justificado pela melhora da inflação corrente, a redução das expectativas de inflação e dos prêmios de risco e a desaceleração gradual da atividade econômica. Em dezembro de 2023, ocorreu o quarto corte consecutivo, quando o Copom reduziu a taxa Selic em mais 0,5 p.p. para 11,75% ao ano. A expectativa do Copom é de manutenção de novos cortes nas próximas reuniões (Banco Central do Brasil, 2023).

A atividade econômica do país apresentou crescimento do PIB em 0,1% na passagem do segundo para o terceiro trimestre de 2023 (Indicadores IBGE, 2023a). Na comparação entre o terceiro trimestre do ano com o mesmo período de 2022, a atividade aumentou 2,0%, alcançando 3,2% no acumulado no ano.

No que se refere à demanda interna, no acumulado no ano até setembro, verificou-se que a despesa de consumo das famílias obteve crescimento de 3,4% em relação ao mesmo intervalo do ano anterior. Já a formação bruta de capital fixo recuou 2,5% no período. A despesa de consumo do governo apresentou variação positiva de 1,2%. No setor externo, levando-se em conta a mesma base comparativa, as exportações de bens e serviços

A análise do lado da oferta indica que o setor Agropecuário impulsionou o crescimento do PIB no período, apresentando variação positiva de 18,1% no acumulado no ano até setembro em relação ao igual período de 2022

expandiram 9,8%, e as importações recuaram 1,3% no mesmo período (Indicadores IBGE, 2023a).

A análise do lado da oferta indica que o setor Agropecuário impulsionou o crescimento do PIB no período, apresentando variação positiva de 18,1% no acumulado no ano até setembro em relação ao igual período de 2022. Esse resultado pode ser explicado, principalmente, pelo bom desempenho de produtos da lavoura e pela produtividade, verificada na estimativa de variação da quantidade produzida em relação à área plantada (Indicadores IBGE, 2023a).

Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) (2023), condições climáticas favoráveis impactaram o desempenho de algumas culturas. A soja, principal cultivo vegetal, apresentou ganho de produtividade e crescimento expressivo na produção anual, estimada em 26,9%. Outras culturas com safra relevante nesse trimestre também apontaram crescimento na produção anual e ganho de produtividade, como milho (18,9%), algodão (14,4%) e sorgo (49,9%).

O setor de Serviços apresentou aumento de 2,6% no acumulado no ano até setembro, influenciado pelos resultados dos segmentos de *Transporte, armazenagem e correio* (3,5%), *Informação e comunicação* (3,8%), *Comércio* (0,9%), *Outras atividades de serviços* (2,9%), *Atividades imobiliárias* (3,1%), *Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade* (0,9%) e *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados* (7,0%) (Indicadores IBGE, 2023a).

A Indústria apresentou crescimento de 1,2% na mesma base de comparação, segundo as contas nacionais trimestrais (Indicadores IBGE, 2023a). A indústria extrativa (7,9%) registrou o melhor resultado, sendo impulsionada pela alta da extração de petróleo e gás. Destacou-se também a atividade de *Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos* (5,8%), que foi favorecida pelo maior consumo de eletricidade, principalmente residencial, e pela vigência da bandeira verde ao longo do ano. A Construção (-0,9%), por sua vez, registrou queda tanto da ocupação como da produção dos insumos típicos dessa atividade. A indústria de transformação (-1,6%) também apresentou resultado negativo, influenciado principalmente pela retração dos segmentos *Máquinas e equipamentos*, *Produtos químicos*, *Indústria automotiva* e *Metalurgia*.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego recuou para 7,7% no terceiro trimestre de 2023, após ter sido estimada em 8,0% no trimestre encerrado em junho, e em 8,7% no terceiro trimestre de 2022, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2023) do IBGE. No mercado formal, foram criados 1.784,7 mil postos de trabalho no acumulado de janeiro a outubro de 2023, destacando-se o saldo do setor de Serviços com 976,5 mil postos de trabalho (Brasil, 2023a).

Com relação às expectativas quanto ao desempenho econômico do país, a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, após consecutivas revisões, voltou a reduzir a projeção da taxa de crescimento do PIB nacional em 2023, passando a indicar aumento de 3,0% (antes de 3,2%), de acordo com o Boletim Macrofiscal (2023) divulgado em 21 de novembro deste ano. Ainda segundo a mesma fonte, a projeção para a inflação é de 4,66% em 2023 e de 3,55% em 2024.

Enfim, após esse breve contexto macroeconômico em que se insere a economia baiana, as próximas seções apresentam os principais resultados do desempenho da Bahia para o acumulado no ano de 2023 e seus prováveis desdobramentos para os próximos meses.

ECONOMIA BAIANA

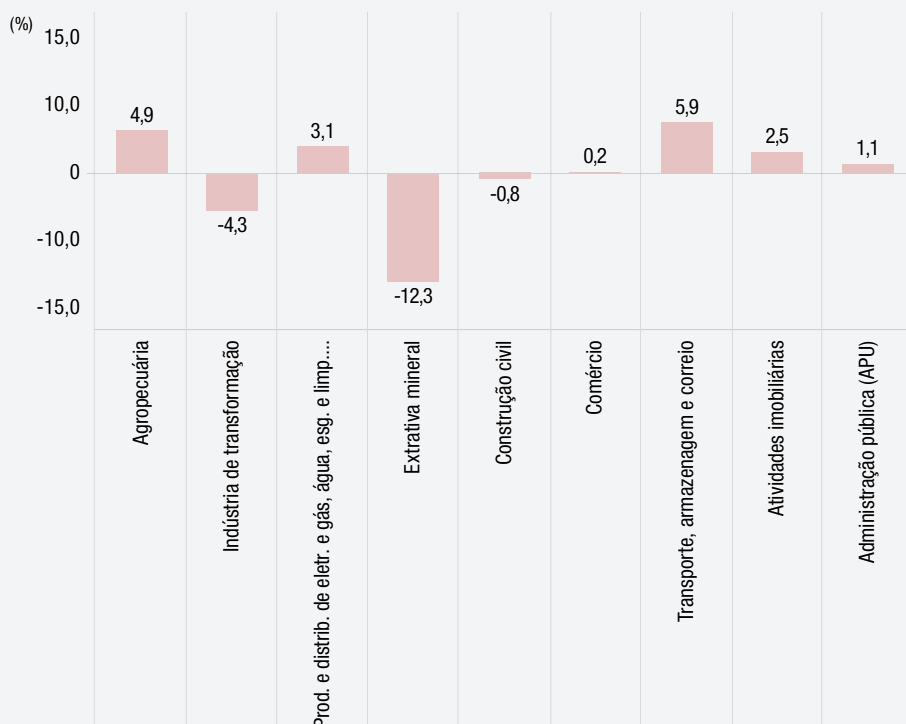
A Bahia apresentou a maioria dos indicadores econômicos com sinal positivo e ritmo de crescimento moderado da atividade econômica no acumulado no ano até setembro, porém o cenário continua permeado de fatores que tornam incerto o ritmo de crescimento para o último trimestre de 2023.

O PIB da Bahia, divulgado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), apresentou taxa de crescimento positiva, após aumento de 3,3%, em 2022, de acordo com os dados apresentados no Boletim PIB Estadual Trimestral (PIB [...], 2023a). No acumulado no ano até o terceiro trimestre, a atividade econômica baiana cresceu 0,5%. A Agropecuária cresceu 4,9%, enquanto os Serviços avançaram 2,2%. Por sua vez, a Indústria registrou queda de 3,2%. Os dados estão representados no Gráfico 1.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego recuou para 7,7% no terceiro trimestre de 2023, após ter sido estimada em 8,0% no trimestre encerrado em junho, e em 8,7% no terceiro trimestre de 2022, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2023) do IBGE.

Gráfico 1

Valor adicionado segundo atividades (1) (2) (%) – Bahia – Jan.-set. 2023



Fonte: PIB [...] (2023a).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) Dados sistematizados pela SEI/Distat/Coref. Dados preliminares, sujeitos a retificação.

(2) Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

A Agropecuária baiana alcançou nível recorde de produção pelo quarto ano consecutivo, favorecida pelas boas condições climáticas para o plantio e o desenvolvimento da lavoura de cereais, oleaginosas e leguminosas.

O setor de Serviços cresceu 2,2%, beneficiado tanto pelos ganhos na massa de renda como pela desaceleração da inflação. Esses fatores levaram ao avanço do consumo, por parte das famílias, tanto de bens como de serviços. Destaque para o crescimento de *Transporte, armazenagem e correio* (5,9%), segmento favorecido principalmente pela movimentação rodoviária e ferroviária de cargas agrícolas e pelo transporte de passageiros que foi bastante intenso no primeiro semestre de 2023. Também houve avanço em *Atividades imobiliárias* (2,5%) e *Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social* (1,1%). O *Comércio* aumentou apenas 0,2% no período e foi afetado pelo endividamento das famílias e pelo custo do crédito, apesar da queda no nível dos preços dos alimentos.

A retração das indústrias extrativa e de transformação e da construção contribuiu para a queda dos resultados da grande indústria. A indústria extrativa encolheu em 12,3%, principalmente em decorrência do recuo na produção

de óleos brutos de petróleo e gás natural. E a indústria de transformação registrou queda de 4,3%, refletindo os efeitos do aperto monetário e da baixa competitividade da indústria local, principalmente no segmento de *bens intermediários*. Por sua vez, o mercado de trabalho resiliente, o aumento da massa salarial e os programas de transferência de renda permitiram a ampliação do ramo de *bens de consumo semiduráveis e não duráveis*.

A Construção, por sua vez, recuou 4,5%, impactada pelas altas taxas de juros e pela baixa demanda no setor, atribuída ao elevado endividamento das famílias e à mudança no comportamento do consumidor, que direcionou seus recursos para o setor de bens e serviços após a pandemia. Ressaltem-se, também, os elevados custos dos insumos, uma vez que os preços dos materiais de construção seguem mais altos do que a inflação.

A atividade de *Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos*, por sua vez, registrou taxa positiva de 3,1%, influenciada pelo aumento de 5,3% na geração de energia elétrica no estado, destacando-se os aumentos de geração da energia eólica (21,0%) e fotovoltaica (37,1%) no acumulado dos três trimestres. A geração de energia hidráulica (-16,8%) e térmica (-19,5%) reduziu no mesmo período.

A Construção, por sua vez, recuou 4,5%, impactada pelas altas taxas de juros e pela baixa demanda no setor, atribuída ao elevado endividamento das famílias e à mudança no comportamento do consumidor, que direcionou seus recursos para o setor de bens e serviços após a pandemia

ATIVIDADE AGRÍCOLA

O Levantamento Sistemático da Produção Agrícola² (LSPA) estimou que a produção de cereais, oleaginosas e leguminosas³ da Bahia deverá alcançar em 2023 12,1 milhões de toneladas (t), o que representa crescimento de 6,9% na comparação com a safra de 2022 – que havia registrado, até então, o melhor resultado da série histórica do levantamento, conforme dados representados na Tabela 1. A produção agrícola estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta para o quarto ano consecutivo de produção recorde de grãos no estado. A demanda aquecida e os preços atrativos estimularam os produtores a ampliarem a área de plantio, principalmente nas lavouras de algodão (25,0%) e soja (4,5%) (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 2023).

A produção de algodão (caroço e pluma) está estimada em 1,74 milhão de t e representa alta de 29,1% em relação a 2022 (Tabela 1). A área plantada com a fibra, de 364 mil hectares (ha), superou em 25,4% a do ano passado.

2 Refere-se ao nono levantamento divulgado pelo IBGE que tem o ano civil como referência para fins de levantamento da produção agrícola.

3 Algodão (caroço de algodão), amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale.

Nas áreas irrigadas no oeste do estado, a boa insolação e as baixas temperaturas noturnas favoreceram o desenvolvimento das lavouras. Além disso, o controle contra a infestação do bicudo foi bem executado, o que proporcionou maior produtividade das plantações.

O volume colhido da soja alcançou 7,57 milhões de t, 4,5% acima do verificado em 2022. Dessa forma, a safra da oleaginosa deve atingir o recorde pelo quarto ano consecutivo. A área plantada no estado ficou projetada em 1,9 milhão de ha (4,5% acima do observado em 2022).

Tabela 1
Estimativas de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas – Bahia – 2022/2023

Produtos/safras	Produção física (mil t)			Área plantada (mil ha)			Área colhida (mil ha)			Rendimento (kg/ha) ⁽³⁾		
	2022 (1)	2023 (2)	Var. (%)	2022 (1)	2023 (2)	Var. (%)	2022 (1)	2023 (2)	Var. (%)	2022 (1)	2023 (2)	Var. (%)
Mandioca	856	938	9,6	123	123	0,0	109	109	0,0	7.856	8.609	9,6
Cana-de-açúcar	5.600	5.470	-2,3	80	80	0,0	80	80	0,0	70.000	68.371	-2,3
Cacau	126	114	-9,5	440	440	0,0	420	400	-4,8	300	285	-5,0
Café	234	229	-2,0	122	125	2,9	106	115	9,4	2.213	1.982	-10,4
Grãos (1)	11.362	12.148	6,9	3.379	3.532	4,5	3.379	3.532	4,5	3.363	3.439	2,3
Algodão	1.349	1.741	29,1	290	364	25,4	290	364	25,4	4.646	4.784	3,0
Feijão	244	239	-2,1	417	417	0,0	417	417	0,0	585	573	-2,1
Milho	2.841	3.095	8,9	700	698	-0,3	700	698	-0,3	4.058	4.434	9,3
Soja	7.241	7.566	4,5	1.823	1.905	4,5	1.823	1.905	4,5	3.972	3.972	0,0
Sorgo	135	114	-15,8	90	90	0,0	90	90	0,0	1.495	1.259	-15,8
Outros (4)	78	72	-7,6	58	58	0,0	58	58	0,0	1.347	1.244	-7,6
Total	-	-	-	4.143	4.300	3,8	4.093	4.237	3,5	-	-	-

Fonte: IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2023).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) LSPA/IBGE safra 2022.

(2) LSPA/IBGE previsão de safra (out. 2023).

(3) Rendimento = produção física/área colhida.

(4) Inclui também amendoim (1ª e 2ª safras), mamona e trigo.

As duas safras anuais do milho devem somar 3,09 milhões de t, o que representa crescimento de 8,9% na comparação anual. Com relação à área plantada (698 mil ha), o IBGE apontou decréscimo de 0,3% em relação à safra anterior. A estimativa da primeira safra anual do cereal foi de 2,35 milhões de t, sendo 7,3% superior à de 2022. Por sua vez, para segunda safra (745 mil t) espera-se avanço de 14,6% em relação à colheita do ano anterior.

A estimativa para a lavoura do feijão é de 239 mil t, representando recuo de 2,1% na comparação com a safra de 2023. O levantamento manteve a estimativa de 417 mil ha plantados, a mesma observada no ano anterior. Considerou-se que a primeira safra da leguminosa (143,5 mil t) foi 1,4% inferior à de 2022, e a segunda safra (95,3 mil t) apontou uma variação negativa de 3,1%, na mesma base de comparação.

Ressalte-se, nesta análise, o Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos (2023) da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)⁴ que, em seu 12º levantamento, último do ciclo, estimou que a produção baiana de grãos alcançará mais de 13 milhões de t na temporada 2022/2023, alta de 11,6% em relação ao ciclo 2021/2022. Com relação à área plantada, estima-se ampliação de 3,1% na mesma base de comparação, com área colhida de 3,76 milhões de ha. Dessa forma, o rendimento médio do conjunto das lavouras pesquisadas ficaria em torno de 3,59 t/ha.

Destaque para a produção de algodão, na análise da Conab, estimada em 1,5 milhão de t, plantada em 313 mil ha, o que representa um crescimento de 14,9% em relação ao ciclo 2021/2022. No caso da soja, carro-chefe da agricultura baiana, alcançou um novo patamar recorde de 7,72 milhões de t na atual temporada, crescimento de 6,0% na comparação com a do ciclo anterior.

Com relação a outras culturas permanentes e temporárias relevantes no estado, ressalta-se a recuperação da lavoura de mandioca. De acordo com o IBGE (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, 2023), devem ser colhidas 938 mil t em 2023, 9,6% acima do observado no ano anterior. Para a lavoura da cana-de-açúcar, o IBGE estimou produção de 5,47 milhões de t, revelando queda de 2,3% em relação à safra 2022. A produção do cacau, que ficou projetada em 114 mil t, também aponta uma redução de 9,5% na comparação anual.

Em relação ao café, está prevista a colheita de 229 mil t este ano, 2,0% abaixo do observado no ano passado. A safra do tipo arábica está projetada em 100 mil t, com variação anual negativa de 0,9%. Por sua vez, a safra do tipo canéfora teve previsão de 129 mil t, o que corresponde a um volume 3,0% abaixo do nível do ano anterior.

As estimativas para as lavouras de banana (914 mil t), laranja (634 mil t) e uva (66 mil t), por sua vez, registraram, respectivamente, variações de 1,0%, -2,9% e 7,8%, em relação à safra anterior. A produção de batata-inglesa, estimada em 332 mil t, apresenta recuo de 6,3%; e a do tomate, com previsão de 180 mil t, aponta acréscimo de 0,9% na comparação com a do ano anterior.

No caso da soja, carro-chefe da agricultura baiana, alcançou um novo patamar recorde de 7,72 milhões de t na atual temporada, crescimento de 6,0% na comparação com a do ciclo anterior

4 Os dados referem-se ao décimo segundo levantamento divulgado pela Conab, cujo ano agrícola vai de outubro do ano anterior a setembro do ano corrente.

A aquisição de leite, por sua vez, alcançou 140 mil litros no terceiro trimestre, aumento de 8,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Na comparação do acumulado dos três trimestres, houve aumento de 1,0%

ATIVIDADE PECUÁRIA

De acordo com as informações da *Estatística da produção pecuária* (Indicadores IBGE, 2023b), coletadas pelos sistemas de inspeção federal, estadual e municipal, para a Bahia, foram abatidas 317 mil cabeças de bovinos no terceiro trimestre de 2023, o que corresponde a uma alta de 20,0% na comparação com mesmo trimestre de 2022. No acumulado dos três primeiros trimestres, houve crescimento de 16,2% do indicador na comparação com mesmo período de 2022. Já o abate de suínos (78 mil cabeças) apresentou aumento na comparação anual (2,8%) e queda no acumulado dos primeiros três trimestres (-6,9%).

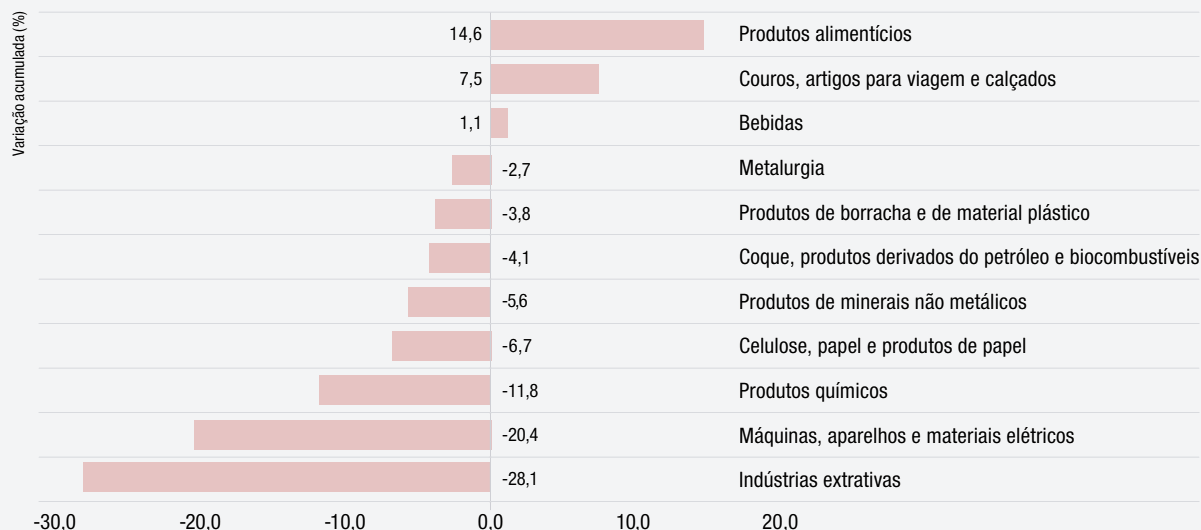
Os frangos abatidos no período somaram 32 milhões de cabeças, o que representa recuo de 5,8% em relação ao terceiro trimestre de 2022. No acumulado dos três trimestres foram abatidas 98 milhões de cabeças, o que corresponde a uma queda de 5,2%, em comparação ao mesmo período de 2022. A produção de ovos de galinha para o consumo foi de 18 milhões de dúzias no terceiro trimestre de 2023, o que representou decréscimo de 2,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já no acumulado dos três trimestres, houve aumento de 2,9% em comparação ao mesmo período de 2022.

A aquisição de leite, por sua vez, alcançou 140 mil litros no terceiro trimestre, aumento de 8,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Na comparação do acumulado dos três trimestres, houve aumento de 1,0%.

ATIVIDADE INDUSTRIAL

Com base no indicador da produção física da indústria (extrativa e de transformação) baiana, divulgado pela Pesquisa Industrial Mensal (PIM) (Indicadores IBGE, 2023c), verifica-se que a maioria dos segmentos da indústria baiana registrou queda na produção, no acumulado no ano até setembro, conforme dados representados no Gráfico 2. A indústria extrativa apresentou o principal impacto negativo para a indústria baiana com taxa de -28,1%, principalmente em decorrência do recuo na produção de óleos brutos de petróleo e gás natural.

Gráfico 2
Produção física da indústria, segundo atividades (%) – Bahia – Jan.-set. 2023



Fonte: Indicadores IBGE (2023c).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: (1) Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Considerando-se os segmentos que mais influenciaram o resultado negativo da indústria de transformação baiana (-2,7%) no acumulado no ano até setembro, destacam-se: *Produtos químicos*, pela menor produção de bens químicos de uso industrial; *Derivados de petróleo*, pela redução no processamento de óleo combustível e óleo diesel; *Celulose e papel*, pela parada programada para manutenção em unidade do setor no segundo trimestre, resultando em queda na produção de pasta química de madeira; e *Máquinas, aparelhos e materiais elétricos*, em função, principalmente, da menor produção de equipamentos e aparelhos elétricos, geradores e eletrodomésticos.

Por sua vez, a principal contribuição positiva para o período veio da indústria de alimentos, atribuída, sobretudo, à maior produção de açúcar, óleo de soja, carne bovina, manteiga de cacau e farinha de trigo. A demanda por alimentos acompanha a dinâmica do emprego e da renda, que registrou crescimento no terceiro trimestre. Além disso, a redução da taxa de inflação, principalmente de alimentos, contribuiu para minimizar a perda de poder aquisitivo da população, impulsionando as vendas do setor.

As exportações baianas alcançaram US\$ 7,82 bilhões, bem abaixo aos US\$ 10,61 bilhões de iguais meses de 2022, no acumulado no ano até setembro, de acordo com o boletim de Desempenho do Comércio Exterior Baiano (2023)

Entre outras atividades com aumento na produção, destacam-se: *Couro e calçados*, influenciada pela maior produção de calçados, em razão da expansão da demanda por esses produtos e pela melhora no rendimento das famílias, e *Bebidas*, impulsionada pela maior produção de refrigerantes e água mineral, com expectativa de aumento da produção no último trimestre do ano, motivado pela grande demanda dos eventos de final de ano.

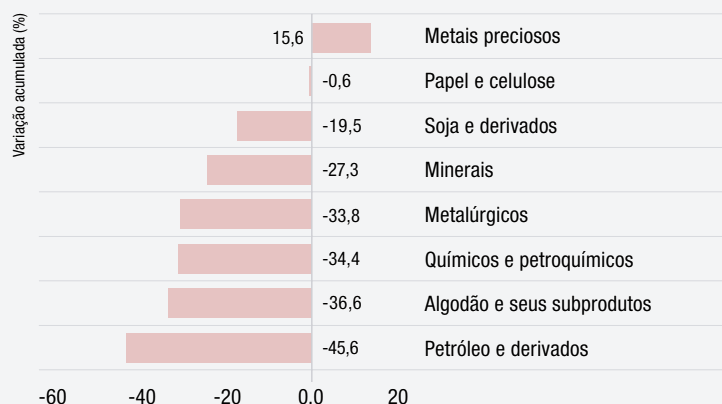
Portanto, para o último trimestre de 2023, a expectativa é de crescimento na produção dos segmentos de bens não duráveis e semiduráveis, como alimentos e bebidas, que têm sido beneficiados pelo aumento da massa de rendimento da população ocupada. Por sua vez, o ambiente internacional adverso, com desaceleração da demanda externa, reflexo da inflação mundial e dos conflitos no Leste Europeu e no Oriente Médio, somada ainda ao cenário interno de altas taxas de juros e elevado endividamento das famílias, atua no sentido contrário ao crescimento do setor.

COMÉRCIO EXTERIOR

As exportações baianas alcançaram US\$ 7,82 bilhões, bem abaixo aos US\$ 10,61 bilhões de iguais meses de 2022, no acumulado no ano até setembro, de acordo com o boletim de Desempenho do Comércio Exterior Baiano (2023). A queda das exportações chega a 26,3% nos valores, e a 12,8% nos volumes embarcados. As importações alcançaram US\$ 6,78 bilhões, com queda de 24,7% no valor das compras e de 5,1% no volume desembarcado. O saldo comercial do estado no período chegou a US\$ 1,04 bilhão, 35,4% inferior ao mesmo período do ano passado. Já a corrente de comércio atingiu US\$ 14,6 bilhões, também com redução de 25,5% no comparativo interanual.

A magnitude da redução acompanha as vendas externas durante todo o ano, por conta da base de comparação elevada, da queda de preços e da redução da demanda mundial, fruto da desaceleração da economia global afetada por inflação, guerra e aperto monetário. Isso acontece, sobretudo, em segmentos que tiveram forte elevação de preços e de embarques em 2022, como os derivados de petróleo, que não vêm repetindo o bom desempenho, registrando queda de 45,6% no ano, como ilustrado no Gráfico 3.

Gráfico 3
Exportações baianas, segundo principais segmentos (%) – Bahia – Jan.-set. 2023



Fonte: Brasil, (2023b).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: dados coletados em 06/10/2023.

(1) Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os preços médios dos produtos embarcados pelo estado tiveram recuo de 15,4% em relação ao período de janeiro a setembro de 2022 (Desempenho do Comércio Exterior Baiano, 2023).

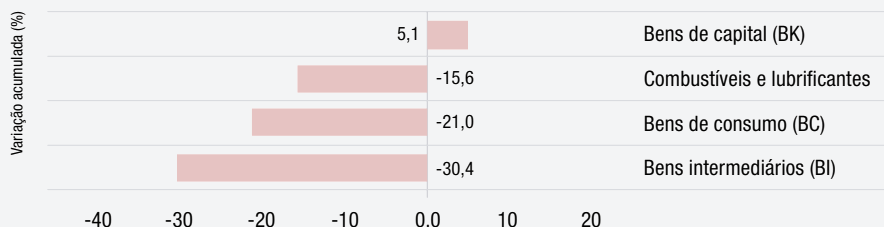
O agronegócio é o destaque da pauta de exportações, com 50,0% do total das vendas no acumulado no ano até setembro. As vendas externas do principal produto agrícola do estado, a soja, atingiram US\$ 2,1 milhões no período, registrando uma queda de 19,5% em relação ao período anterior.

Nos segmentos de produtos industrializados, os *Derivados de petróleo* mantêm um cenário de alta. No entanto, as exportações baianas do setor seguem em queda, com taxa de -45,6% no acumulado no ano até setembro. O volume embarcado acompanha a retração em escala semelhante: -23,4% no acumulado no ano até setembro.

Já as exportações de *Papel e celulose* – único segmento, dentre os principais da pauta, a apresentar variação positiva de preços (7,4%) em relação ao mesmo período do ano passado, –, registrou leve redução (-0,6%) em suas vendas no ano, alcançando US\$ 912,6 milhões. A causa deve-se à redução nos embarques em 7,5%.

Com exceção de *Bens de capital*, que cresceram de 5,1%, no acumulado no ano até setembro, todas as demais categorias de importações apresentaram redução, destacando-se *Bens intermediários* (-30,4%) e *Bens de consumo* (-21,0%), conforme representado no Gráfico 4.

Gráfico 4
Importações baianas, segundo categorias de uso (%) – Bahia – Jan.-set. 2023



Fonte: Brasil, (2023b).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: dados coletados em 06/10/2023.

(1) Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(2) Importações efetivas, dados preliminares.

O desempenho da categoria *Bens intermediários*, que inclui insumos e matérias-primas e representou 61,0% do total importado pelo estado até setembro, registrou queda de 30,4% nos desembolsos e de 9,3% no *quantum*. Essa situação está relacionada à virtual estagnação da indústria de transformação, que tem apresentado queda de 5,3% nos últimos 12 meses. O resultado da importação indica a paralisação da indústria que vem ocorrendo ao longo do ano, e tende a continuar, mesmo que haja alguma recuperação marginal de produção no último trimestre do ano. É esperada, entretanto, uma melhora gradual ao longo de 2024, com condições monetárias e de crédito mais favoráveis (Desempenho do Comércio Exterior Baiano, 2023).

Destaque para o crescimento das compras de Bens de capital em 5,1%, principalmente de células fotovoltaicas, máquinas e equipamentos mecânicos e motores/geradores.

Já o comportamento dos preços de importação está relacionado à deflação global de custos, considerando que, em 2022, houve pressão de preços de matérias-primas e de produtos importados como um todo. A magnitude dessa variação acontece pelo processo de correção de preços, mas não deve extrapolar esse nível até a chegada do próximo ano. A queda de preços é generalizada em todos os setores, com registro de maior recuo na indústria extrativa, que chegou a -29,2% no acumulado no ano (Desempenho do Comércio Exterior Baiano, 2023).

Os principais recuos nas importações, até setembro, foram registrados nos seguintes produtos: naftas para petroquímica (-37,4%), cloretos de potássio (-33,1%) e diidrogeno ortofosfato de amônio (-36,3%). Esses, do

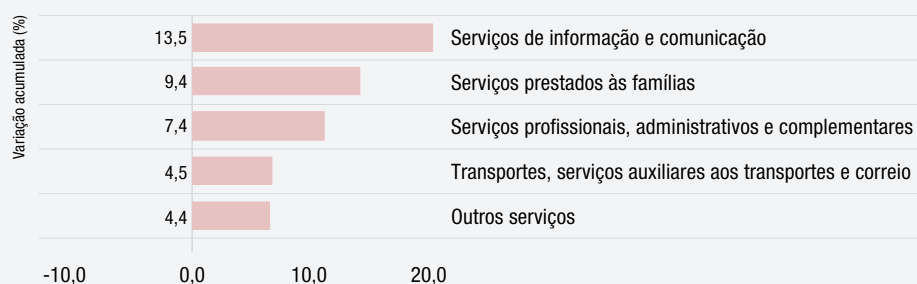
grupo de fertilizantes, tiveram um recuo total de 33,7% nos desembolsos e de 6,6% na quantidade desembarcada. No segmento de fertilizantes, cujas compras do exterior foram impactadas pela guerra entre Rússia e Ucrânia, a queda deve-se principalmente à diminuição de 29,0% nos preços médios no ano.

A falta de flexibilização do crédito continuará afetando o comércio global. O impacto defasado dos juros altos deverá pesar mais sobre a demanda por certos produtos, podendo levar vários meses até o comércio mundial atingir seu ponto mais baixo. A demanda por importações de bens, muitas vezes comprados com recursos financiados, como automóveis, mobiliário doméstico e bens de capital, deverá ser a mais enfraquecida.

ATIVIDADE DE SERVIÇOS

De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), realizada pelo IBGE, o volume de serviços na Bahia, no acumulado no ano até setembro, avançou 7,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, mantendo a tendência de expansão iniciada em 2021 (Indicadores IBGE, 2023e). Esse resultado é a terceira maior variação já registrada em toda a série histórica, iniciada 2011, para esse tipo de comparação e contribuiu positivamente, no índice nacional, que cresceu 3,4%.

Gráfico 5
Volume de serviços, segundo atividades (1) – Bahia – Jan.-set. 2023



Fonte: Indicadores IBGE (2023e).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: (1) Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Todas as cinco atividades que compõem o indicador impulsionaram o volume de serviços, conforme ilustrado no Gráfico 5, com destaque para a atividade de *Serviços de informação e comunicação* (13,5%), que contabilizou a variação mais expressiva, invertendo a queda de 5,8% em 2022.

Na sequência, a atividade de *Serviços prestados às famílias*⁵ (8,4%) contabilizou a terceira taxa positiva consecutiva, sendo que em 2021, registrou 48,4% e, em 2022, 42,1%. A atividade de *Serviços profissionais, administrativos e complementares* ampliou em 7,5% e marcou a terceira variação positiva consecutiva, superior aos 4,4% em 2021 e 4,9% em 2022. A atividade *Outros serviços*⁶ também contabilizou alta, com taxa de 4,9%, após cair 9,8% no ano anterior, seguida de *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio*, com variação significativa de 4,5%.

A perspectiva para o setor de Serviços em relação ao próximo trimestre é de manutenção da desaceleração iniciada no segundo trimestre de 2023, porém, com taxas ainda positivas. Conforme a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Índice de Confiança de Serviços (ICS) caiu 1,6 ponto em outubro, indo para 95,3 pontos, menor nível desde maio deste ano (92,9 pontos) (Confiança [...], 2023a). Em médias móveis trimestrais, o índice recuou 0,9 ponto. Segundo Stéfano Pacini, economista da FGV:

A confiança no setor de Serviços caiu pelo terceiro mês consecutivo influenciada pela piora das perspectivas para os próximos meses. Apesar da resiliência da demanda, há uma ligeira piora da percepção das avaliações sobre a situação dos negócios. Entre os segmentos, os serviços prestados às famílias dão sinais de perda de fôlego. Após um primeiro semestre favorável para o setor, os resultados sinalizam um cenário mais desafiador com perspectivas de queda na demanda, ímpeto de contratações e tendência dos negócios. A recuperação dependerá da melhora da confiança dos consumidores e do mercado de trabalho. (Confiança [...], 2023a).

O Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (ICEB) marcou -52 pontos em outubro de 2023, numa escala que vai de -1.000 a 1.000 pontos. Trata-se da 12ª pontuação abaixo de zero seguida, além da mais baixa desde maio deste ano. De setembro a outubro, o setor de Serviços exibiu uma retração de quatro pontos, terceira queda em sequência. O indicador continuou abaixo de zero pelo 14º mês consecutivo. Em relação ao mesmo mês de um ano antes, ocorreu uma diminuição de 43 pontos – a menor contração anual

5 Inclui os seguintes serviços: atividades artísticas, criativas e de espetáculos; atividades esportivas, de recreação e lazer (exceto clubes); lavanderias, tinturarias e toalheiros; cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza; atividades funerárias e serviços relacionados; outros serviços pessoais (clínicas de estética, serviços de alojamento, higiene e adestramento de animais domésticos, serviços de engraxates e carregadores de malas etc.); atividades de apoio à educação e serviços de educação continuada (cursos de idiomas, de ensino de esportes, arte e cultura, cursos preparatórios para concursos etc.).

6 Inclui os seguintes serviços: atividades imobiliárias (intermediação, gestão e administração de imóveis próprios e de terceiros); serviços de manutenção e reparação; serviços auxiliares financeiros; serviços auxiliares da agricultura; serviços de esgoto e serviços de coleta, tratamento e disposição de resíduos e recuperação de materiais.

entre as quatro atividades. O nível de confiança superou a média histórica (de -221 pontos) em 163 pontos no mês investigado (Confiança [...], 2023b).

Ao observar os resultados apresentados pelas pesquisas de confiança, o último trimestre do ano começa com sinais de desaceleração para os serviços prestados às famílias. O setor de serviços prestados às famílias vinha apresentando recuperação superior aos demais segmentos desde o início do ano passado, atribuída à melhora na confiança do consumidor e ao fim das restrições de mobilidade, perdendo fôlego no mês de outubro, influenciado por uma percepção de piora da demanda que vem ocorrendo há quatro meses consecutivos. Com isso, a expectativa é de expansão para o setor no ano de 2023, porém com uma taxa mais suavizada (Confiança [...], 2023a).

Ao observar os resultados apresentados pelas pesquisas de confiança, o último trimestre do ano começa com sinais de desaceleração para os serviços prestados às famílias

TURISMO

Conforme os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (Indicadores IBGE, 2023e), o volume das atividades turísticas⁷ na Bahia, no acumulado no ano até setembro de 2023, em relação ao mesmo período do ano anterior, expandiu 13,9%, após avançar 31,1% em 2022 na mesma base de comparação. Esse resultado é a terceira maior variação já registrada em toda a série histórica, iniciada 2011, para esse tipo de comparação e contribuiu positivamente com o índice nacional, que avançou 7,9%, na mesma análise.

O índice foi impulsionado, principalmente, pelo aumento na receita de empresas que atuam nos ramos de *Locação de meios de transporte, exceto automóveis, sem condutor; Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas; Transporte aéreo de passageiros regular; Locação de automóveis sem condutor; Transporte rodoviário de táxi, e Agências de viagens*. Esses resultados contribuíram para a atração e a movimentação de turistas no estado, sendo que a expectativa é de manutenção do crescimento para o setor nos próximos meses, com uma taxa ainda expressiva.

COMÉRCIO VAREJISTA

As vendas do comércio varejista na Bahia mantiveram expansão nos primeiros nove meses de 2023. Durante esse período, vários fatores impulsionaram o crescimento nos negócios, especialmente o incremento nas

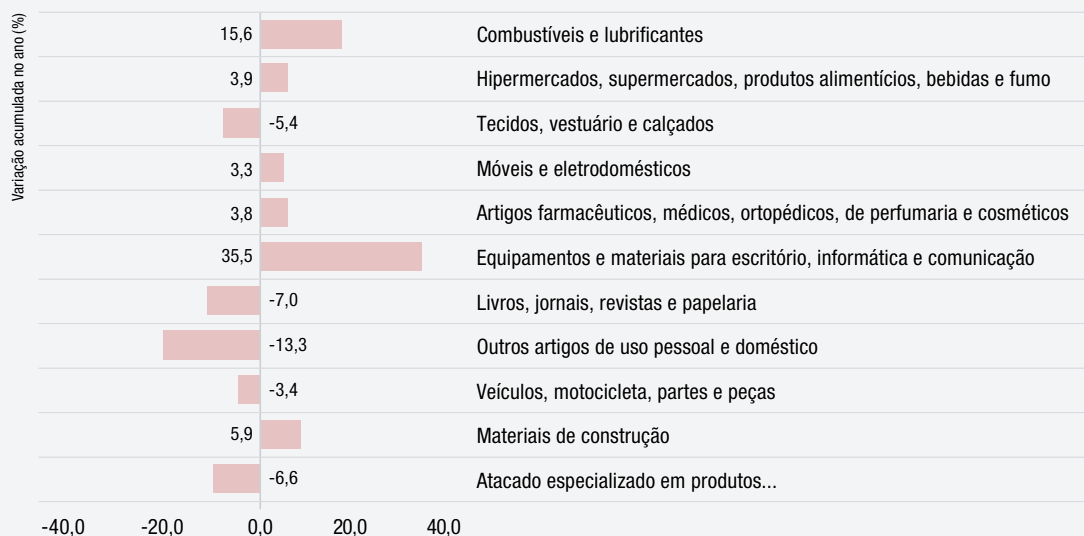
7 Agregado especial que abrange as seguintes atividades: serviços de alojamento e alimentação; serviços culturais, de recreação e lazer; locação de automóveis sem condutor; agências de viagens e operadoras turísticas e transportes turísticos (transporte rodoviário de passageiros em linhas regulares intermunicipais, interestaduais e internacionais; trens turísticos, teleféricos e similares; transporte por navegação interior de passageiros, em linhas regulares; outros transportes aquaviários e transporte aéreo de passageiros).

rendas, atribuído ao reajuste do salário mínimo, ao elevado valor do Bolsa Família, à isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física, à entrada em vigor do programa Desenrola Brasil, ao controle da inflação, à redução na taxa de juros, ao aumento do crédito para pessoa física e à dinamização do mercado de trabalho.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (Indicadores IBGE, 2023d), divulgada pelo IBGE, no acumulado no ano até setembro foi verificado crescimento de 4,9% no setor em relação ao ano de 2022. Para esse período, como ilustrado no Gráfico 6, os segmentos *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação*, *Combustíveis e lubrificantes* e *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* apresentaram os melhores desempenhos.

Gráfico 6

Volume de vendas do comércio, segundo atividades (1) (%) – Bahia – Jan.-set. 2023



Fonte: Indicadores IBGE (2023d).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.

(2) O indicador do comércio é composto pelos resultados das atividades elencadas no comércio varejista e em outros atacados selecionados.

Destaca-se o comportamento de *Combustíveis e lubrificantes*, segmento que comercializa um bem classificado como inelástico, dada a sua essencialidade. Ao longo do período, foi observada expansão nas vendas em razão da deflação nos preços praticados no mercado, com exceção do mês de setembro, quando houve queda nas vendas, dada a elevação dos preços dos combustíveis, principalmente o óleo diesel que teve um reajuste de 11,6% na Região Metropolitana de Salvador (RMS).

No comércio ampliado, a expansão nas vendas foi de 1,4%. O tímido resultado é reflexo do comportamento negativo apresentado pelos segmentos de *Veículos, motos, partes e peças* e *Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo*.

O segmento *Veículos, motos, partes e peças* apresentou retração de 3,4% nos primeiros nove meses do ano, em relação ao volume de vendas. Fortemente influenciada pelo crédito, esse segmento teve suas vendas comprometidas em razão das incertezas quanto ao comportamento da atividade econômica no país, mesmo sob a influência de fatores positivos no período, como o programa de barateamento de carro zero, o controle da inflação e a queda na taxa de juros.

Quanto ao segmento *Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo*, observa-se retração de 6,6%. Esse resultado pode ser reflexo do comportamento do consumidor que, dada a queda da inflação nos preços dos alimentos, passou a realizar suas compras nas redes de varejo, deixando de lado a estratégia de comprar no atacado.

Já no segmento *Material de construção* foi verificado, no período, crescimento de 5,9% nas vendas. Esse resultado deve-se ao arrefecimento dos preços dos produtos comercializados no ramo; à maior geração de emprego; à elevação real da massa salarial; à melhoria do crédito à pessoa física, e à queda da taxa de juros, que apresentou taxa de 12,75% em setembro, ao passo que, no mesmo mês do ano passado, a taxa era de 13,75%, segundo dados do Banco Central do Brasil (2023).

Nesse aspecto, os dados apresentados pela PMC (Indicadores IBGE, 2023d) nos últimos nove meses, em comparação ao mesmo período de 2022, revelam que fatores positivos, como a inflação mais controlada, o aquecimento no mercado de trabalho e as políticas de incentivo do governo federal, têm contribuído para manter o crescimento nas vendas do comércio.

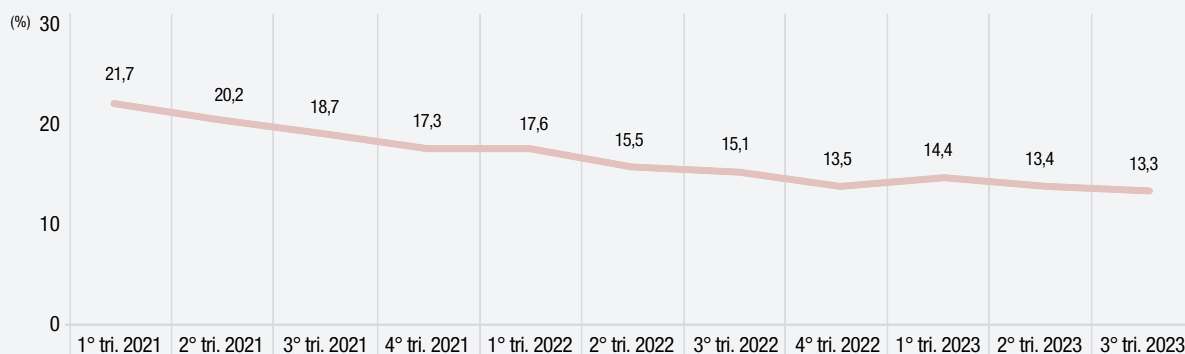
MERCADO DE TRABALHO

No acumulado no ano até setembro de 2023, o mercado de trabalho baiano apresentou queda na taxa de desocupação, aumento da ocupação e crescimento da massa salarial. Os indicadores de emprego que corroboram essas afirmações podem ser verificados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2023), do IBGE, e do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), do Ministério do Trabalho (Brasil, 2023a).

O segmento *Veículos, motos, partes e peças* apresentou retração de 3,4% nos primeiros nove meses do ano, em relação ao volume de vendas

A taxa de desocupação para a Bahia, apurada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2023), declinou de 15,1%, no terceiro trimestre de 2022, para 13,3%, no terceiro trimestre de 2023, registrando decréscimo de 1,8 p.p. entre os períodos. Ao mesmo tempo, ocorreu queda de 0,1 p.p. entre o segundo trimestre (13,4%) e o terceiro trimestre de 2023. A trajetória do índice de desocupação, entre o primeiro trimestre de 2021 e o terceiro trimestre de 2023, está ilustrada no Gráfico 7.

Gráfico 7
Taxa de desocupação (%) (1) – Bahia – 1º tri. 2021-3º tri. 2023



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2023).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Nota: (1) Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência.

Ainda de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2023), a população ocupada na Bahia aumentou 2,1% no terceiro trimestre de 2023 em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto, na média nacional, houve crescimento de 0,6% na mesma base de comparação. No que diz respeito à distribuição setorial da população ocupada no estado, os resultados destacam, no confronto entre o terceiro trimestre de 2023 e o de 2022, aumento da ocupação em seis de dez segmentos: *Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais* (5,6%), *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* (3,6%), *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura* (2,4%), *Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas* (7,4%), *Transporte, armazenagem e correio* (7,1%) e *Alojamento e alimentação* (9,7%). Em sentido contrário, os grupamentos *Indústria geral* (-2,2%), *Construção* (-7,1%), *Serviços domésticos* (-4,3%) e *Outros serviços* (-8,0%) apresentaram recuos da população ocupada nessa mesma base de comparação.

Na análise da população ocupada assalariada quanto à posição na ocupação, verificou-se um acréscimo de 5.9% de empregados do setor privado com carteira assinada (exclusive domésticos) no terceiro trimestre

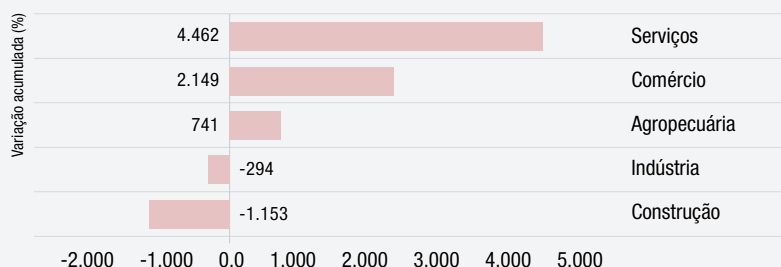
de 2023 em relação ao mesmo período do ano anterior. Ao mesmo tempo, houve decréscimo de 3,5% de empregados do setor privado sem carteira assinada (exclusive domésticos). Por sua vez, a população ocupada por conta própria aumentou em 1,5%.

O rendimento habitual médio real (de todos os trabalhos) avançou 7,4% para os ocupados, na comparação entre o terceiro trimestre de 2023 e o mesmo período de 2022. Nesse mesmo intervalo, a massa de rendimento real (de todos os trabalhos) aumentou em 10,2% (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2023).

Quanto ao emprego formal, foram gerados 82.596 postos de trabalho na Bahia entre janeiro e outubro de 2023, de acordo com os dados do Novo Caged (Brasil, 2023a). Isso corresponde a uma variação percentual do estoque de emprego de 4,3%, portanto, acima da média nacional (4,2%) e abaixo da média nordestina (4,4%). No país, houve um saldo positivo de 1.784.695 postos e, no Nordeste, de 308.601 postos.

Considerando-se os dados desagregados setorialmente para o estado, entre os setores de atividade que apresentaram saldos positivos destacam-se o de Serviços, com 4.462 postos, seguido por Comércio, com 2.149 vagas, e Agropecuária, com 741 postos de trabalho. A Construção e a Indústria registraram saldo negativo de, respectivamente, 1.153 e 294 postos de trabalho, como indicado no Gráfico 8.

Gráfico 8
Saldo de empregos celetistas, segundo atividades – Bahia – Jan.-out. 2023



Fonte: Brasil (2023a).

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

Notas: (1) Saldo líquido = admitidos menos desligados. Todos os setores incluídos.

(2) Inclusive informações fora do prazo até setembro de 2023.

(3) Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes (2023).

(4) Dados com o ajuste da nova metodologia adotada pelo Ministério do Trabalho.

(5) Dados divulgados em novembro de 2023.

Os indicadores analisados apontaram um quadro de ampliação do mercado de trabalho baiano nos dez primeiros meses de 2023, principalmente com a importante criação dos empregos formais. No entanto, destaca-se que, apesar de estar em queda, a taxa de desemprego ainda se mantém elevada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário apresentado evidencia a desaceleração da atividade econômica na Bahia ao longo de 2023, resultado de uma confluência de fatores, como taxas de juros elevadas, alto endividamento das famílias, persistência da inflação, ausência de confiança por parte do empresariado para investir no país, temor a um possível desequilíbrio fiscal e baixa competitividade industrial. Em 2024, um ambiente econômico mais equilibrado, com o nível dos preços próximo da meta inflacionária, menores taxas de juros, equilíbrio nas contas públicas e maior confiança de empreendedores, pode ser determinante para impulsionar os investimentos e dinamizar a expansão da atividade econômica no estado.

No país, a estabilidade fiscal advinda do novo arcabouço, os efeitos da redução das taxas de juros e o consequente aumento da confiança dos agentes econômicos, juntamente com a ampliação dos investimentos estrangeiros resultante do ambiente macroeconômico mais estável, aumentam as expectativas de crescimento significativo da atividade econômica em 2024, com taxa de 2,2%, embora menor do que o projetado para 2023, estimado em 3,0%, segundo o Boletim Macrofiscal (2023) do Ministério da Fazenda. De acordo com a mesma fonte, as projeções são de taxas menores para a inflação (3,55%, em 2024), confirmando um crescimento mais sustentado, como também de redução da taxa básica de juros, o que pode promover maior dinamismo na atividade econômica.

As projeções da SEI são de que a economia baiana terá desempenho positivo em 2024, com um ritmo mais intenso do que o observado em 2023.

Contudo, em 2024, a dinâmica da atividade deverá ser determinada, sobretudo, pelo setor de Serviços, e não mais pela Agropecuária, como em 2023. Isso se deve à possibilidade de que o fenômeno do *El Niño*, entre o último trimestre de 2023 e o primeiro de 2024, resulte em fortes prejuízos para a safra do próximo ano. O setor de Serviços, por sua vez, deve continuar com um ritmo de crescimento, estimulado pelo mercado de trabalho aquecido, as taxas de juros menores e a ampliação do consumo por bens e serviços.

O setor industrial também deve apresentar resultados positivos, impulsionado pelo aumento na fabricação de alimentos e bebidas e, ainda, pelo crescimento mais forte do ramo de *Construção*, estimulado pelos investimentos em infraestrutura e do setor privado. Por sua vez, espera-se que os preços de *commodities* apresentem alguma acomodação, por conta da esperada recuperação do crescimento mundial em 2024, sendo a China o diferencial para o Brasil e a Bahia, o que beneficiará as vendas externas no estado.

No médio prazo, os investimentos em infraestrutura serão determinantes para dar a dinâmica necessária à expansão da atividade econômica no estado. Nesse sentido, destacam-se investimentos na instalação da nova rodoviária, na implantação e ampliação do sistema de abastecimento de água urbano e rural, na construção e ampliação de barragens, no sistema de esgotamento sanitário e infraestrutura hídrica, na assistência técnica e rural, na infraestrutura de rodovias, portos e ferrovias e na construção da ponte Salvador-Ilha de Itaparica.

O novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal também deverá beneficiar o crescimento do estado nos próximos anos, o qual terá seis eixos estruturais: transportes, infraestrutura social, inclusão digital e conectividade, infraestrutura urbana, água para todos e transição energética, que já estão entre as prioridades do governo do estado.

No âmbito dos investimentos privados, destacam-se os do setor de energia renovável, especialmente eólica e solar, com a introdução do hidrogênio verde, no intuito de avançar na transição energética. Além disso, há investimentos em refino de petróleo, indústria química, setor automotivo, mineração, celulose, entre outros. A Bahia vislumbra oportunidades significativas, especialmente com a implantação da montadora de veículos elétricos que deve impactar diversos setores, desde a mineração até a mobilidade urbana. Os projetos estruturantes do novo PAC e a ampliação/modernização dos serviços públicos na área social, com requalificação da rede urbana formada por equipamentos, como hospitais, escolas, barragens, ferrovias e estradas, também irão impactar no desenvolvimento de municípios e distritos.

REFERÊNCIAS

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA DE GRÃOS: safra 2022/23. Brasília: Conab, v. 10, n. 12, set. 2023. Décimo segundo levantamento. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos>. Acesso em: 6 set. 2023.

BAHIA exibiu saldo positivo de 9.854 postos de trabalho em setembro. *Boletim Mensal do Caged*, Salvador, set. 2023. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/rel_CAGED_set23.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Copom reduz a taxa Selic para 11,75% a.a.* Brasília, 13 dez. 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/18047/nota>. Acesso em: 13 dez. 2023.

BOLETIM MACROFISCAL. Brasília: SPE, nov. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/conjuntura-economica/boletim-macrofiscal>. Acesso em: 13 dez. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. *Estatísticas de comércio exterior do Brasil*. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 26 nov. 2023b.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. *Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados*: estatísticas mensais do mercado de trabalho formal. Brasília: MTE, out. 2023a. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>. Acesso em: 15 dez. 2023.

CHINA: economia atingirá meta de crescimento de 5% este ano, diz banco central. *Valor Econômico*, São Paulo, 28 nov. 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/financas/noticia/2023/11/28/china-economia-atingir-meta-de-crescimento-de-5-pontos-percentuais-este-ano-diz-banco-central.ghml>. Acesso em: 5 dez. 2023.

CONFIANÇA de serviços atinge menor nível desde maio deste ano. *Sondagem de Serviços*, Rio de Janeiro, out. 2023a. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/system/files/2023-10/Sondagem%20de%20Servicos%20FGV_press%20release_Out23_0.pdf. Acesso em: 27 nov. 2023.

CONFIANÇA do empresariado baiano registrou a terceira queda consecutiva em outubro. *Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano*, Salvador, v. 14, n. 10, out. 2023b. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/iceb/rel_ICEB_out23.pdf. Acesso em: 27 nov. 2023.

DESEMPENHO do comércio exterior baiano. *Boletim de Comércio Exterior da Bahia*, Salvador, set. 2023. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_set_2023.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

ECONOMIA do Japão encolhe 0,5% no 3º trimestre, primeira contração em três períodos. *Valor Econômico*, São Paulo, 14 nov. 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2023/11/14/economia-do-japo-encolhe-05-pontos-percentuais-no-3-trimestre-primeira-contrao-em-trs-perodos.ghml>. Acesso em: 5 dez. 2023.

EUROPEAN COMMISSION. European economic forecast: autumn 2023. Luxemburgo: European Union, 2023. (Institutional paper, 258). Disponível em: https://economy-finance.ec.europa.eu/system/files/2023-12/ip258_en.pdf. Acesso em: 5 dez. 2023.

FAGUNDES, A. PIB: Brasil fica na metade de baixo do ranking de países do 3º trimestre. *Valor Econômico*, São Paulo, 5 dez. 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/12/05/pib-brasil-fica-na-metade-de-baixo-do-ranking-de-pases-do-3-trimestre.ghml>. Acesso em: 5 dez. 2023.

FEDERAL RESERVE. *Federal Reserve issues FOMC statement*. Washington, DC, 13 dez. 2023. Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/newsevents/pressreleases/monetary20231213a.htm>. Acesso em: 15 dez. 2023.

INDICADORES IBGE: contas nacionais trimestrais: indicadores de volume e valores correntes. Rio de Janeiro: IBGE, jul./set. 2023a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2121/cnt_2023_3tri.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

INDICADORES IBGE: estatística da produção pecuária. Rio de Janeiro: IBGE, jul./set. 2023b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2380/epp_2023_3tri.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

INDICADORES IBGE: Pesquisa Industrial Mensal: produção física: regional. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2023c. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/229/pim_pfr_2023_set.pdf. Acesso em: 9 nov. 2023.

INDICADORES IBGE: Pesquisa Mensal de Comércio. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2023d. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/230/pmc_2023_set.pdf. Acesso em: 8 nov. 2023.

INDICADORES IBGE: Pesquisa Mensal de Serviços. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2023e. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2419/pms_2023_out.pdf. Acesso em: 27 nov. 2023.

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2023. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc/ipca/quadros/brasil/outubro-2023>. Acesso em: 2 dez. 2023.

INFLAÇÃO alimentar na Europa: quais são os países mais afetados? *Euronews*, [s. l.], 21 nov. 2023a. Disponível em: <https://pt.euronews.com/my-europe/2023/11/21/inflacao-alimentar-na-europa-quais-sao-os-paises-mais-afetados>. Acesso em: 15 dez. 2023.

INFLAÇÃO chega a 0,24% em outubro, impulsionada por alta das passagens aéreas. *Agência IBGE Notícias*, Rio de Janeiro, 10 nov. 2023b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38339-inflacao-chega-a-0-24-em-outubro-impulsionada-por-alta-das-passagens-aereas>. Acesso em: 1 dez. 2023.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *World economic outlook: navigating global divergences*. Washington, DC: IMF, Oct. 2023. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2023/10/10/world-economic-outlook-october-2023>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2415/epag_2023_set.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023.

MAGOSSÍ, E. Banco Central Europeu diz que vai manter juros elevados “pelo tempo suficiente”. *Valor Econômico*, São Paulo, 14 dez. 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/financas/noticia/2023/12/14/banco-central-europeu-diz-que-vai-manter-juros-elevados-pelo-tempo-suficiente.ghtml>. Acesso em: 15 dez. 2023.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. Rio de Janeiro: IBGE, 1. tri. 2023. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Quadro_Sintetico/2023/pnadc_202303_trimestre_quadroSintetico.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

PIB baiano cresce 0,2% no 3º trimestre de 2023. *Boletim PIB Estadual Trimestral*, Salvador, 2023a. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2023_3.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

PIB dos EUA sobe 5,2% no 3º trimestre e supera expectativas. *Valor Econômico*, São Paulo, 29 nov. 2023b. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2023/11/29/pib-dos-eua-sobe-52percent-no-3-trimestre-e-supera-expectativa-do-mercado.ghtml>. Acesso em: 5 dez. 2023.

TIMIRAOS, N. FED mantém juros estáveis e prevê três cortes no próximo ano. *Valor Econômico*, São Paulo, 13 dez. 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/financas/noticia/2023/12/13/fed-mantem-juros-inalterados-no-intervalo-entre-525percent-e-550percent.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2023.



Carlos Henrique Passos

OS IMPACTOS DA NEOINDUSTRIALIZAÇÃO E OS DESAFIOS DA ECONOMIA VERDE NA BAHIA

Carlos Henrique Passos, presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), é o destaque da edição 205 da Revista Conjuntura & Planejamento. Durante a entrevista Passos aborda a queda acentuada da atividade industrial nos últimos anos, os desafios enfrentados pelo setor e as perspectivas para superá-los com a construção de uma nova política industrial, focada na neoindustrialização, cuja diretriz é estabelecer uma matriz industrial ambientalmente mais sustentável. Ele também cita a aprovação da reforma tributária, a desoneração dos investimentos e o programa de depreciação acelerada como caminhos para superar as dificuldades no âmbito global. Ademais, o presidente da FIEB enfatiza que, atualmente, além de produzir com alto grau de competitividade, o novo desafio da indústria é encontrar formas de produção economicamente viáveis que sejam compatíveis com o mínimo de impacto ambiental. Assim, a defesa de uma economia verde surge como estratégia para conciliar o crescimento econômico com a descarbonização, a eficiência no uso de recursos e a inclusão social. Essa iniciativa representa uma oportunidade de mudança de patamar para a Bahia, pois possui grande potencial para a produção de energia renovável, especialmente de origem eólica e solar.



SEI – EM 2010, A INDÚSTRIA (EXTRATIVA E TRANSFORMAÇÃO) REPRESENTAVA 18,3% DO PIB DO BRASIL E, EM 2021, PASSOU PARA 17,5%. NA BAHIA, EM RELAÇÃO AOS MESMOS PERÍODOS, A PARTICIPAÇÃO FOI 15,4% E 16,1%, RESPECTIVAMENTE. COM BASE NOS NÚMEROS ACIMA CONSOLIDADOS, O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO EXISTE? QUAIS AS CAUSAS?

Carlos Passos – Há, de fato, um processo precoce de desindustrialização no Brasil e na Bahia. Em relação às principais economias do G-20, o Brasil ocupa as últimas posições no quesito de participação da indústria na economia. Para comparações internacionais, usamos as estatísticas do site The World Factbook - CIA, que apontam uma participação do setor industrial no Brasil ligeiramente superior a 20% do PIB, em sua totalidade. Em países desenvolvidos, como a Alemanha e o Japão, essa participação está acima de 30%. Já na China, Coreia do Sul e Indonésia, a participação da indústria na economia supera 40%.

Na Bahia, apesar de a participação da indústria ter aumentado no período, conforme indicado pela pergunta, esse fato é explicado pela forte redução do setor de Serviços no período da pandemia, cujos efeitos atingiram mais duramente e por mais tempo esse setor na Bahia. Observe que o setor de Serviços, cuja participação no PIB baiano superou 71% em 2019, ano anterior à eclosão da covid, caiu para 64% em 2021.

O fato é que há também aqui uma queda acentuada da atividade industrial nos últimos anos, o que pode ser comprovado pelos dados da Pesquisa Industrial do IBGE. Nos últimos dez anos, houve queda de, aproximadamente, 25% da produção da indústria de transformação no estado. A questão da desindustrialização é um obstáculo para o crescimento econômico.

SEI – QUAIS OS EFEITOS DO CHAMADO CUSTO BRASIL PARA A PERDA DE COMPETITIVIDADE E PRODUTIVIDADE DO SETOR AO LONGO DOS ANOS?

CP – O Custo Brasil retira competitividade das empresas, sobretudo porque a indústria produz bens comercializáveis internacionalmente, e isso faz com que os importados manufaturados fiquem relativamente mais baratos no mercado doméstico. A indústria tem feito seu papel, buscando ser competitiva até a porta da fábrica. A partir daí, entram diversos custos que oneram os produtos que chegam ao consumidor final.

O Custo Brasil está fortemente vinculado a problemas no ambiente de negócios, com custos financeiros (juros), complexidade e ineficiência tributária, burocracia, infinidades de normas e regulamentos, novas taxas sobre atividades de fiscalização, problemas quanto ao licenciamento das atividades

produtivas e insegurança jurídica, que ocasiona uma excessiva judicialização das operações do dia a dia. Esses problemas se arrastam ao longo dos anos e alguns deles até se acentuam. Além disso, há também a questão da infraestrutura, que é cara e ineficiente. Há uso excessivo do modal rodoviário, entraves nos portos e acessos ferroviários, custo de energia etc.

**SEI – ALÉM DO CUSTO BRASIL, COMO A INDÚSTRIA 4.0
ENFRENTA A QUARTA REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA, OS DESAFIOS DA
MUDANÇA CLIMÁTICA E A CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL?**

CP – A Indústria 4.0 é uma oportunidade e um grande desafio para a economia brasileira e, em particular, para a baiana. A atualização tecnológica para alcançar um processo em que a linha de produção seja inteligente, operando de forma quase autônoma, é cara e demanda tempo. Para alcançar esse estágio é preciso planejamento, que deve começar agora. A grande indústria brasileira está se posicionando para enfrentar esses desafios, mas os processos podem ser mais lentos e difíceis para as pequenas e médias empresas, principalmente em segmentos tradicionais da economia.

Devem-se registrar, porém, importantes políticas que estão sendo implantadas, como o programa Brasil Mais Produtivo, que visa exatamente a esse segmento, com foco na modernização tecnológica. No mesmo sentido, há boas perspectivas que apontam para caminhos de enfrentamento dos desafios globais: a construção de uma nova política industrial, focada na neoindustrialização, cuja diretriz é estabelecer uma matriz industrial ambientalmente mais sustentável; a aprovação da reforma tributária; a desoneração dos investimentos e o programa de depreciação acelerada, temas que terão impactos importantes para toda a economia, principalmente para as micro, pequenas e médias empresas.

**SEI – A POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA COM BASE NO TRIPÉ MACROECONÔMICO
(METAS DE INFLAÇÃO, META FISCAL PRIMÁRIA E REGIME DE CÂMBIO FLUTUANTE)
FOI APONTADA COMO RESPONSÁVEL PELA REDUÇÃO DO CRESCIMENTO DO PAÍS
E COMO UM OBSTÁCULO AO DESENVOLVIMENTO, À DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E À
AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA SOCIAL. O SENHOR CONCORDA COM ESSA VISÃO?**

CP – A estabilidade macroeconômica é fundamental para a credibilidade do país e, conseqüentemente, para a atração de investimentos. O chamado tripé tem sido importante nesse processo. O que se pode questionar é o nível da taxa de juros em determinados momentos, como o atual, bem como a meta fiscal e a forma de atingi-la, o que, muitas vezes, penaliza o empreendedor com uma tributação excessiva, sem considerar o combate às ineficiências do setor público, por exemplo.

A redução do crescimento dos últimos anos foi o resultado da confluência de outros fatores. De forma estrutural, pouco se combateu o Custo Brasil. Adicionalmente, o acirramento do ambiente político ampliou as incertezas e trouxe consigo implicações no campo econômico. Não houve continuidade de nenhuma política produtiva ao longo dos anos. Em suma, a explicação do baixo crescimento econômico é um tema de alta complexidade, mas certamente passa por uma maior união da sociedade em prol do desenvolvimento.

SEI – NA PRÁTICA, A INDÚSTRIA É UM DOS SETORES QUE MAIS ALAVANCAM O CRESCIMENTO ECONÔMICO, COM SIGNIFICATIVO EFEITO MULTIPLICADOR. A INDÚSTRIA ESTÁ PREPARADA PARA A NOVA REALIDADE DA DESCARBONIZAÇÃO E DA ECONOMIA VERDE, NO SENTIDO DE CONTINUAR SENDO IMPORTANTE VETOR DE CRESCIMENTO?

CP – A indústria é o setor da economia que tem o maior poder de alavancagem. No Brasil, a cada R\$ 1 produzido pelo setor, são gerados R\$ 2,44 adicionais na economia. E a indústria, assim como os demais setores produtivos, sempre procura se reinventar. Atualmente, além de produzir com alto grau de competitividade, o grande desafio é encontrar formas de produção economicamente viáveis que sejam compatíveis com o mínimo de impacto ambiental. A economia verde pretende conciliar crescimento econômico com descarbonização, eficiência no uso de recursos e inclusão social.

Essa é uma oportunidade de mudança de patamar para a Bahia. O nosso estado possui grande potencial para a produção de energia renovável, especialmente de origem eólica e solar. Em função dessa disponibilidade de recursos de energia renovável de baixo custo, a Bahia é considerada uma região potencialmente favorável ao desenvolvimento de hidrogênio verde, que possui três vezes mais energia do que a gasolina e é percebido como um substituto energético com zero emissão de CO₂.

Diferentes esforços contribuem para que a Bahia se destaque nesta área. Um deles foi a iniciativa do governo do estado de elaborar um mapa do hidrogênio verde, que foi desenvolvido pelo Senai/Cimatec. Há também investimentos do setor industrial, como o do Grupo Unigel, para a construção da primeira fábrica de hidrogênio verde em escala industrial do Brasil, que vai impactar diretamente no processo de descarbonização.

SEI – O GOVERNO FEDERAL TEM CHAMADO DE NEOINDUSTRIALIZAÇÃO O PROCESSO PARA A RETOMADA DO CRESCIMENTO DO SETOR INDUSTRIAL NO BRASIL. A POLÍTICA ECONÔMICA TEM COMO BASE A GERAÇÃO DE RENDA E DE EMPREGOS MAIS CENTRADOS EM CONHECIMENTO, INCLUSIVE COM A PARTICIPAÇÃO DO AGRONEGÓCIO. QUAIS SÃO AS EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO A ESSA INICIATIVA?

CP – Por falta de políticas claras de desenvolvimento industrial nos últimos anos, houve a intensificação do processo de desindustrialização. Por conta disso, há atualmente uma manifestada preocupação das autoridades governamentais em estabelecer uma nova política industrial no Brasil, a chamada neoindustrialização. Essa nova industrialização está baseada em uma necessária agenda moderna, com foco em tecnologia, inovação, energias limpas e desenvolvimento sustentável, sem, no entanto, deixar de fora a indústria tradicional, que pode ser reconfigurada para alcançar as mesmas metas de sustentabilidade. A expectativa da indústria é a mais otimista possível e esperamos medidas concretas para a retomada da competitividade do setor.

SEI – A INDÚSTRIA BRASILEIRA VEM PERDENDO ESPAÇO TANTO NO MERCADO INTERNO QUANTO NO MERCADO INTERNACIONAL. O BRASIL JÁ OCUPOU A DÉCIMA POSIÇÃO, HOJE ESTÁ NA 15ª. COMO RECUPERAR ESSA POSIÇÃO?

CP – Para voltar a ocupar posições condizentes com o tamanho do país, é preciso cumprir uma agenda extensa, que deve ser seguida por muitos anos. A ampla competitividade econômica virá por meio da união da sociedade em prol do desenvolvimento. O governo é o indutor da economia, mas, para isso, precisa controlar a vontade de aumentar os gastos, prezando pelo equilíbrio fiscal e, em consequência, melhorando o ambiente de negócios. Os empresários precisam acreditar mais no país e cumprir a agenda de modernização por meio de investimentos. Por sua vez, os trabalhadores devem se unir nesse esforço de modernização, buscando um nível cada vez maior de qualificação. Portanto, não são questões simples, e todos precisam estar engajados nesse projeto de conduzir o país em direção à modernidade.

SEI – NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS, A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO BAIANA VEM APRESENTANDO UM DESEMPENHO SOFRÍVEL, COM MÉDIA ANUAL DE -2,8%. ALÉM DA PANDEMIA DE COVID-19, QUAIS OUTROS FATORES PODEM TER CONTRIBUÍDO PARA ESSE BAIXO DESEMPENHO?

CP – A indústria baiana é concentrada em poucos setores, a maioria deles intensivo em capital. É o caso dos setores de refino, petroquímica, celulose, metalurgia, entre outros que são fortemente vinculados a preços internacionais, tanto de produtos quanto de insumos. Esses setores têm uma dinâmica cíclica, com períodos de expansão do investimento seguidos por uma queda de dinamismo, portanto, precisam de políticas ativas de competitividade.

De modo urgente, é preciso recuperar o protagonismo dos segmentos de petróleo e petroquímica, devido ao elevado peso na indústria baiana, que

alcança quase 50% do Valor da Transformação Industrial. Aqui há problemas que devem ser sanados no curto prazo para evitar riscos para o setor produtivo. Um desses problemas está na aquisição de insumos, notadamente o gás natural, a preços mais competitivos. É sabido que a indústria petroquímica passa por um período de baixa no mercado internacional, ocasionado, em grande parte, pelo aumento da oferta de produtos dos Estados Unidos, que usam o *shale gas* como insumo para a produção de eteno e outros derivados petroquímicos. Para alcançar essa competitividade, é preciso que o preço do gás natural caia para que esse insumo possa ser utilizado na fabricação de produtos químicos, petroquímicos e fertilizantes. A FIEB, junto com as empresas do setor, está mobilizada para buscar alternativas para o equacionamento dessa questão nos âmbitos federal e estadual.

Por sua vez, setores como a indústria alimentícia e a calçadista, por exemplo, dependem principalmente da expansão do mercado interno, que tem sido débil nos últimos anos. Um crescimento econômico com distribuição de renda tende a beneficiar o mercado nordestino, o que favorece a indústria baiana, e isso não aconteceu no período recente.

Não podemos esquecer também da saída da Ford, influenciada por questões relacionadas ao Custo Brasil, mas também por problemas de competitividade específicos da empresa.

SEI – A VINDA DE UMA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA PODE IMPACTAR A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DA BAHIA?

CP – A saída da Ford em 2021 foi de grande impacto para a economia baiana, estimando-se uma perda de mais de 1% do PIB naquele ano. Houve perdas de cerca de 7,5 mil empregos diretos, queda nas transações de comércio exterior, na cadeia de serviços, comércio, dentre outros. Parte relevante da indústria baiana estava preparada para atender a essa montadora de veículos. A BYD pode parcialmente ocupar essa lacuna, com a geração de empregos diretos e indiretos e a movimentação da economia com o aumento da renda geral. O melhor aproveitamento desse investimento se dará com uma maior inserção das empresas locais na cadeia de suprimento da nova montadora, e a FIEB dará uma grande contribuição nesse processo.

Outro fato a destacar é que a produção de veículos elétricos está em linha com os desafios da neindustrialização, podendo ser um importante elemento de construção de uma economia sustentável na Bahia. Ademais, há um compromisso de investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da BYD no estado, o que certamente fortalecerá nossa competitividade.

SEI – O SETOR INDUSTRIAL É UM DOS MAIS PROFÍCUOS EM TERMOS DE INOVAÇÃO. PELO MENOS 70% DOS INVESTIMENTOS EMPRESARIAIS EM PESQUISA E INOVAÇÃO SÃO FEITOS PELA INDÚSTRIA. COMO O SENAI/CIMATEC PODE COLABORAR COM AS MUDANÇAS ESTRUTURAIS QUE ESTÃO OCORRENDO NA INDÚSTRIA GERAL, JÁ QUE É UM CENTRO DE EXCELÊNCIA EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO?

CP – O Senai/Cimatec está estruturado em áreas de competência que são fundamentais para a transição que as indústrias precisam fazer para a manufatura avançada, que é o que existe de mais moderno em processos produtivos, como automação, metrologia, manutenção, logística e eficiência, por exemplo. Essas competências são fundamentais para esse processo de transição torne a indústria cada vez mais competitiva. Isso envolve mudanças estruturais muito relacionadas à logística, já que, cada vez mais, é preciso disponibilizar soluções em tempo real para atender às necessidades dos clientes; produtividade, pois estamos inseridos em um mercado global que exige preços e condições competitivas; e conectividade, tanto para os produtos quanto para as fábricas, nas quais a inteligência artificial torna-se um recurso capaz de apoiar no diagnóstico e na melhoria de processos.

Esse processo de transição para que a indústria se torne cada vez mais competitiva é possível através da inovação, que pode ser de processos ou produtos. No caso da inovação de produto, é fundamental que as empresas invistam no processo de desenvolvimento de produto para conseguir acessar fundos de fomento que financiam a inovação, seja ela voltada para a evolução ou a criação de novos produtos, seja para a melhoria de processos e de produtividade. O Senai/Cimatec apoia a evolução desses produtos e processos conectando as empresas com instrumentos de fomento à inovação, a exemplo da Embrapii; do Rota 2030 e, agora, do Programa Mover, para o setor automotivo; e do fundo da ANP, voltado para a indústria de óleo e gás.

SEI – ATÉ O INÍCIO DO SÉCULO XXI, A CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL BAIANA ERA CONSIDERADA UM FATOR POSITIVO, POIS ESTAVA PRÓXIMA A FONTES DE INSUMO, GERANDO ECONOMIA DE AGLOMERAÇÃO. HOJE, SE APRESENTA COMO UM GARGALO. EM 2010, 47,0% DA INDÚSTRIA ESTAVA CONCENTRADA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, DEPOIS HOUVE UMA DESCONCENTRAÇÃO, PASSANDO PARA 41,7% EM 2019. COMO DESCONCENTRAR MAIS AINDA A INDÚSTRIA BAIANA?

CP – A concentração foi o resultado de um processo natural de atração de indústrias, impulsionado pelas economias de aglomeração, que resultaram em melhores condições de competitividade. Porém, atualmente o foco dinâmico da economia do estado está no aproveitamento das riquezas naturais que

estão no interior, a exemplo da mineração, do agronegócio e das energias renováveis (vento, sol e biomassa). Portanto, há espaço para uma política de industrialização desses produtos oriundos dessas riquezas, desde que sejam viabilizados itens importantes da infraestrutura, como: energia, ferrovias, rodovias e, certamente, capacitação de pessoas.

SEI – OS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA, PRINCIPALMENTE DE TRANSPORTES, ESTÃO NA DIREÇÃO CORRETA DA INTERIORIZAÇÃO DA INDÚSTRIA?

CP – É preciso dividir essa questão em duas partes. Por um lado, os atuais investimentos na Ferrovia Leste Oeste (FIOL), que objetiva ligar o oeste e o sudoeste do estado ao Porto Sul, em Ilhéus, vão gerar grande impacto positivo para toda essa região, impulsionando o desenvolvimento econômico do interior do estado. Com a entrada em operação desse investimento, a indústria localizada nesse eixo terá várias oportunidades de crescimento e essa será uma política natural de interiorização. Por outro lado, ainda há muito o que fazer em termos de interiorização, notadamente na infraestrutura do interior da Bahia. Há problemas com os principais eixos rodoviários, que, em geral, têm traçados antigos e não são duplicados, a exemplo das BRs 101, 242 e 407. Além disso, é preciso propor mudanças no modelo de concessão de algumas rodovias, a exemplo da BR 324/BR 116. Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) está com a malha envelhecida e passa por um processo de redução de investimentos. No contexto de crise econômica e de dificuldade fiscal por parte do setor público, reafirma-se a necessidade de entrada da iniciativa privada em áreas de atuação do Estado através dos instrumentos legais disponíveis (concessões, PPP etc.). Acreditamos que essa é a melhor saída para a ampliação e a modernização da infraestrutura da Bahia, em direção a uma maior interiorização da economia.

SEI – CITAMOS O CUSTO BRASIL COMO UM ENTRAVE AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. A REFORMA TRIBUTÁRIA EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL PODE ELEVAR A COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA?

CP – A sociedade brasileira anseia há muito tempo por uma ampla reforma tributária, que traga racionalidade ao pagamento de tributos. É sabido que o Brasil tem uma das piores estruturas tributárias do mundo, o que traz ineficiências de toda a ordem para a economia. O contribuinte não sabe o que está pagando e nem o montante certo do pagamento. O efeito colateral dessa complexidade jurídica é a insegurança, que resulta em contenciosos entre os contribuintes e o Fisco, e até mesmo entre os órgãos fiscais dos estados. Além disso, há o elevado custo de apuração e recolhimento dos impostos, que faz com que sejam gastas muitas horas de trabalho para

uma empresa calcular e pagar o tributo corretamente. Nesse sentido, o maior impacto positivo será a simplificação do sistema tributário brasileiro, reduzindo a multiplicidade de impostos sobre a produção e o consumo de bens e serviços. A Reforma Tributária deverá melhorar o ambiente de negócios, aproximando o sistema tributário brasileiro dos padrões considerados os melhores do mundo. Isso certamente ampliará os investimentos das empresas internas e será um forte atrativo para que capitais externos entrem com mais força no país.

SEI – DIANTE DE UMA POLÍTICA MONETÁRIA CONTRACIONISTA,
DE CENÁRIO INTERNACIONAL DE GUERRAS, DE MUDANÇAS
CLIMÁTICAS E DE INCERTEZAS GEOPOLÍTICAS, QUAIS AS PROJEÇÕES
PARA A INDÚSTRIA BRASILEIRA E BAIANA EM 2024?

CP – Por ser, em grande parte, produtor de bens *tradable*, ou seja, relacionados com o comércio exterior e que dependem da formação do preço internacional, o setor industrial baiano será impactado pelo cenário econômico internacional pouco favorável. A guerra na Ucrânia e o conflito entre Israel e Hamas são fatores que devem influenciar negativamente, em particular no que se refere aos preços de insumos relevantes. Por sua vez, um setor que deve seguir em baixa em 2024 é o petroquímico, que enfrenta um cenário de baixos preços internacionais e problemas de competitividade da produção interna, com altos custos das matérias-primas e baixos preços das resinas no mercado doméstico. No cenário nacional, a taxa de juros ainda elevada e as incertezas fiscais são pontos de atenção que podem afetar a indústria baiana, por conta de sua forte correlação com o desempenho da economia brasileira. Nesse cenário, o desempenho da indústria baiana em 2024 será tímido, um pouco inferior ao da indústria nacional, com crescimento abaixo de 1%.



A REPRIMARIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA À LUZ DO DEBATE LIBERAL DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA

Luiza Mascarenhas
Soares

Graduada em Economia
na Universidade Federal da
Bahia (UFBA). Bolsista de
iniciação científica do CNPq/
UFBA sob supervisão do
professor Lucas Trentin Rech.
luizamascarenhas.s@outlook.com

<http://doi.org/10.56839/cp.1i205.2>

PARA COMPREENDER adequadamente o cenário atual, é essencial considerar o contexto histórico e as nuances que moldaram a economia brasileira. Nos últimos anos, o país tem experimentado um aumento significativo na participação do setor de *commodities*, incluindo produtos como soja, milho e petróleo em sua pauta de exportações. Isso tem sido frequentemente interpretado como um processo de reprimarização, ou seja, a ênfase na produção e exportação de matérias-primas em detrimento da diversificação industrial.



Portanto, ao considerar as teorias de Ricardo e Mill em relação à reprimarização no Brasil, é necessário avaliar não apenas as implicações econômicas, mas também os impactos sociais e ambientais, bem como as estratégias de desenvolvimento industrial a longo prazo

Desse modo, enquanto a Teoria das Vantagens Comparativas, de Ricardo (1982), apoia a reprimarização, enfatizando a especialização na produção de *commodities* como forma de obter vantagens no comércio internacional, Mill (1984) argumenta que o protecionismo temporário pode ser justificado em países em desenvolvimento para proteger setores estratégicos e permitir o avanço industrial, além de garantir um período para que economias subdesenvolvidas possam ter a chance de se industrializarem.

Além disso, é crucial observar que a reprimarização não é apenas uma questão econômica, mas também está intrinsecamente ligada a questões sociais, políticas e ambientais, visto que o aumento da dependência de *commodities* pode criar vulnerabilidades em relação à volatilidade dos preços globais e ter implicações para a distribuição de renda e o uso sustentável dos recursos naturais.

Portanto, ao considerar as teorias de Ricardo e Mill em relação à reprimarização no Brasil, é necessário avaliar não apenas as implicações econômicas, mas também os impactos sociais e ambientais, bem como as estratégias de desenvolvimento industrial a longo prazo. O debate em curso sobre o futuro da economia brasileira é, sem dúvida, complexo e requer uma análise abrangente de todos esses aspectos, a fim de orientar políticas econômicas e decisões estratégicas.

A INCLINAÇÃO MALTHUSIANA DE RICARDO

A Revolução Industrial, que teve início na Inglaterra no final do século XVIII, foi um período de profunda transformação econômica e social, impulsionada pela introdução de maquinário e a automação dos processos de produção. Essas mudanças resultaram em um notável aumento da produtividade e da capacidade de produção tanto na indústria quanto na agricultura. Concomitantemente, a sociedade inglesa vivenciou um crescimento populacional jamais visto, motivado principalmente pelo acesso mais fácil a alimentos e melhores condições de vida, resultando na redução da taxa de mortalidade e no aumento significativo da taxa de natalidade. Nesse contexto, David Ricardo e Thomas Malthus compartilhavam uma preocupação comum em relação ao crescimento populacional e seus impactos na economia. A partir dessa inquietação, Malthus desenvolveu sua teoria populacional, em que a população crescería em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos aumentaria em progressão aritmética, resultando em cenários de escassez e miséria, sendo inevitável a fome (Dobb, 1987).

Essa perspectiva negativa em relação ao crescimento populacional foi partilhada por Ricardo, cuja percepção indicava que o crescimento demográfico excessivo poderia acarretar redução dos salários e agravamento das disparidades socioeconômicas. Essa abordagem alinhava-se à perspectiva malthusiana, que buscava justificar a miséria a partir da taxa de natalidade, como evidenciado em uma declaração de Ricardo no parlamento.

Gentlemen ought, however, to inculcate this truth on the minds of the working classes – that the value of labour, like the value of other things, depended on the relative proportion of supply and demand. If the supply of labour were greater than could be employed, then the people must be miserable ... But the people had the remedy in their own hands. A little forethought, a little prudence (which probably they would exert, if they were not made such machines of by the poor-laws), a little of that caution which the better educated felt it necessary to use, would enable them to improve their situation (Hansard, 1824, p. 601).

Evidencia-se, dessa forma, que David Ricardo não apenas compartilhava as convicções de Malthus no que se refere à teoria populacional, mas também, a partir dessa perspectiva, tornou-se um crítico à “lei dos pobres”. Ele argumentava que tais medidas interferiam nos mecanismos naturais do mercado e distorciam os incentivos econômicos, o que acabava gerando uma cultura de dependência e desmotivação ao trabalho. Isso, consequentemente, acarretava prejuízos ao crescimento econômico e à perpetuação da pobreza, ficando clara a sua defesa à participação mínima do Estado na economia.

No entanto, segundo Rech (2019) na tese *O Estado na Teoria Econômica*, Ricardo reconhecia que a introdução da maquinaria na produção também contribuía para o expressivo número de desempregados, mas, segundo ele, esse fenômeno seria temporário, visto que, devido à mobilidade perfeita dos capitais, seria revertido com o tempo. “Dessa forma, deveria aumentar a demanda por trabalho, por meio da retenção de capital dentro dos limites nacionais, e mitigar a oferta excessiva de mão de obra através da prudência dos pobres em sua reprodução” (Rech, 2019, p. 44). Ricardo não só era favorável ao Estado mínimo em relação à “lei dos pobres”, mas também em relação às leis que protegiam o preço do trigo – conhecidas como *corn laws* – visto que julgava que estas interferiam nos mecanismos naturais do mercado e distorciam os incentivos econômicos, beneficiando os proprietários de terras, mas prejudicando os consumidores em geral.

O pessimismo que, na obra de Malthus, estava relacionado à teoria populacional, acentua-se na tese de Ricardo, a qual define que, à medida que a população cresce e a demanda por alimentos aumenta, mais terras menos férteis são cultivadas para atender a essa demanda crescente

Desse modo, verifica-se a influência da teoria populacional de Malthus na visão de Ricardo sobre as *corn laws*, já que ambos os autores enfatizavam a importância dos mecanismos de mercado, da livre concorrência e da remoção de restrições protecionistas para garantir o desenvolvimento econômico e o bem-estar da sociedade. Assim, a visão crítica de Malthus acerca do crescimento populacional e sua relação com a produção de alimentos contribuiu para moldar o posicionamento de Ricardo em relação às leis de proteção do preço do trigo.

Além disso, é possível identificar a significativa influência de Malthus na concepção da lei dos rendimentos decrescentes, proposta por Ricardo, cuja compreensão pode ser alcançada a partir da análise de sua teoria da oferta de alimentos. Malthus defendia que, à medida que a população cresce, a demanda por alimentos também aumenta, o que gera a necessidade de um crescimento correspondente na produção agrícola, o que, no entanto, seria limitado pela quantidade de terra fértil, tendo como únicas soluções a diminuição da taxa de natalidade e o fim das leis de assistência social, que segundo ele, incentivavam o crescimento populacional. A partir desse pressuposto, Ricardo desenvolveu a lei dos rendimentos decrescentes, que estabelece que, à medida que mais recursos são alocados na produção, a taxa de aumento da fabricação diminui, ou seja, os retornos marginais decrescem à medida que mais fatores de produção são empregados.

Segundo Nunes (1984) em seu livro *Uma Introdução à Economia Política*, essa lei reflete a percepção de Ricardo de que existem limitações na capacidade de aumentar a produção indefinidamente, sendo que a quantidade de trabalho adicional despendido no cultivo de determinada terra não produzirá um aumento correspondente na quantidade de produto. De acordo com ele, quando a quantidade de um fator de produção, como trabalho ou capital, é aumentada em combinação com outros fatores fixos, como a terra, a produtividade marginal do fator variável diminui. A principal causa dessa redução é a limitação dos recursos naturais, principalmente de terras cultiváveis. “Cada homem a mais [...] é – por força da lei dos rendimentos decrescentes – um produtor que obterá um rendimento mais fraco que os anteriores, o que provoca o abaixamento do nível de vida em consequência do aumento da população” (Nunes, 1984, p. 470).

Dessa forma, o pessimismo que, na obra de Malthus, estava relacionado à teoria populacional, acentua-se na tese de Ricardo, a qual define que, à medida que a população cresce e a demanda por alimentos aumenta, mais terras menos férteis são cultivadas para atender a essa demanda

crescente. Contudo, devido à menor qualidade produtiva dessas terras em comparação com as terras iniciais cultivadas, observa-se uma diminuição na produtividade marginal dos recursos agrícolas, o que gera um declínio nos rendimentos, ressaltando a relevância da alocação eficiente de recursos. Isso ocorre porque o crescimento contínuo da produção pode não ser sustentável sem a devida gestão dos recursos disponíveis, considerando-se a diminuição da produtividade marginal ao se empregarem recursos adicionais.

O valor de uma mercadoria dependeria da quantidade relativa de trabalho necessária a sua produção, indo além da questão da remuneração da mão de obra

Ademais, segundo Hunt (2005) em sua obra *História do Pensamento Econômico*, para David Ricardo, todas as mercadorias deveriam ter utilidade para ter valor, porém, o valor não era estabelecido pela utilidade. Ricardo (1982, p. 24) defendia que: “Possuindo utilidade, as mercadorias derivam seu valor de troca de duas fontes: de sua escassez e da quantidade de trabalho necessária para obtê-las”. Desse modo, o valor de troca de uma mercadoria depende do tempo de trabalho necessário para a sua produção. Ou seja, o valor não é determinado pela abundância, mas sim pela facilidade ou dificuldade do processo produtivo. Relacionando-se esse valor de troca não apenas à mão de obra em si, mas a todos os custos de produção, caracteriza-se a precificação de um produto no mercado.

Assim, o valor de uma mercadoria dependeria da quantidade relativa de trabalho necessária a sua produção, indo além da questão da remuneração da mão de obra, como ele ressaltava no primeiro capítulo dos Princípios: “O valor de um bem, ou seja, a quantidade de qualquer outro bem com o qual se possa trocar, depende da quantidade relativa de trabalho necessária para o produzir e não da maior ou menor remuneração auferida por esse trabalho” (Ricardo, 1982, p. 23).

Portanto, a teoria do valor-trabalho permitiu que o autor se concentrasse nas forças que influenciavam a acumulação de capital. A partir desse pressuposto, ele argumentava que os salários eram determinados pela oferta e demanda de trabalho, acreditando que, a longo prazo, os salários tendiam a se estabilizar em um nível de subsistência, ou seja, em um nível mínimo para a sobrevivência dos trabalhadores e suas famílias. Qualquer aumento nos salários acima desse nível levaria a um aumento da população trabalhadora, o que resultaria em um excesso de oferta de trabalho e, consequentemente, na queda dos salários de volta ao nível de subsistência. “Com o desenvolvimento natural da sociedade, os salários do trabalho, sendo regulados pela oferta e pela demanda, tendem a diminuir, pois a oferta de trabalhadores continuará a crescer à mesma taxa, enquanto a demanda aumentará a uma taxa menor” (Ricardo, 1982, p. 72). Além

disso, ele acreditava na tendência de baixa na taxa de lucro, visto que, com o aumento da população, se tornava necessário cultivar terras cada vez menos férteis, o que resultaria na subida das rendas e elevação do preço do trigo.

Perante esse aumento do preço do trigo, os salários nominais teriam de subir para que os salários reais continuassem a assegurar o mínimo de subsistência, e o valor dos produtos industriais não aumentaria, seguindo sua teoria do valor que está relacionada à quantidade de trabalho necessária para produção e não ao nível de salários pagos, ou seja, perante a subida dos custos – salários e rendas – não subiria o produto das vendas e a taxa de lucro baixaria [o que iria desestimular a acumulação de capital e deixar a economia inglesa em um estado estacionário]. (Nunes, 1984, p. 475).

Assim, na perspectiva de Ricardo, os lucros eram uma parte do valor produzido pelo trabalho e eram determinados pela diferença entre o valor das mercadorias produzidas e os salários pagos aos trabalhadores. Portanto, lucro seria trabalho não pago, visto que são os trabalhadores que geram o excedente, então “o lucro era, agora, concebido como o excedente ou a diferença residual entre a quantidade de trabalho necessária para permitir a subsistência da força de trabalho e toda esta força de trabalho” (Dobb, 1987, p. 74). Para Ricardo, o lucro era uma parte da produção que ia para os proprietários de capital, como uma recompensa pelo risco e pelo uso do capital na produção, e, com o aumento dos salários e da renda da terra, esses lucros tenderiam a abaixar.

“Essa tendência [...] (a queda dos lucros) é, felizmente, interrompida de tempos em tempos pelos aperfeiçoamentos da maquinaria ligada à produção das mercadorias necessárias, bem como pelas descobertas da ciência agrícola” (Ricardo, 1982, p. 71). Ricardo desenvolveu assim, a teoria do lucro como cereal, na qual a taxa de lucro era calculada a partir da proporção entre o produto líquido proveniente da terra que não gerava renda e os salários, ambos expressos em termos de cereal. Esse enfoque destacava a importância da produtividade da terra na determinação dos lucros.

Já no que se refere aos preços, Ricardo argumentava que eram determinados pela quantidade de trabalho incorporada nas mercadorias. Assim, os preços eram vistos como um reflexo do valor intrínseco dos produtos, sendo que o valor determinava a proporção em que as mercadorias eram trocadas no mercado. Dessa forma, os preços relativos das mercadorias refletiriam as quantidades de trabalho necessárias para produzi-las. Ele acreditava, portanto, que os preços não eram apenas determinados pelo custo de produção, mas também pela oferta e demanda no mercado, no entanto, enfatizava que os preços tenderiam a se ajustar em torno dos custos de produção, especialmente em condições de competição perfeita (Nunes, 1984).

Assim, em uma economia de livre concorrência, os preços das mercadorias tenderiam a se igualar aos custos de produção, incluindo os salários e os retornos normais ao capital, e, a partir daí, os preços relativos das mercadorias iriam refletir as quantidades de trabalho socialmente necessárias para produzi-las. Quanto à renda, Ricardo a via como um resíduo determinado pelos preços, e não como uma parte integrante dos custos que determinavam os preços. Portanto, Ricardo considerava apenas os lucros e os salários, excluindo a renda em sua análise dos custos de produção, como determinantes do preço natural de uma mercadoria. Por fim, também acreditava que o preço natural era igual ao custo de produção, quando o trabalho e o capital recebessem as taxas socialmente médias de salários e lucros.

TEORIA UTILITARISTA

Por sua vez, também durante a Revolução Industrial, surgiu o movimento utilitarista, no final do século XVIII e início do século XIX, sendo esse período marcado, como já dito, por transformações sociais, políticas e econômicas significativas na Europa, incluindo o surgimento da sociedade industrial e a consolidação da burguesia como classe dominante, o que resultou em tensões e desigualdades sociais, com o crescimento do proletariado fabril. Nesse contexto, os racionalistas adotaram uma abordagem diferente em relação à formação de preços em comparação com a teoria do valor-trabalho utilizada por seus predecessores, em que o valor de uma mercadoria é medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. Jeremy Bentham propôs uma teoria do valor baseada na utilidade, que ficou conhecida como utilitarismo, na qual os preços eram determinados pela utilidade que as mercadorias proporcionavam aos consumidores.

Nesse contexto, as mercadorias que são percebidas como mais úteis e capazes de proporcionar maior prazer tendem a ter preços mais elevados, enquanto aquelas consideradas menos úteis possuem preços mais baixos

[...] todos os atos humanos passaram a ser vistos como consequência de decisões calculadas, racionais, nas quais o indivíduo agia de modo muito parecido com um contador, ponderando todos os lucros (prazeres) a serem obtidos com determinado ato, deduzindo todos os custos (dor) a serem causados por esse ato e, depois, escolhendo racionalmente o ato que maximizasse o excesso de prazer sobre a dor (Hunt, 2005, p. 192).

Em sua teoria, Bentham (1985) argumenta que o valor de uma mercadoria estava relacionado à quantidade de prazer ou satisfação que ela poderia proporcionar às pessoas, isto é, a sua utilidade, que era subjetiva e variava de acordo com as preferências individuais. Bentham define utilidade como “a propriedade de qualquer objeto que tenda a produzir algum benefício, vantagem, prazer, bem ou felicidade ou a impedir danos, dor, mal ou infelicidade à parte cujo interesse esteja sendo considerado” (Bentham, 1985, p. 86).

Dessa forma, os preços são estabelecidos por meio da interação entre a oferta e a demanda no mercado, com base na avaliação subjetiva da utilidade pelos consumidores. Nesse contexto, as mercadorias que são percebidas como mais úteis e capazes de proporcionar maior prazer tendem a ter preços mais elevados, enquanto aquelas consideradas menos úteis possuem preços mais baixos. A determinação dos preços, portanto, ocorre com base na percepção individual da utilidade das mercadorias pelos consumidores, refletindo-se na relação entre oferta e demanda no mercado, sendo importante ressaltar a visão do homem egoísta, que sempre busca pelo próprio prazer, associada à teoria de Bentham. Assim, a teoria do valor-utilidade estabelece uma diferenciação em relação à teoria do valor-trabalho, que sustenta que o valor das mercadorias deriva da quantidade de trabalho requerida para produzi-las. Para Bentham, no o trabalho ocupa uma posição secundária na determinação do valor, uma vez que ele estaria primordialmente relacionado à utilidade percebida.

A partir disso, Senior (1983) considerava a teoria do valor-utilidade menos perigosa que a teoria do valor-trabalho, da qual era um crítico, visto que, em sua visão, esta última era complexa e abstrata, o que acabava dificultando sua aplicação prática na análise econômica. Além disso, é importante ressaltar a preocupação expressada por Senior em referência à teoria do valor-trabalho, afirmando que esta possuía uma forte tendência a provocar greves e instabilidade social. Para ele, a ênfase no valor atribuído ao trabalho poderia levar os trabalhadores a demandarem salários mais altos com base na quantidade de trabalho desempenhado. Isso ocorria pois, no momento

histórico em questão, os trabalhadores sofriam com longas jornadas laborais, baixos salários e condições de trabalho deploráveis, portanto, a teoria do valor-trabalho, de acordo com Senior (1983), acabaria sendo utilizada como pauta para reivindicação de direitos e formação de sindicatos pelos trabalhadores.

Por sua vez, a teoria do valor-utilidade possuía uma abordagem, segundo ele, mais simples e direta para a formação dos preços, visto que a utilidade de uma mercadoria seria um critério mais facilmente mensurável, permitindo uma análise mais intuitiva dos preços e da alocação de recursos. Além de evitar as possíveis consequências associadas à teoria do valor-trabalho, tendo em vista que essa teoria, em vez de enfocar o trabalho como a única fonte de valor, argumenta que o valor de um bem ou serviço é determinado pela utilidade que ele proporciona aos indivíduos, sendo menos propícia a causar conflitos sociais. Em relação à teoria do valor-trabalho, Senior (1983, p. 24) defende que

[...] se todas as mercadorias usadas pelo homem fossem fornecidas pela natureza, sem qualquer intervenção do trabalho humano, mas fossem fornecidas exatamente nas mesmas quantidades que são hoje, não haveria razão para se supor que elas deixariam de ter valor ou que fossem trocadas umas pelas outras em outras proporções.

É evidente o posicionamento de Senior (1983, p.6) contrário à teoria do valor-trabalho em relação à teoria utilitarista: “Das [...] qualidades que tornam qualquer coisa um artigo de riqueza ou, em outras palavras, que lhe dão valor, a mais impressionante é o poder, direto ou indireto, de dar prazer [...]. A utilidade [...] vem logo depois (na expressão desta qualidade)”. Segundo ele, os preços refletem as utilidades que cada indivíduo extrai do consumo das várias mercadorias, e não o trabalho a elas incorporado.

O abandono da teoria do valor-trabalho pelos racionalistas está diretamente relacionado à defesa irrestrita que fazem do mercado como harmonizador social. Esses teóricos argumentavam que, se o valor das mercadorias fosse determinado pela utilidade que elas proporcionam aos indivíduos, então a interação livre no mercado permitiria a alocação eficiente de recursos de acordo com as preferências e necessidades dos consumidores. Nesse contexto, apesar da aparência de autossuficiência individual – com a especialização –, o indivíduo torna-se, cada vez mais, dependente do mercado, que passa a ser defendido como harmonizador social.

[...] os produtores especializados não poderiam viver se não conseguissem vender suas mercadorias em troca de moeda e comprar a variedade de mercadorias de seus produtores especializados, necessária para eles se manterem. Portanto, um mercado que funcionasse com relativa liberdade era parte necessária do modo de produção capitalista (Hunt, 2005, p. 190).

Eles acreditavam, então, que, por meio da busca individual e do próprio interesse, despertado pela utilidade, os agentes econômicos seriam incentivados a produzir e trocar bens e serviços que fossem valorizados pelos consumidores. Através da competição e da livre concorrência, o mercado seria capaz de coordenar os interesses individuais e direcionar os recursos escassos de forma eficiente, aumentando o bem-estar geral.

Todavia, o principal construtor da teoria do valor-utilidade, Bentham (1985), passou a defender a necessidade de ação do Estado em determinadas circunstâncias, apesar de ter inicialmente apoiado a ideia de que o mercado poderia alcançar o máximo da harmonia social. Ele considerou em 1801:

[...] não tenho [...] um medo horrível – sentimental ou anárquico – da mão do governo. Deixo por conta de Adam Smith e dos campeões dos direitos do homem falarem de invasões da liberdade natural e argumentarem de modo especial contra esta ou aquela lei, levando à negação de todas as leis. A interferência do governo, na medida em que ofereça a mínima vantagem, deve ser vista com bons olhos (Bentham, 1985, p. 257-258).

Bentham (1985) eventualmente passou a reconhecer que existiam algumas falhas e imperfeições no funcionamento do mercado – como os monopólios –, o que poderia acarretar resultados indesejados, portanto, nesse cenário, a intervenção estatal poderia ser bem-vinda. O autor argumentava que certas ações regulatórias do Estado – como a regulamentação do monopólio – poderiam maximizar a utilidade, visto que o mercado, por si só, não era capaz de alcançar todas as metas sociais desejáveis. Desse modo, sua mudança de opinião partiu, primeiramente, do fato de ter chegado à conclusão, como Malthus, de que a poupança poderia não ser igualada pelo novo investimento, o que resultaria na diminuição da produção, aumento do desemprego e indicaria uma falha no funcionamento do livre mercado. Nesse caso – argumentava Bentham –, se o governo aumentasse a quantidade de moeda em circulação, “a moeda introduzida [...] se transformaria numa fonte de riqueza cada vez maior” (Bentham, 1985, p. 124).

Uma segunda justificativa, apresentada por ele, para a intervenção governamental no mercado relaciona-se com a redução dos efeitos sociais negativos causados pelas grandes disparidades de riqueza e renda. Segundo Hunt (2005), Bentham defendia a ideia de que a capacidade de uma pessoa usufruir do dinheiro diminuía à medida que acumulava mais riqueza. Assim, ele considerava, nos termos atuais, que havia uma utilidade marginal decrescente para o dinheiro.

Apesar disso, é importante salientar que Bentham não era, de modo algum, um defensor da completa igualdade, pois acreditava que “se fosse feita a redistribuição da riqueza e da renda, chegar-se-ia a um ponto em que seus efeitos benéficos seriam mais do que superados por seus efeitos prejudiciais” (Hunt, 2005, p. 199). Assim, ao longo da vida de Bentham, pode-se observar uma divergência ou um conflito entre sua postura inicial de defensor do *laissez-faire* e sua postura posterior de reformista.

Contudo, outros autores utilizaram da teoria do valor-utilidade, de Bentham, para defender a distribuição de riqueza, sendo importante ressaltar que o movimento cooperativo liderado por Robert Owen e os princípios que o fundamentavam exerceram uma forte influência no movimento trabalhista inglês durante a década de 1820. Após a revogação da Lei da Associação em 1824, que legalizou novamente as organizações trabalhistas, as ideias de Owen e seu movimento ganharam ainda mais destaque. Não é surpreendente que muitos teóricos da época, que compartilhavam simpatia pelo movimento trabalhista, tenham incorporado as ideias do movimento cooperativista de Owen à perspectiva do conflito de classes, expressa na teoria do valor-trabalho presente nas obras de Smith (1996) e Ricardo (1982). Entre esses teóricos, Thompson (1850) era destaque, tendo como principais influências a teoria do valor-trabalho dos economistas políticos clássicos, a filosofia do movimento cooperativista, de Owen, e a teoria do valor-utilidade, de Jeremy Bentham, sendo ponto importante de sua teoria o fator tempo.

A teoria de Bentham acabou servindo como base filosófica e influenciou a economia neoclássica, tendo a teoria do valor-utilidade, em particular, sido desenvolvida com a perspectiva de harmonia social, reforçando a ideologia do capitalismo de livre mercado. Embora, em suas últimas décadas, Bentham tenha defendido reformas, Thompson advogou por reformas mais radicais, porém, é evidente – de acordo com Hunt (2005) em seu livro *História do Pensamento Econômico* – que o uso do utilitarismo de Bentham para justificar reformas ou restrições ao livre mercado resultou em contradições irreconciliáveis, tendo apenas os defensores neoclássicos conservadores

do capitalismo *laissez-faire* analisado as implicações desse utilitarismo com coerência lógica. Contudo, Thompson foi capaz de levantar importantes questionamentos acerca das condições de vida dos trabalhadores em sua época, afirmando que a

[...] industrialização provocou a total destruição do modo de vida tradicional dos trabalhadores. A disciplina rígida nas fábricas e as deploráveis condições de vida nas cidades eram frutos da necessidade de ter e manter um emprego. Os altos níveis de desemprego tornavam a tarefa de encontrar e manter um emprego muito incerta. Além do mais, a maioria das mudanças importantes na tecnologia de produção provocou desemprego tecnológico para muitos trabalhadores (Hunt, 2005, p. 228).

Além disso, é importante ressaltar que Thompson, como discípulo de Bentham, abraçava tanto o hedonismo psicológico quanto o hedonismo ético, apesar de também aceitar teorias incompatíveis com o utilitarismo que defendia:

Nossa organização nos tornou seres sensíveis, isto é, capazes de ter prazer e dor, por vários motivos. O único motivo racional de qualquer esforço, seja para adquirir riqueza, seja para qualquer outro fim, é aumentar os meios de felicidade ou afastar ou diminuir as causas de aborrecimento, sejam elas imediatas ou potenciais (Thompson, 1850, p. 15).

Segundo Hunt (2005), Thompson também aceitava a teoria do valor-trabalho, sustentando que apenas o labor era responsável pela criação de riqueza e que a quantidade de trabalho incorporada em uma mercadoria era o principal fator determinante de seu valor: “Sem trabalho não há riqueza. O trabalho é seu atributo distintivo. A ação da natureza não constitui objeto de riqueza. O trabalho é o único gerador de riqueza [...]” (Thompson, 1850, p. 6). Dito isso, Thompson valeu-se de elementos teóricos, como a crítica à apropriação privada dos recursos naturais, a desigualdade de oportunidades e a influência negativa da competição exacerbada, para construir sua teoria “socialista utilitarista” e abordar temas centrais, como a distribuição de riqueza, a instabilidade do sistema capitalista e a insegurança dos produtores.

No que diz respeito à distribuição de riqueza, Thompson sustentava que a propriedade privada dos meios de produção levava à concentração desigual

de riqueza, o que resultava em desigualdades socioeconômicas prejudiciais. Ele advogava por uma distribuição mais equitativa dos recursos e da renda como forma de promover a justiça social, baseado na teoria da utilidade marginal decrescente do dinheiro, conforme proposto por Bentham (1985). Para ele, a distribuição de riqueza era o determinante mais importante do grau de prazer e de felicidade que poderia ser atingido pelos vários membros da sociedade, também acreditando – de acordo com Hunt (2005) – que, à medida que aumentasse a riqueza de uma pessoa, aumentos iguais de riqueza resultariam, sucessivamente, em menos prazeres.

Além do mais, Thompson acreditava que, se todos os indivíduos da sociedade fossem tratados de forma igualitária, teriam a mesma capacidade de experimentar prazer e felicidade, sendo essas convicções, em grande parte, congruentes com as de Bentham. Porém, apesar de reconhecer que a distribuição de riqueza e renda na Inglaterra era excessivamente desigual, Bentham acreditava que o sistema econômico capitalista existente era compatível com uma distribuição justa dos recursos. Thompson, por sua vez, discordava veementemente disso, não acreditando que o capitalismo pudesse ser um “sistema de segurança”, em que todos tivessem assegurados os frutos do próprio trabalho, tendo em vista a desigualdade como elemento de distinção: “A tendência do esquema vigente das coisas, no tocante à riqueza, é enriquecer uns poucos à custa da massa de produtores, tornar a miséria do pobre mais desesperançada” (Thompson, 1850, p. xxix).

Logo, para ele, o capitalismo apresentava níveis extremos de desigualdade na distribuição de riqueza e pobreza, os quais não poderiam ser justificados por uma perspectiva utilitarista. A partir desse pressuposto, Thompson (1850) apontava para as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, como a tendência à superprodução e às crises econômicas, julgando que o capitalismo era intrinsecamente instável, o que provocava depressões e desemprego, desperdício econômico e sofrimento generalizado. Ele argumentava que a busca incessante pelo lucro e a competição acirrada poderiam levar a flutuações econômicas e à instabilidade social, prejudicando tanto os trabalhadores quanto os empresários. Tendo isso em vista, Thompson acreditava que o utilitarismo sempre levaria um estudioso cuidadoso às mesmas conclusões a que ele havia chegado, todavia, ironicamente, o próprio Thompson aceitava quase todos os argumentos utilitaristas usados para justificar o capitalismo concorrencial e de livre mercado. De acordo com Hunt (2005), Thompson afirmou que a troca voluntária sempre beneficiaria ambas as partes nela envolvidas, porque cada uma receberia

O capitalismo
apresentava
níveis extremos
de desigualdade
na distribuição de
riqueza e pobreza, os
quais não poderiam
ser justificados por
uma perspectiva
utilitarista

Thompson era contra a criação de impostos (ou subsídios) sobre a produção, a regulamentação da oferta de moeda por parte do governo e a aquisição de riqueza por herança

mais utilidade do que perderia, sendo essa afirmativa idêntica à defesa utilitarista do capitalismo.

É justamente a partir dessa defesa da livre troca que os utilitaristas passaram a argumentar que o mercado harmonizava os interesses de todos, tanto capitalistas quanto operários. Porém, Thompson (1850) contestou essa visão conservadora do capitalismo ao questionar a premissa de que os trabalhadores vendem livremente sua capacidade de trabalho nesse sistema econômico. Para ele, não há desfrute de liberdade real por parte dos trabalhadores, visto que eles não possuem as ferramentas e os materiais de produção. Segundo Thompson (1850), a falta de acesso a recursos essenciais comprometeria a autonomia e a capacidade de escolha dos trabalhadores, minando o princípio de uma livre troca no mercado. Dessa forma, para que essa livre troca beneficiasse harmoniosamente todas as partes envolvidas, seria necessário, de acordo com Thompson (1850), haver duas condições rigorosas.

A primeira delas seria os trabalhadores serem donos de seu próprio capital e do material necessário para a produção, permitindo-lhes realizar seu trabalho sem coerção. Nesse arranjo social, em que nenhum trabalhador utilizaria um capital significativamente maior do que o outro, a distribuição da riqueza seria substancialmente mais igualitária em comparação ao capitalismo, embora ainda pudesse haver alguma desigualdade. Em segundo lugar, Thompson (1850) julgava que, para que a concorrência fosse universalmente benéfica, todas as restrições à livre concorrência teriam de ser eliminadas, o que exigiria a revogação de todas as leis que restringissem a produção, ou que mantivessem a vantagem monopolista em qualquer mercado. Logo, Thompson era contra a criação de impostos (ou subsídios) sobre a produção, a regulamentação da oferta de moeda por parte do governo e a aquisição de riqueza por herança.

Ao destacar em suas obras as condições precárias de trabalho e a incerteza enfrentada pelos produtores na busca por meios de subsistência, Thompson abordava a necessidade de defender esses trabalhadores e implementar políticas que lhes garantissem segurança e bem-estar, visto que o sistema econômico precisaria assegurar aos que criavam riqueza os frutos de seu trabalho. Assim, em uma sociedade de troca justa e concorrencial, “todos os produtos do trabalho deveriam ser destinados aos seus produtores” (Thompson, 1850, p. 137).

Para Thompson, a distribuição desigual de riqueza, que levava à insegurança dos produtores, era resultado das relações de propriedade estabelecidas historicamente, que obrigavam os produtores a viverem em condições precárias, enquanto os proprietários, que não estavam necessariamente envolvidos no processo de produção, acumulavam vastas riquezas (Thompson, 1850). Todavia, ele não era a favor da implementação de um socialismo de mercado, visto que este não iria eliminar muitas das inseguranças do capitalismo. Thompson julgava que o interesse próprio e o egotismo alimentados por uma sociedade baseada num mercado em concorrência criariam uma situação na qual “não haveria recurso [...] adequado para os defeitos físicos, a doença ou a velhice, nem para numerosos acidentes que ocorrem na vida humana” (Thompson, 1850, p. 263). Portanto, de acordo com Hunt (2005), Thompson concluiu que, embora o socialismo concorrencial e de mercado fosse um progresso extraordinário em relação ao capitalismo, confiar no mercado ainda envolveria muitos males sociais. Para ele, a melhor forma de sociedade envolveria um sistema socialista e cooperativista, porém, não era considerado um revolucionário, sendo totalmente contra a violência. Ele afirmava que, caso seu esquema de socialismo cooperativo fosse amplamente compreendido, essa ideia teria um apelo quase universal.

O ECLETISMO DE MILL

John Stuart Mill nasceu em 1806, período de intensas mudanças sociopolíticas na sociedade inglesa, durante o qual ocorreram importantes transformações legislativas, entre elas a consolidação da burguesia como classe dominante, a emergência do proletariado fabril e os impactos do êxodo rural causado pelos *enclosures*. Além disso, houve uma significativa expansão do comércio internacional e do sistema financeiro, tendo esses eventos históricos influenciado e moldado o contexto em que Mill viveu e desenvolveu suas ideias. Assim, Mill (1984), em sua obra *Princípios de Economia Política*, separou o regime de propriedade privada existente em sua época, do regime de propriedade privada ideal, imaginado por ele.

O regime da propriedade privada por ele experimentado refere-se à forma como a propriedade privada se organizava na sua época, e ele reconhecia, que nesse sistema, esse regime podia levar a desigualdades significativas, à exploração dos trabalhadores e à concentração de riqueza nas mãos de poucos, especialmente quando não devidamente regulamentada. Ainda assim, Mill (1984) defendia o regime de propriedade individual, mas, para tanto, levantou os seguintes pontos: 1) o princípio da propriedade privada nunca foi realmente testado em nenhum país; 2) a atual distribuição de

propriedade na Europa ocorreu através da conquista e da violência; 3) há determinadas propriedades que nunca deveriam ser propriedade; 4) se não fosse a legislação, o regime de propriedade individual não carregaria consigo os males citados. Desse modo, para Mill, o problema da propriedade privada existente era que

[...] os ordenamentos sociais da Europa moderna começaram com uma distribuição da propriedade, resultante não só de uma divisão justa ou da aquisição pela iniciativa própria, mas também da conquista e da violência; não obstante o que a capacidade pessoal tem feito... para modificar a ação pela força, o sistema ainda retém muitos traços significativos de sua origem. As leis da propriedade ainda não estão de acordo com os princípios em que se assenta a justificativa da propriedade privada (Mill, 1984, p. 208).

Portanto, de acordo com as convicções do filósofo e economista inglês, sem tais obstáculos, o regime de propriedade individual, ao longo do tempo, conduziria a sociedade a superar suas necessidades materiais, resultando na interrupção do ciclo de acumulação e levando a mudanças, inclusive na distribuição de riqueza entre as classes, tendo esse estágio final sido denominado de “estado estacionário” (Mill, 1984).

Assim, antes de abordar o Regime da Propriedade Ideal, de Mill, é importante ressaltar que, para ele, a propriedade privada é necessária para que haja produção, e só faz sentido se houver concorrência, porém, o direito à propriedade só é justificável caso esta tenha sido adquirida a partir do trabalho ou concedida de forma espontânea. Desse modo, Mill (1984) define o direito de propriedade como o direito de dispor com exclusividade daquilo que alguém produziu com seu próprio trabalho, ou recebeu espontaneamente.

Em sua obra, Mill (1984) faz uma análise da história da Europa Ocidental e aponta que o direito à propriedade privada tem grande efeito na distribuição de renda. Ele conclui que a pobreza que assola alguns grupos está diretamente relacionada com a maneira como as terras foram distribuídas e não com determinada lei natural. Em sua abordagem, Mill sugere que uma pequena classe de indivíduos, que se torna proprietária de terras por herança, tende a enfrentar críticas significativas. Isso porque, acreditava ele, a propriedade privada não deveria ser transmitida por hereditariedade.

As propriedades devem ser transferidas aos herdeiros apenas no tocante aquilo que é necessário para que esses tenham uma vida confortável, mas não mais. O que passa desse limite é posto pelo autor no *hall* das propriedades injustificadas: aquelas que prejudicam o perfeito funcionamento do sistema econômico baseado na propriedade privada [acabam usufruindo com exclusividade da riqueza que não foi por eles produzida, condenando a maioria da população à pobreza, sendo dessa forma um monopólio] (Rech, 2019, p. 66).

As propriedades
devem ser
transferidas aos
herdeiros apenas no
tocante aquilo que é
necessário para que
esses tenham uma
vida confortável,
mas não mais

Contudo, segundo Hunt (2005), em seu livro *História do Pensamento Econômico*, Mill acreditava que não só era possível um regime se apoiar na propriedade privada – desde que essa fosse adquirida de forma legítima – como era algo necessário para sustentar o sistema capitalista até que se alcançasse o estado estacionário, em que as produções alcançariam o seu máximo e não haveria mais necessidade de aumentá-las. Ao chegar nesse ponto, nenhum indivíduo iria querer mais bens de consumo, então, estabilizadas as produções, finalmente se poderia aproveitar a vida em sua plenitude, buscando o prazer fora do consumo.

Finalmente, quanto ao regime da propriedade privada ideal, na visão de Mill (1984), esse deveria funcionar para beneficiar a sociedade como um todo, sendo que a propriedade privada seria exercida de forma justa e responsável, levando-se em consideração o bem-estar coletivo e não apenas os interesses individuais. A partir disso, Mill acreditava que a propriedade privada ideal deveria estar sujeita a certas regulamentações e responsabilidades sociais, de modo a evitar abusos e garantir que os benefícios fossem distribuídos de forma menos desigual. Mill era fortemente contra a herança excessiva e os monopólios presentes na sociedade em que vivia.

Desse modo, apesar de reconhecer a importância da propriedade privada como incentivo ao trabalho e à produtividade, era contra a forma como a propriedade privada era distribuída na sociedade, em desacordo com os princípios que ele julgava cruciais para justificá-la. Ainda assim, Mill (1984) julgava que, quando a sociedade alcançasse o estado estacionário, a propriedade privada desempenharia um papel crucial na distribuição justa da riqueza e no atendimento às necessidades sociais como um todo. Logo, a distinção entre o regime da propriedade privada existente e o regime da propriedade privada ideal reside na maneira como a propriedade privada é exercida e nos impactos exercidos sobre a sociedade

Em virtude dessa distinção entre o regime da propriedade privada existente e o regime da propriedade privada ideal, Mill acaba reconhecendo

– apesar de aceitar e apoiar quase completamente a teoria das vantagens comparativas desenvolvida por David Ricardo – que, em casos específicos, o protecionismo poderia ser justificado. A teoria das vantagens comparativas de Ricardo

[...] mostrou que, quando dois países têm diferentes razões de custos de produção de duas mercadorias, ambos podem lucrar com a especialização na produção da mercadoria que produzem relativamente mais barato. Esse benefício mútuo dependeria da relação de troca internacional, que seria intermediária entre as duas relações de custo, nos dois países (Hunt, 2005, p. 277).

Apesar de concordar, em sua maioria, com essa teoria desenvolvida por Ricardo, Mill, partindo de suas considerações acerca das propriedades privadas existente e ideal, argumenta que a teoria das vantagens comparativas não poderia ser aplicada de maneira absoluta e irrestrita, mas sim adaptada às necessidades e aos interesses da sociedade em questão:

The only case in which, on mere principles of political economy, protecting duties can be defensible, is when they are imposed temporarily (especially in a young and rising nation) in hopes of naturalizing a foreign industry, in itself perfectly suitable to the circumstances of the country. The superiority of one country over another in a branch of production, often arises only from having begun it first (Mill, 1984, p. 302).

Por conseguinte, apesar de Mill concordar com a ideia de Ricardo, de que os países deveriam se especializar na produção daquilo que lhes desse uma vantagem relativa em termos de custos de produção e, em seguida, comercializar esses bens no mercado global, ele tinha em vista que, na sociedade em que vivia, a propriedade privada estava distribuída de forma desigual, indo contra o princípio que a justificaria e, portanto, em alguns casos, o protecionismo poderia ser utilizado como meio de diminuir essa desigualdade. Assim, para Mill, o protecionismo era justificado – de forma temporária – quando a concorrência externa ameaçasse setores estratégicos da economia, como forma de permitir o desenvolvimento de certas indústrias e proteger a economia nacional em momentos de vulnerabilidade. Em tais circunstâncias, Mill defendia a imposição de tarifas protecionistas para proteger e promover a indústria doméstica, fortalecendo a economia interna e proporcionando benefícios de longo prazo para o país.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL E DE COMMODITIES

A partir da análise das teorias abordadas, revelam-se perspectivas divergentes sobre o processo de desindustrialização e reprimarização do Brasil. Embora esse processo já esteja em andamento, persistem os debates sobre as possíveis consequências desse fenômeno para o país. Nas últimas décadas, foi possível observar um modo de reprimarização na economia brasileira, caracterizado pelo aumento da participação do setor de *commodities* na estrutura produtiva do país em detrimento do setor industrial. Diante desse contexto, a discussão é fortalecida com base nessas teorias, questionando se é mais vantajoso para o Brasil focar em sua área de maior vantagem comparativa – a produção de *commodities* – ou se é preferível investir em um processo de reindustrialização, para que o país consiga se reintegrar ao mercado e desenvolver setores de maior valor agregado.

Nas últimas décadas,
foi possível observar
um modo de
reprimarização na
economia brasileira,
caracterizado
pelo aumento da
participação do setor
de *commodities* na
estrutura produtiva do
país em detrimento
do setor industrial

Ante o exposto, apresenta-se a Teoria das Vantagens Comparativas, de Ricardo, com uma perspectiva favorável ao processo de reprimarização, julgando-o não apenas justificável, mas também ideal em prol do melhor desempenho econômico do país. Essa abordagem baseia-se no pressuposto de que as nações podem obter vantagens no comércio internacional ao investir na produção e exportação de bens que apresentam vantagem em relação à produção de outros países, seja por uma abundância de recursos naturais ou por habilidades específicas da mão de obra ou das tecnologias empregadas.

Portanto, segundo essa teoria ricardiana, ao se especializar na produção desses bens, um país pode obter ganhos no comércio internacional e, conseqüentemente, aumentar sua riqueza. Desse modo, mesmo que um país apresente uma eficiência inferior na produção de todos os bens em comparação com outro país, ainda é benéfico para ambas as nações se especializarem naquilo em que possuem uma vantagem comparativa maior.

Ricardo argumentava que um país não precisa ter uma vantagem absoluta na produção de qualquer mercadoria para que o comércio internacional entre ele e outro país seja mutuamente benéfico [...] dois países poderiam beneficiar-se com o comércio, se cada um tivesse uma vantagem relativa na produção (Hunt, 2005, p. 177).

Fica claro, portanto, que, de acordo com a Teoria das Vantagens Comparativas, de Ricardo (1982), o processo de reprimarização no Brasil pode ser interpretado como validação da teoria, sendo o melhor caminho a ser seguido para

melhorar o desempenho econômico do país. Isso se explica pela grande vantagem comparativa do Brasil na produção de *commodities*, justificada a partir de sua extensa base de recursos naturais, tamanho continental e clima favorável. Enquanto, por sua vez, a indústria brasileira permanece com dificuldades em relação à competitividade internacional, devido a fatores como altos custos de produção, infraestrutura deficiente e falta de investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Nesse sentido, a interpretação da Teoria das Vantagens Comparativas sugere que o processo de desindustrialização e reprimarização observado no Brasil seria não só justificado, mas também ideal, visto que o país estaria especializando-se naquilo em que possui uma vantagem comparativa mais significativa, aproveitando os benefícios do comércio internacional e melhorando seu desempenho econômico.

No entanto, é importante ressaltar que a interpretação da Teoria das Vantagens Comparativas como justificativa para o processo de reprimarização no Brasil não é consensual, havendo uma série de críticas relacionadas à dependência de um único setor, deixando o país vulnerável aos preços internacionais e ocasionando a falta de diversificação da estrutura produtiva. Assim, apesar de Mill – como dito anteriormente – aceitar quase completamente a teoria ricardiana, ele reconhecia que, em casos específicos, o protecionismo seria justificado, especialmente em nações jovens e em ascensão.

Mill (1984) argumentava que a Teoria das Vantagens Comparativas não poderia ser aplicada de maneira absoluta e irrestrita, mas sim adaptada às necessidades e interesses da sociedade em questão. Essa perspectiva divergente parte do pressuposto de que a superioridade de um país sobre outro, em determinado ramo de produção, muitas vezes decorre do fato de que um começou primeiro, adquirindo, ao longo do tempo, uma vantagem na produção de determinado setor. Assim, embora Mill (1984) concordasse com a ideia de Ricardo (1882), de que os países deveriam se especializar na produção em que possuísem vantagem relativa em termos de custos de produção, ele considerava a propriedade privada distribuída de forma desigual na sociedade em que vivia, o que ia de encontro ao princípio que a justificava.

Portanto, para vencer os problemas resultantes da má distribuição da propriedade privada e superar as vantagens de países que se industrializaram antes, Mill achava justificável aplicar medidas protecionistas, de forma temporária, caso a concorrência externa ameaçasse setores estratégicos da economia. Essa seria, portanto, uma maneira de permitir o desenvolvimento de certas

indústrias e proteger a economia nacional em momentos de vulnerabilidade, garantindo um período adequado para que economias com industrialização tardia tivessem uma chance de conquistar um espaço no mercado. Mill acreditava que os países deveriam ter um tempo para se desenvolver e experimentar em quais áreas poderiam ser mais competitivos. Ou seja, ele reconhecia que o desenvolvimento no mundo ocorreu de forma desigual, levando certos países ao subdesenvolvimento.

Dessa forma, no caso do Brasil, a reprimarização não seria justificada pela teoria de Mill, uma vez que ele defendia a ideia de que os países necessitavam de um período de desenvolvimento e exploração de áreas competitivas para evitar um fatalismo em relação ao subdesenvolvimento e à dependência do comércio de produtos primários. Em sua visão, as nações com industrialização tardia não estariam inevitavelmente condenadas a permanecer subdesenvolvidas, mas sim deveriam ter a oportunidade de experimentar e identificar setores nos quais poderiam obter vantagens comparativas. O argumento de Mill (1984) considerava que a aplicação rígida da Teoria das Vantagens Comparativas poderia perpetuar a desigualdade econômica e limitar o potencial de crescimento dos países em desenvolvimento.

Essa abordagem de Mill visava evitar a armadilha do subdesenvolvimento, na qual países com industrialização tardia estariam fadados à produção e à exportação de *commodities*, limitando seu crescimento e dependendo excessivamente dos preços voláteis desses produtos no mercado internacional. Essa armadilha do subdesenvolvimento é inclusive discutida por Furtado (2007) em seu texto *Subdesenvolvimento Revisitado*, no qual afirma que o comércio internacional liberalizado na prática beneficia alguns países em detrimento de outros, já que países industrializados possuíam vantagem em relação a países especializados em bens primários – processo chamado por ele de divisão centro-periferia – tendo em vista que produtos industrializados possuem maior valorização em relação a produtos primários, além de ser mais fácil aumentar a produção de bens industrializados e estes possuírem uma demanda mais elástica.

Assim, a perspectiva de Mill ressalta a importância de oferecer condições favoráveis para que os países em desenvolvimento possam explorar suas potencialidades industriais e superar a dependência excessiva dos produtos primários. Para tanto, seria necessária a implementação de políticas que promovam a diversificação econômica, a inovação tecnológica e a criação de um ambiente propício ao desenvolvimento de setores de maior valor agregado.

No caso do Brasil, a reprimarização não seria justificada pela teoria de Mill, uma vez que ele defendia a ideia de que os países necessitavam de um período de desenvolvimento e exploração de áreas competitivas para evitar um fatalismo em relação ao subdesenvolvimento e à dependência do comércio de produtos primários

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, que o processo de reprimarização do Brasil, caracterizado pelo aumento da participação do setor de *commodities* na sua estrutura produtiva em detrimento da indústria, é um fenômeno complexo que suscita importantes debates acerca dos rumos da economia brasileira. É inegável a vantagem do Brasil na produção de bens primários e o papel desse setor no desenvolvimento econômico nacional, todavia, a desindustrialização também traz desafios e limitações, resultando em uma dependência excessiva de um setor, o que deixa a economia mais vulnerável, além de limitar o potencial de crescimento e inovação do país. Assim, é importante analisar as diversas interpretações acerca desse fenômeno para, a partir disso, propor medidas que melhor se enquadrem na situação do Brasil.

REFERÊNCIAS

- BENTHAM, Jeremy. *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Os pensadores).
- DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Tradução de Maria Sylvia de Carvalho Franco. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento revisitado*. 4. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2007.
- HANSARD, T. C. *The parliamentary debates*. London: Paternoster Row Press, 1824. v. 9. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=Q4LlyLKrxEIC&printsec=frontcover&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em:
- HUNT, E. K. *História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- MILL, John Stuart. *Princípios de economia política*. Tradução de Gabriel Furtado. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os economistas).
- NUNES, António José Avelãs. *Uma introdução à economia política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.
- RECH, Lucas. *O Estado na teoria econômica: os diferentes paradigmas e suas diferentes leituras*. 2019. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/30827/1/TESE%20-%20Vers%c3%a3o%20final%20-%20corrigida%20p%c3%b3s%20defesa.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2023.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

SENIOR, Nassau William. *Três lições sobre a taxa de salários*. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os economistas).

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. v. 1-2. (Os economistas).

THOMPSON, William. *An inquiry into the principles of the distribution of wealth most conducive to human happiness*. Londres: William. S. Orr, 1850.



GOVERNANÇA EM PARCERIAS PÚBLICO- PRIVADAS: LIMITES E DESAFIOS DA GESTÃO DE RISCOS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA

Renata Melo Pamphilo
Mestra e graduada em
Administração pela
Universidade Federal da
Bahia (UFBA). Auditora
da Secretaria de
Saúde do Estado da Bahia
(Sesab). <https://orcid.org/0009-0000-1113-8716>.
rpamphilo@gmail.com

Doraliza Auxiliadora
Abranches Monteiro
Doutora em Administração
pela Universidade Federal
da Bahia (UFBA), mestra
em Administração pela
Universidade Federal de
Viçosa (UFV). Professora de
Gestão Pública do Centro de
Artes, Humanidades e Letras
da Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia (UFRB) e
do Núcleo de Pós-graduação
em Administração da
Universidade Federal da Bahia
(NPGA/UFBA). <https://orcid.org/0000-0003-1440-6071>.
doraliza.monteiro@ufrb.edu.br

[http://doi.org/10.56839/
cp.li205.3](http://doi.org/10.56839/cp.li205.3)

NAS ÚLTIMAS décadas tem-se ampliado o debate sobre os temas governança e gestão de riscos (Souza *et al.*, 2020; Vieira; Barreto, 2019), muito a partir da Reforma do Aparelho do Estado de 1995 para se referir aos aspectos relacionados à forma como o Estado opera, incluindo as relações entre os atores governamentais e não governamentais e a capacidade de alcance dos objetivos das organizações públicas. Em 2004, o governo federal instituiu normas gerais para a contratação de concessões e de Parceria Público-privada (PPP), e o estado da Bahia estabeleceu o Programa de Parcerias Público-privadas (PPP Bahia), ampliando as formas de provisão de serviços públicos mediante a contratação da iniciativa privada (Bahia, 2004; Brasil, 2004). Desde então, foram celebrados 134 contratos de PPP no Brasil em 16 segmentos, estando 75% concentrados nos setores de: iluminação pública (33), resíduos sólidos (26), saneamento (20), saúde (11) e mobilidade urbana (10) (Radar PPP, 2020).



De 2010, quando se efetivou o primeiro contrato de PPP em saúde no Brasil, até 2019, foram celebrados 11 contratos nessa área, sendo três deles concentrados na Bahia (Hospital do Subúrbio – PPP do Subúrbio, Instituto Couto Maia – PPP do Icom e Serviço de Apoio a Imagem e Diagnóstico – PPP de Imagem), o que levou o estado a se tornar o ente federativo com maior número de contratos celebrados de PPP em saúde. Destaca-se, assim, o pioneirismo do estado da Bahia em projetos de PPP nas áreas da saúde e de saneamento básico (Cabral; Fernandes; Ribeiro, 2016).

Em 2019, esses três contratos de PPP geraram despesa no valor de R\$ 360.336.811,54 para o Sistema Único de Saúde (SUS) do estado e incorporavam a carteira de negócios da Secretaria Estadual de Saúde do Estado da Bahia (Sesab) referente a serviços assistenciais de média e alta complexidade. A Sesab também gerencia 27 unidades de saúde próprias, de forma direta; 29 unidades de saúde, de forma indireta (contrato de gestão com organizações sociais), além de 15 policlínicas mediante consórcios interfederativos de saúde (Bahia, 2020).

A Sesab, órgão do Poder Executivo estadual criado em 1966, exerce a direção do SUS no âmbito do estado e tem como finalidade institucional: a formulação da política estadual de saúde, a gestão do sistema estadual de saúde e a execução de ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde (Bahia, 2014; Brasil, 1990). Dessa forma, adotaram-se, como unidades de análise deste estudo, os contratos PPP do Subúrbio, PPP do Icom e PPP de Imagem, gerenciados pela Sesab mediante as condições contratuais ilustradas na Figura 1.

Figura 1
Unidades de análise

PPP do Subúrbio Contrato nº 030/2010 Prazo de execução: 10 anos Término previsto do contrato: 2020 Objeto: concessão administrativa para gestão de unidade hospitalar do Estado da Bahia Valor global inicial: R\$1.035.000.000,00	PPP do ICOM Contrato nº 035/2013 Prazo de execução: 21 anos 04 meses Término previsto do contrato em: 2034 Objeto: concessão de serviços não assistenciais precedida da construção de unidade hospitalar Valor global inicial: R\$843.606.520,00	PPP de Imagem Contrato nº 004/2015 Prazo de execução: 11 anos 06 meses Término previsto do contrato em: 2026 Objeto: concessão administrativa para gestão e operação de serviços de apoio ao diagnóstico por imagem em uma central de imagem e em 12 unidades hospitalares Valor global inicial: R\$838.886.567,00
--	--	--

Fonte: Radar PPP (2020). Elaboração própria.

A carteira de negócio da Sesab, com variadas formas de prover serviços públicos de saúde – unidades públicas geridas pela própria secretaria, por contratos de gestão, PPP e consórcios interfederativos –, é resultado das

inovações na provisão de serviços públicos em parceria com a iniciativa privada, atreladas à reforma do aparelho do Estado a partir da adoção de modelos gerenciais. Criticamente, Rhodes (1996) argumenta que o “[...] esvaziamento do estado [...]” – mediante redução do tamanho do governo pela privatização e cortes no serviço público – tem gerado três problemas para o setor público: fragmentação, direção e *accountability*.

As novas formas de prestar serviço público por meio de privatização, contratação terceirizada, agências, quase-mercados e parcerias público-privadas têm provocado a fragmentação na gestão e execução das atividades, o que, por sua vez, leva ao controle reduzido sobre a implementação dos serviços, que são prestados por uma rede de organizações. Em relação ao problema de direção, o autor ressalta que, nesse cenário de conjuntos complexos de organizações, torna-se difícil manter o poder central, visto que a complexidade das instituições favorece a formação de zona obscura quanto à responsabilidade entre os atores e sobre o quê, impactando na *accountability*, ou seja, na clareza da responsabilização dos envolvidos nas decisões tomadas. No contexto em que a governança opera, portanto, existem problemas que precisam ser enfrentados.

A governança aqui pode ser entendida como “[...] conjuntos de atores estatais e não estatais interconectados por ligações formais e informais operando no processo de fazer políticas e inseridos em cenários institucionais específicos” (Marques, 2016, p. 80). Sobre os atores relacionados à governança, Stoker (1998) sinaliza para a importância do compartilhamento das responsabilidades diante da ampliação das parcerias terceirizadas e público-privadas na prestação de serviços e na tomada de decisões estratégicas. Por sua vez, quanto ao compartilhamento de riscos entre os atores, Andrade (2019) aponta criticamente, que este foi inserido na relação contratual para beneficiar o parceiro privado tornando o contexto mais atrativo para o mercado.

Pierre (2016) destaca que há um paradoxo da governança. Numa sociedade complexa e globalizada, em que, cada vez mais, as relações se ampliam e ultrapassam as fronteiras dos Estados-nação, a tarefa de organizar a governança torna-se mais assertiva quando há conhecimento, recursos e instrumentos adequados. Porém, os governos têm optado por reduzir gastos orçamentários e recursos humanos, depositando confiança na competência adquirida no mercado.

No cenário brasileiro, Nogueira e Gaetani (2018) afirmam existir um descompasso no debate sobre governança, visto que instâncias de controle – Controladoria Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da União (TCU),

As novas formas de prestar serviço público por meio de privatização, contratação terceirizada, agências, quase-mercados e parcerias público-privadas têm provocado a fragmentação na gestão e execução das atividades, o que, por sua vez, leva ao controle reduzido sobre a implementação dos serviços, que são prestados por uma rede de organizações

Os autores consideram que, embora o risco seja uma preocupação dos gestores, o gerenciamento de riscos iniciou-se em órgãos vinculados à auditoria

por exemplo – assumiram o protagonismo no país, na última década, inclusive a partir da aproximação desses órgãos com entidades internacionais, enquanto o Poder Executivo federal manteve-se numa posição distante e, por vezes, resistente ao debate.

Nesse sentido e considerando a gestão de riscos como um importante instrumento da governança, Souza *et al.* (2020) relatam que a institucionalização da gestão de riscos no setor público brasileiro ocorreu tardiamente em relação aos países desenvolvidos. Os autores consideram que, embora o risco seja uma preocupação dos gestores, o gerenciamento de riscos iniciou-se em órgãos vinculados à auditoria. Eles também apontam que as bases normativas de gestão de riscos para a administração pública federal foram construídas a partir de modelos elaborados por organismos internacionais amplamente difundidos. Esse movimento ocorreu em consonância com o crescimento da relevância do controle interno enquanto elemento de boa governança.

Isso é corroborado pela atuação do TCU, que, desde 2007, tem realizado sucessivos levantamentos que medem a capacidade de governança em organizações públicas no Brasil. Em 2014, numa cooperação técnica entre o TCU e mais 28 tribunais de contas brasileiros, 7.770 organizações – federais, estaduais e municipais – foram avaliadas. Esse estudo revelou que 70% das organizações públicas pesquisadas estariam em estágio inicial na implementação de uma estrutura de gestão de riscos, o que sugere a ineficácia dessa gestão nessas organizações; 49% declararam que o processo de gestão de riscos não estava implantado, o que interfere diretamente na capacidade de as organizações gerarem valor e cumprirem seus objetivos, e 47% das organizações não identificaram riscos críticos e, portanto, não estabelecem controles internos para mitigá-los. Esta realidade mantém as organizações expostas a riscos, fazendo com que eventos negativos que venham a se concretizar tragam impactos significativos aos objetivos organizacionais, e eventos positivos não sejam aproveitados (Brasil, 2014).

É, portanto, consenso entre os autores a relevância da gestão de riscos integrando os processos internos de governança das instituições na qualificação da tomada de decisões e na resolução de problemas complexos e dinâmicos (Mayne; Jong; Fernandez-Monge, 2020; United Kingdom, 2020). Neste estudo buscou-se analisar os limites e desafios da gestão de riscos nos arranjos institucionais de governança implementados nas parcerias público-privadas da Sesab, considerando que essa gestão se apresenta ainda em estágio inicial no cenário brasileiro dos serviços públicos prestados pela iniciativa privada.

O estudo possui natureza exploratória, descritiva e aplicada, com foco na análise da gestão de riscos de uma organização do Poder Executivo estadual, gestora de contratos de parceria público-privada na área de saúde. A abordagem foi qualitativa, e o método de tratamento dos dados adotado foi a análise de conteúdo categorial temática. Essa técnica faz uso de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens que possibilita compreender e explicar opiniões, condutas e ações apreendidas em um contexto de dados textuais e/ou simbólicos (Bardin, 2011; Colbari, 2014).

Para Chhotray e Stoker (2009), a governança está voltada para a tomada de decisões coletivas

Para a construção do corpus da análise, foram utilizados instrumentos de coleta de dados: questionário, entrevista semiestruturada e documentos. Adotou-se, ainda, o critério de “exaustão” ou “saturação” definido por Colbari (2014, p. 258), visto que o corpus é definido quando novas coletas não acrescentam ou alteram as perspectivas do conteúdo pesquisado.

ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E PPP

Governança é um termo que abarca significados variados e que possui origens diversas. Nas últimas décadas, uma série de produções na literatura tem abordado conceitos, estrutura e implicações da governança (Buta; Teixeira, 2020; Kissler; Heidemann, 2006; Levi-Faur, 2012; Rhodes, 1996; Stoker, 1998; Vieira; Barreto, 2019;). Teixeira e Gomes (2019) apresentam uma sistematização histórica sobre os conceitos de governança pública, destacando sua importância para o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural nacional. Marques (2016), por sua vez, parte de uma análise crítica sobre os conceitos de governança em relação às políticas públicas e à política.

Para Chhotray e Stoker (2009), a governança está voltada para a tomada de decisões coletivas. Os autores são contrários ao entendimento de que a governança é um conjunto de princípios manifestados por meio de regras com objetivo de construir uma boa governança sob a perspectiva de um processo técnico. Esclarecem que essa compreensão despolitizada do processo de governança foi promovida, dentre outras razões, para defender acordos governamentais como requisito para obtenção de ajuda internacional e apoio ao desenvolvimento. Tal compreensão esteve aliada ao ceticismo das pessoas em relação aos políticos e à política. Para o desempenho adequado da governança, nesse contexto, presume-se que os acordos e parcerias funcionem melhor excluindo a política da situação, definindo as

A política encontra-se na dinâmica das relações e interações dos diversos atores, agências, relações e práticas que constituem o governo, gerenciando os conflitos e criando condições para o processo de tomada de decisão coletiva

questões que envolvem a governança como sendo de interesse técnico e atribuindo as soluções aos tecnocratas. No entanto, os autores defendem que a governança não é um processo apolítico.

Ou seja, a política encontra-se na dinâmica das relações e interações dos diversos atores, agências, relações e práticas que constituem o governo, gerenciando os conflitos e criando condições para o processo de tomada de decisão coletiva. Os autores consideram ainda o poder no centro da política e acrescentam que aqueles que detêm os principais recursos provavelmente terão maior influência na tomada de decisões. Chhotray e Stoker (2009) propõem uma abordagem mais realista, incluindo a política e o poder no contexto da governança.

Em 2020, o Tribunal de Contas da União (TCU) revisitou o conceito de governança pública, sintetizando que “[...] compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” (Brasil, 2020, p. 36). Esse conceito desdobrou-se em 12 práticas, dentre as quais destaca-se a gestão de riscos que é considerada componente essencial da governança, sendo, portanto, referência para o controle interno (Brasil, 2018, 2020). Isso porque, no exercício de suas funções, os governos enfrentam os mais variados riscos. Para gerenciá-los, buscando equacionar a distribuição de benefícios e perdas potenciais de resultados incertos, governos precisam administrar interesses conflitantes, almejando soluções factíveis (Hill; Dinsdale, 2003).

Hill (2006) observa que o risco é essencialmente subjetivo e que é necessário aos formuladores de políticas recorrerem tanto aos aspectos da ciência, na avaliação de probabilidades e impactos dos riscos, quanto utilizar-se de percepção social mais ampla, abrangendo o que é importante e aceitável para o público e em quais níveis de risco.

Nesse sentido, a gestão de riscos ganha relevância por sua capacidade de “[...] viabilizar o adequado suporte às decisões de alocação e uso apropriado dos recursos públicos nos diversos processos de trabalho da administração pública” (Brasil, 2018, p. 88).

Um aspecto importante destacado por Hill (2006, p. 38) é que a gestão de riscos “[...] exige mais que decisões intuitivas e implícitas em relação a eles [riscos]; exige uma gestão ativa de riscos em bases sistemáticas, holísticas e integradas”. O autor destaca que a comunicação entre as partes

interessadas, de forma transparente e honesta, promove a conciliação de pontos de vista divergentes, eliminando as controvérsias. Reconhece, no entanto, que a participação ampla no processo decisório pode trazer dificuldades e certa desestabilização no primeiro momento (Hill, 2006). Porém, o compartilhamento de informações é capaz de promover decisões mais assertivas, críveis e consistentes no longo prazo.

Quanto aos modelos internacionais de gestão de riscos adotados nas normativas brasileiras, alguns autores destacam que as normas federais, embora tenham sido estruturadas de modo a preservar a autonomia e a customização no contexto de cada organização, carecem de apoio de diversos fatores (liderança e promoção do instrumento, por exemplo) para a efetiva adoção da gestão de riscos no setor público (Souza *et al.*, 2020).

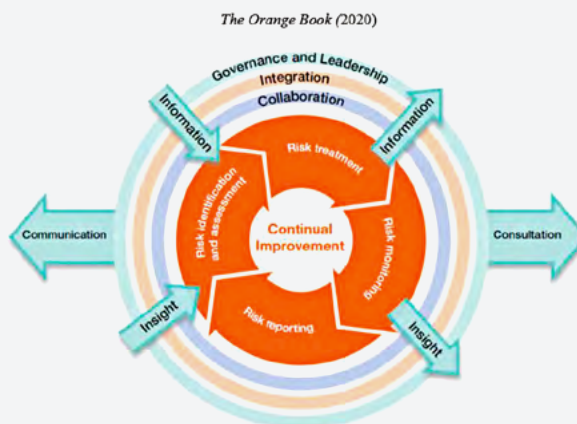
Dentre os requisitos de aprendizagem necessários para uma gestão eficaz de risco no serviço público, Hill e Dinsdale (2003) apontam duas dimensões: pessoas e processos. Isso porque, para que o serviço público desempenhe suas funções no processo de tomada de decisões, é crucial que os servidores possuam conhecimento, competências, aspectos culturais, crenças e valores necessários para administrar a atividade ou a situação que gera o risco, pois “[...] estritamente falando, não gerenciamos o risco em si, mas as atividades que o geram” (Hill; Dinsdale, 2003, p. 17).

O modelo de gestão de riscos utilizado para esta pesquisa foi *The Orange Book*, que apresenta princípios de gestão eficaz de riscos a serem aplicados em todo o setor público do Reino Unido e é considerado referência internacional. Assim, a partir dos princípios estabelecidos, cada organização deve elaborar o “como” fazer a gestão de riscos, expressando a sua abordagem aos riscos por meio de políticas, processos e procedimentos, de forma transparente, possibilitando às partes interessadas conhecer e responsabilizar a organização e as lideranças. Esse modelo mostrou-se, portanto, o mais apropriado por considerar aspectos técnicos e políticos no processo de análise.

Na mesma linha de abordagem que Hill e Dinsdale (2003), o modelo *The Orange Book* (United Kingdom, 2020), Figura 2, mantém a lógica da gestão eficaz de riscos baseada no engajamento de todos os seus elementos, de forma cíclica, contínua e entrelaçada.

Dentre os requisitos de aprendizagem necessários para uma gestão eficaz de risco no serviço público, Hill e Dinsdale (2003) apontam duas dimensões: pessoas e processos

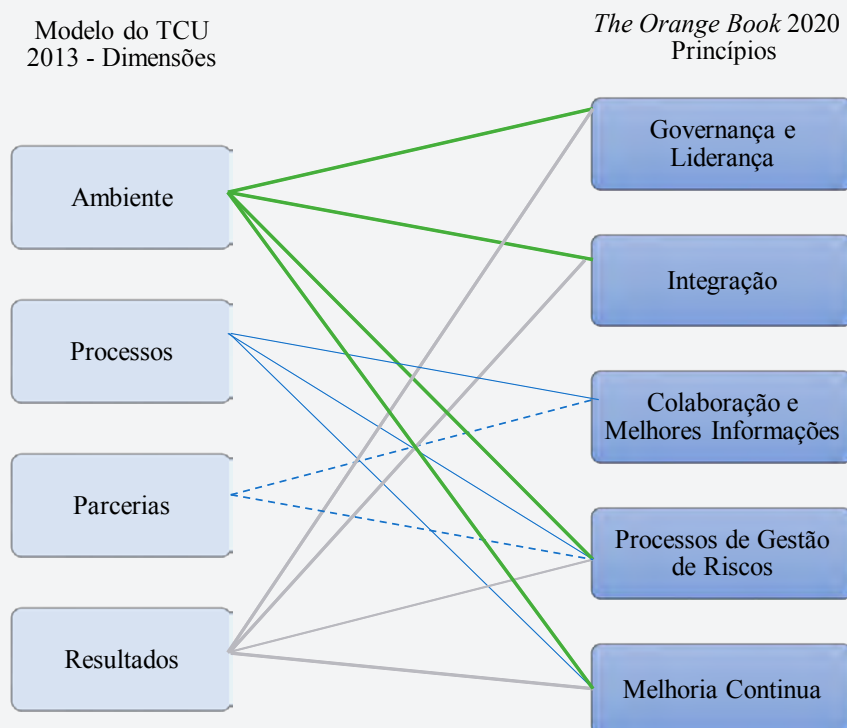
Figura 2
Estrutura de gestão de riscos do The Orange Book



Fonte: United Kingdom (2020).

Da análise comparativa entre as dimensões do modelo do TCU, versão 2013 publicado em 2018, e dos princípios da versão atualizada de *The Orange Book* (United Kingdom, 2020), identifica-se correlação entre os modelos, na medida em que aspectos que integram as dimensões (TCU) passam a ser tratados como princípios (*The Orange Book*) para a gestão de riscos (Figura 3).

Figura 3
Correlação entre os modelos do TCU e The Orange Book



Fonte: Brasil (2018) e United Kingdom (2020). Elaboração própria.

Cabe destacar que a opção de análise a partir dos princípios do *The Orange Book* (United Kingdom, 2020) ocorre em virtude também de a abordagem do modelo ser direcionada para a esfera pública, com a inclusão de parcerias entre o setor público e a iniciativa privada na prestação de serviços públicos. Nesse sentido, considerou-se um bom modelo para analisar os limites e desafios da gestão de risco nos arranjos institucionais de governança implementados nas parcerias público-privadas da Bahia.

Essas parcerias têm sido apontadas na literatura mundial entre as modalidades de provisão de serviços públicos. Elas se destacam em virtude da inserção de novos atores, do aumento do investimento internacional na área da saúde e da abertura de novos canais de influência do setor privado sobre o setor privado em relação às organizações públicas, do compartilhamento de riscos entre atores e o uso de avaliação de custo-benefício no processo decisório (Andrade, 2019).

Martins e Viana (2019) entendem, a partir do acompanhamento do mercado de PPP no país, a relevante necessidade de se dar a devida importância à alocação de riscos, sendo imprescindíveis a sua realização por profissionais qualificados, a incorporação de fundamentos econômicos no processo de decisão e a inclusão do conhecimento advindo das experiências das PPP em execução

Martins e Viana (2019) entendem, a partir do acompanhamento do mercado de PPP no país, a relevante necessidade de se dar a devida importância à alocação de riscos, sendo imprescindíveis a sua realização por profissionais qualificados, a incorporação de fundamentos econômicos no processo de decisão e a inclusão do conhecimento advindo das experiências das PPP em execução

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa classifica-se como qualitativa, de natureza exploratória, descritiva e aplicada. Os instrumentos de coleta de dados foram: questionário, entrevista semiestruturada e documentos institucionais.

A partir da análise dos documentos e da aplicação do questionário, buscou-se verificar os arranjos institucionais de governança da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab) em gestão de riscos, bem como identificar práticas de gestão de riscos implementadas pela secretaria em relação às Parcerias Público-privadas (PPP) entre os anos 2020 e 2021(primeiro trimestre).

Para a identificação dos arranjos institucionais de governança e dos aspectos/ categorias da gestão de riscos da Sesab, os documentos analisados foram: leis, decretos e portarias estaduais vinculados às PPP; planos estaduais vinculados à pasta da saúde; contratos de PPP em saúde celebrados pelo estado da Bahia; relatórios gerenciais, pareceres e atas de reuniões; despachos, *e-mails* administrativos e relatórios de auditorias internas e externas.

Para identificação das práticas de gestão de riscos, optou-se também pela aplicação de questionário¹, alcançando os sete servidores da Diretoria de Gestão de Unidades Consorciadas e em Parceria Público-privada (DGE COP) que atuam perante os contratos de PPP: diretor, assessor da diretoria, coordenador e quatro membros de comissão de controle e acompanhamento do contrato.

As questões formuladas no questionário foram adaptadas, inicialmente, a partir do modelo de avaliação da maturidade da gestão de riscos desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), atualizando os aspectos das dimensões (ambiente, processos, parcerias e resultados) em relação aos princípios do *The Orange Book* (United Kingdom, 2020). Essa escolha baseou-se em virtude de este primeiro instrumento possuir amplo espectro de análise sobre a gestão de riscos em organizações públicas brasileiras. Diante dos 92 itens integrantes do modelo, foram selecionados 66 para compor o questionário, sendo os demais itens incorporados na fase das entrevistas, visando obter informações com mais riqueza de detalhes sobre fluxos e processos da gestão de riscos. O questionário foi elaborado por meio da ferramenta *Google forms*.

A partir da análise das respostas dos questionários, elaborou-se o roteiro de entrevistas, utilizando-se as categorias a partir dos princípios da gestão de riscos que integram o modelo desenvolvido pelo governo do Reino Unido, *The Orange Book*, atualizado em 2020, sendo elas: a) Governança e Liderança; b) Integração; c) Colaboração e Melhores Informações; d) Processos de Gestão de Riscos e e) Melhoria Contínua.

Adotou-se como método de tratamento dos dados a análise de conteúdo categorial temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os limites da gestão de riscos na Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab) em Parcerias Público-privadas (PPP) apresentam-se, de início, pela ausência de marcos regulatórios na administração pública do Poder Executivo estadual que detenham princípios e diretrizes de governança pública e de gestão de riscos para conduzir e alicerçar o processo de sensibilização e institucionalização da gestão de riscos na secretaria.

¹ Os roteiros do questionário e da entrevista encontram-se publicados e disponíveis em Pamphilo (2021).

Os arranjos institucionais de governança e de gestão de riscos da Sesab mostram-se com indicativo de distorções entre os que foram formalmente constituídos e os que se apresentam atuantes nos processos internos da secretaria. Considerando-se a análise dos documentos oficiais e os relatos dos servidores, o Comitê Gestor das Parcerias Público-privadas (CGP) e o Comitê de Gestão de Riscos (CGR), que poderiam auxiliar a alta administração da Sesab no direcionamento e condução, revelam-se inoperantes quanto à gestão de riscos em PPP.

Por sua vez, a Diretoria de Gestão de Unidades Consorciadas e em Parceria Público-privada (DGE COP), setor atuante no nível operacional da gestão dos contratos de PPP, manifesta-se com fragilidades enquanto instância interna de governança, pois não está formalmente constituída, assim como não possui definições claras de finalidade, competências e atribuições, repercutindo nas ações desenvolvidas pelos servidores ligados às PPP e comprometendo o desempenho pessoal e organizacional.

A análise das práticas de gestão de riscos adotadas pela Sesab em relação às parcerias público-privadas foi estruturada conforme as categorias de análise/princípios presentes no *The Orange Book* (United Kingdom, 2020): governança e liderança; integração; colaboração e melhores informações; processos de gestão de riscos, e melhoria contínua.

Em relação a **governança e liderança** identificou-se a ausência de elementos essenciais na abordagem da Sesab, tais como: cultura e política de gestão de riscos instituídas e promovidas pela alta administração; definição de responsabilidades dos servidores; capacitação dos servidores da DGE COP na gestão de riscos, incluindo PPP; quantitativo compatível de pessoas para o exercício das atividades relacionadas aos contratos de PPP; alocação de recursos adequados para a gestão de riscos, disponibilização de sistemas, métodos, protocolos e ferramentas; e servidor designado para atuar na liderança dos processos de gestão de riscos vinculados às PPP.

Sobre a **integração** da gestão de riscos às demais atividades da Sesab, observou-se que não há qualquer referência de que esse processo tenha sido considerado na definição de estratégias, planos e objetivos macro do estado e específicos dessa secretaria. Nos instrumentos de planejamento da pasta da saúde, revela-se ausência de descritores estratégicos que fomentem ganhos de eficiência e performance nos resultados das PPP enquanto instrumento de implementação de política pública, atribuindo a essas parcerias a mesma iniciativa que fora definida para as variadas formas de prestação de serviços de saúde (gestão direta, gestão indireta e PPP).

A análise das práticas de gestão de riscos adotadas pela Sesab em relação às parcerias público-privadas foi estruturada conforme as categorias de análise/princípios presentes no *The Orange Book* (United Kingdom, 2020)

Quanto às etapas dos processos de gestão de riscos, observou-se que não há documentos ou registros que priorizem, avaliem e selecionem as respostas aos riscos; faltam planos e medidas de contingência elaborados e orientação sobre a maneira como esses processos são realizados

Quanto à categoria **colaboração e melhores informações**, embora os servidores da DGE COP realizem consulta, e a comunicação aconteça com urbanidade entre as demais partes interessadas com intuito de solucionar os problemas já instalados, evidenciou-se ausência de compreensão dos princípios que regem a gestão de riscos e suas práticas correlacionadas. A falta de conscientização desses princípios compromete a interação e a colaboração de forma proativa, antes da materialização dos riscos, entre a Sesab e as demais partes, em especial a Concessionária. Essa lacuna afeta ainda a produção de evidências consistentes, que poderiam ser obtidas de forma sistemática e assertiva, prejudicando, dessa forma, a supervisão dos riscos e a qualidade do processo de tomada de decisão.

No que diz respeito aos **processos de gestão de riscos**, destaca-se inicialmente a percepção equivocada dos riscos inerentes à implementação de política pública mediante PPP estarem vinculados estritamente aos que se encontram descritos expressamente nos respectivos contratos, sem contemplar os riscos relacionados aos objetivos organizacionais da Sesab. Esse entendimento é provocado, provavelmente, pela ausência de cultura de gestão de riscos instituída e disseminada na secretaria.

Quanto às etapas dos processos de gestão de riscos, observou-se que não há documentos ou registros que priorizem, avaliem e selecionem as respostas aos riscos; faltam planos e medidas de contingência elaborados e orientação sobre a maneira como esses processos são realizados. Da mesma forma, os participantes das entrevistas relataram que não há monitoramento nem avaliação dos riscos ao longo do período de execução das PPP, permanecendo os mesmos desde o início dos contratos, situação imprópria diante de um ambiente complexo e dinâmico no qual as PPP de saúde operam.

Embora, a partir dos relatos dos participantes, tenham sido evidenciadas algumas práticas de gestão de riscos, especialmente no que se refere ao tratamento dos riscos, compreende-se que a Sesab pouco detém condições para a elaboração de relatórios de avaliação da eficácia da gestão de riscos em relação às PPP.

No tocante à **melhoria contínua**, as fragilidades já expostas somam-se à ausência de sistematização dos registros dos resultados obtidos no tratamento dos problemas existentes em relação às PPP. Por sua vez, a inexistência de protagonismo da Sesab ante os desafios da gestão de riscos, deixando a cargo do verificador independente e da concessionária essa iniciativa, não propicia a construção de um processo de melhoria e aprendizagem organizacional e de aprimoramento do arranjo institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após 12 anos do primeiro contrato em vigor, as Parcerias Público-privadas (PPP) – e a sua expansão enquanto modelo de contratação da iniciativa privada para prestação de serviços públicos de saúde – não significaram a adoção da gestão de riscos pela Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab). Assim, não houve condições para que seus princípios e elementos constitutivos pudessem qualificar a estruturação de estratégias, o desenvolvimento e a fixação de pessoas especializadas, além da realização de processos eficientes, de modo a contribuir para o aumento da capacidade de governança da secretaria e de implementação de política pública por meio de PPP.

A incorporação expressa de mecanismos de compartilhamento de riscos entre as partes nas cláusulas dos contratos de PPP, característica enaltecida pelos defensores do modelo, ainda carece de ações assertivas para a institucionalização da gestão de riscos na Sesab. Essa iniciativa é fundamental para produzir benefícios, identificando com clareza os resultados efetivos desse instrumento de políticas públicas, qualificando a avaliação do modelo e, por conseguinte, o processo de tomada de decisão dos gestores públicos. Além disso, a ausência de gestão de riscos nas avaliações vinculadas aos contratos de PPP não favorece a promoção qualificada da *accountability*.

Nesse sentido, os achados do presente estudo ratificam o pressuposto de que a gestão de riscos da Sesab em PPP de saúde mostra-se embrionária, visto que, embora existam formalmente alguns elementos nos arranjos institucionais de governança, estes não são capazes de produzir efeitos suficientes para a melhoria da capacidade de governança, do processo de tomada de decisão da secretaria e da implementação de políticas públicas por meio de PPP.

Como oportunidade de novos estudos vinculados à temática, sugere-se o desenvolvimento de pesquisas sobre a gestão de riscos implementada pelas concessionárias nas PPP, assim como sobre o impacto da atuação do verificador independente na gestão de riscos e no alcance dos objetivos das parcerias. Recomenda-se ainda pesquisas sobre a maneira de assegurar a tomada de decisão baseada em evidências, a partir da gestão de riscos como instrumento de governança nas PPP. Numa perspectiva mais ampla, considerando-se o cenário das parcerias no país, propõe-se ainda identificar em quais PPP brasileiras está implementada a gestão de riscos e quais os seus resultados alcançados.

Nesse último aspecto, a pesquisa contribui também com a proposição para a implementação da gestão de riscos das PPP no Brasil, com a utilização do modelo de gestão de riscos *The Orange Book* e de seus princípios como referência, por considerar aspectos técnicos e políticos de análise. Assim, considerando-se a inexistência de PPP que tenham implementado gestão de riscos conforme o modelo proposto nesta pesquisa, acredita-se que este pode servir como um instrumento valioso para a gestão de riscos, desde a estruturação do projeto até a sua supervisão e monitoramento.

Espera-se ainda que esta pesquisa possa contribuir com a administração pública ao apontar os limites e desafios da gestão de riscos exercida pela organização pública nas PPP, colaborando para retirá-la da invisibilidade. Pressupõe-se que soluções possam ser construídas e instituídas na busca por resultados eficientes na prestação de serviços públicos para a sociedade a partir da tomada de decisão dos gestores públicos baseada em evidências.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Laíse Rezende de. *A escolha de parceria público-privada para gestão hospitalar na Bahia: atores, interesses e estratégias*. 2019. 175 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

BAHIA. Lei nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004. Institui o Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado da Bahia – PPP Bahia e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado da Bahia*: parte 1: Poder Executivo, Salvador, ano 89, n. 18.735, p. 1-4, 28 dez. 2004.

BAHIA. Lei n.º 13.204 de 11 de dezembro de 2014. Modifica a Estrutura Organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 12 dez. 2014. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-13204-de-11-de-dezembro-de-2014>. Acesso em: 25 nov. 2020.

BAHIA. Secretaria da Saúde. *Contrato n.º 35/2013*. Concessão administrativa para construção e Operação de serviços não assistenciais de unidade hospitalar do Estado da Bahia – Instituto Couto Maia. Salvador: SESAB, 2013a. Disponível em: https://portal.sefaz.ba.gov.br/administracao/ppp/Contrato_n_35_2013-Instituto_Couto_Maia.pdf. Acesso em: 17 ago. 2020.

BAHIA. Secretaria da Saúde. *Edital nº 008/2009*. Contrato de Concessão Administrativa: concessão administrativa para gestão e operação de unidade hospitalar do estado da Bahia – Hospital do Subúrbio. Salvador: SESAB, 2009. Disponível: https://portal.sefaz.ba.gov.br/administracao/ppp/projeto_hospitalsuburbio.htm. Acesso em: 17 ago. 2020.

BAHIA. Secretaria da Saúde. *Edital nº 5/2013*. Contrato de Concessão Administrativa: concessão administrativa para gestão e operação de Serviços de Apoio ao Diagnóstico por Imagem na rede pública de saúde do Estado da Bahia. Salvador: SESAB, 2013b. Disponível em: https://portal.sefaz.ba.gov.br/administracao/ppp/projeto_diagnostico_por_imagem.htm. Acesso em: 17 ago. 2020.

BAHIA. Secretaria da Saúde. *Relatório anual de gestão*: 2019. Salvador: SESAB, 2020. Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Relat%C3%B3rio-Anual-de-Gest%C3%A3o-2019.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2020.

BARBOSA, Marco; CABRAL, Sandro; SOUZA, Elisabete Regina Loiola da Cruz. Mitigação de riscos em PPP: o caso do emissário submarino de Salvador, na Bahia. *Revista Panorama das Contas Públicas*, Salvador, v. 1, p. 149-162, 2009. Disponível em <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25554>. Acesso em: 25 fev. 2019.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. rev. e atual. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 19 abr. 2019.

BRASIL. Lei n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parcerias público-privadas no âmbito da administração pública. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 dez. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm. Acesso em: 21 abr. 2019.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Referencial básico de gestão de riscos*. Brasília: TCU, 2018. 154 p. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/21/96/61/6E/05A1F6107AD96FE6F18818A8/Referencial_basico_gestao_riscos.pdf. Acesso em: 3 dez. 2020.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Referencial básico de governança organizacional para organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU*. 3. ed. Brasília: TCU, 2020. 242 p. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A81881F7595543501762EB92E957799>. Acesso em: 11 dez. 2020.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Relatório de levantamento*: TC 020.830/2014-9. Brasília: TCU, 2014. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24E08D405014E0D42E95B3708>. Acesso em: 25 jun. 2020.

BUTA, Bernardo Oliveira; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. Governança pública em três dimensões: conceitual, mensural e democrática. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 27, n. 94, p. 370-395, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-9270941>. Acesso em: 25 jul. 2020.

CABRAL, Sandro; FERNANDES, Antonio Sérgio Araújo; RIBEIRO, Daniel Barroso de Carvalho. Os papéis dos Stakeholders na implementação das parcerias público-privadas no estado da Bahia. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 325-339, abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/6GRJsGHFPjRfSQrTczdWqHw/?lang=pt#>. Acesso em: 28 jul. 2020.

CHHOTRAY, Vasudha; STOKER, Gerry. Governance: from theory to practice. In: CHHOTRAY, Vasudha; STOKER, Gerry. *Governance theory and practice*. London: Palgrave Macmillan, 2009. Disponível em: <http://blog.ub.ac.id/irfan11/files/2013/02/Governance-Theory-A-Cross-Disciplinary-Approach-oleh-Vassuda-C.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2020.

COLBARI, Antonia. A análise de conteúdo e a pesquisa empírica qualitativa. In: SOUZA, Eloisio Moulin de (org.). *Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual*. Vitória: EDUFES, 2014. p. 241-271. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/939>. Acesso em: 2 fev. 2020.

HILL, Stephen. Guia sobre a gestão de riscos no serviço público. *Cadernos ENAP*, Brasília, n. 30, p. 35-54, 2006. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/651/1/Uma%20explora%c3%a7%c3%a3o%20inicial%20da%20literatura%20sobre%20a%20inova%c3%a7%c3%a3o.pdf>. Acesso em: 29 out. 2019.

HILL, Stephen; DINSDALE, Geoff. Uma base para o desenvolvimento de estratégias de aprendizagem para a gestão de riscos no serviço público. *Cadernos ENAP*, Brasília, n. 23, p. 7-75, 2003. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/692>. Acesso em: 13 abr. 2021.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G.. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade?. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3 p. 479-499, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000300008>. Acesso em: 29 out. 2019.

LEVI-FAUR, David. From “big government” to “big governance”?. In: LEVI-FAUR, David. *The Oxford handbook of governance*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 3-18. Disponível em: <https://academic.oup.com/edited-volume/34384/chapter-abstract/291586068?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MARQUES, Eduardo César Leão. Governo, atores políticos e governança em políticas urbanas no Brasil e em São Paulo. In: MENICUCCI, Telma Maria; GONTIJO, José Geraldo Leandro (org.). *Gestão e políticas públicas no cenário contemporâneo: tendências nacionais e internacionais*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016. p.71-99.

MARTINS, Antônio Fernando da Fonseca; VIANA, Felipe Benedito. Alocação de riscos em contratos de parceria público-privada: a (expressiva) distância entre teoria e prática. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 51, p. 53-100, jun. 2019. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/17820/1/RB%20v27n51___AlocacaoRisco.pdf. Acesso em: 23 maio 2021.

MAYNE, Quinton; JONG, Jorrit de; FERNANDEZ-MONGE, Fernando. State capabilities for problem-oriented governance, *Perspectives on Public Management and Governance*, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 33-44, Mar. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ppmgov/gvz023>. Acesso em: 1 jun. 2021.

NOGUEIRA, Ronaldo Alves; GAETANI, Francisco. A questão do controle no debate de governança pública. *Boletim de Análise Político-Institucional*, Brasília, n. 19, dez. 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8973>. Acesso em: 15 jan. 2020.

PAMPHILO, Renata Melo. *Governança em parcerias público-privadas: limites e desafios da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia*. 2021. 103 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/36605/1/Renata%20Melo%20Pamphilo.pdf>. Acesso em: 12 set. 2022.

PIERRE, Jon. Reafirmando a capacidade de governar: o papel esquecido da liderança. In: MENICUCCI, Telma Maria; GONTIJO, José Geraldo (org.). *Gestão e políticas públicas no cenário contemporâneo: tendências nacionais e internacionais*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016. p. 39-50.

RADAR PPP. *Resumo de contratos de PPPs*. Disponível em: <https://www.radarppp.com/resumo-de-contratos-de-ppps>. Acesso em: 17 jun. 2020.

RHODES, Roderick A. W. The new governance: governing without government. *Political Studies*, [s. l.], v. 44, n. 4, p. 652–667, Sept. 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.1996.tb01747.x>. Acesso em: 10 nov. 2019.

SOUZA, Flávio Sérgio Rezende Nunes de *et al.* Incorporação de modelos internacionais de gerenciamento de riscos na normativa federal. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 59-78, jan. 2020. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/80970>. Acesso em: 12 abr. 2021.

STOKER, Gerry. Governance as theory: five propositions. *International Social Science Journal*, [s. l.], v. 50, n. 155, p. 17-28, 1998. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1468-2451.00106>. Acesso em: 10 nov. 2019.

TEIXEIRA, Alex Fabiane; GOMES, Ricardo Corrêa. Governança pública: uma revisão conceitual. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 70, n. 4, p. 519-550, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp.v70i4.3089>. Acesso em: 27 fev. 2020.

THAMER, Rogério; LAZZARINI, Sérgio Giovanetti. Projetos de parceria público-privada: fatores que influenciam o avanço dessas iniciativas. *Revista da Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p.819-846, jul./ago. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/jrap/a/rGxPYhmkdNpxMTvD7ZQymcG/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 7 abr. 2019.

UNITED KINGDOM. *The orange book: management of risk: principles and concepts*. London: HM Government, 2020. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/1154709/HMT_Orange_Book_May_2023.pdf. Acesso em: 11 fev. 2021.

VIEIRA, James Batista; BARRETO, Rodrigo Tavares de Souza. *Governança, gestão de riscos e integridade*. Brasília: ENAP, 2019. 240 p. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4281/1/5_Livro_Governan%C3%A7a%20Gest%C3%A3o%20de%20Riscos%20e%20Integridade.pdf. Acesso em: 13 jan. 2020.



TRABALHO E RENDA EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA BAHIA: AS INIQUIDADES PERMANECEM?

Carlos Marlon
Lopes Costa
Graduado em Gestão
Financeira pela
Fundação Getúlio Vargas
(FGV), mestrando em
Desenvolvimento Regional
e Urbano pela Universidade
Salvador (Unifacs).
Bolsista da Coordenação
de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior
(Capes). <https://orcid.org/0009-0008-7518-9297>.
carlosmarlon@outlook.com

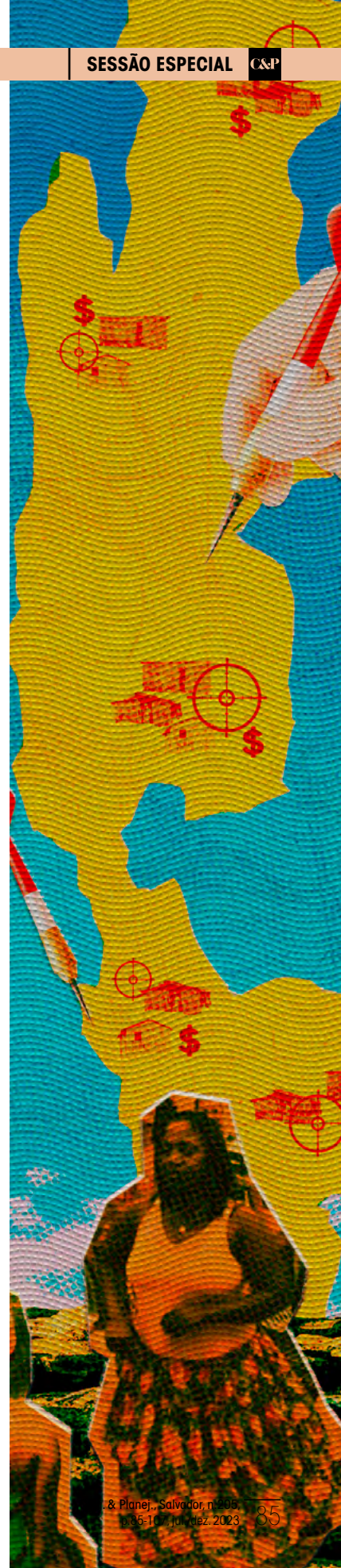
Leonardo Moura Lima
Calmon de Siqueira
Mestre em Desenvolvimento
Regional e Urbano e graduado
em Ciências Econômicas
pela Universidade Salvador
(Unifacs), doutorando em
Economia pela Universidade
Federal da Bahia (UFBA).
Bolsista da Fundação de
Amparo à Pesquisa do
Estado da Bahia (Fapesb).
<https://orcid.org/0000-0001-8119-2806>. leonardo.moura@gmail.com

Laumar Neves de Souza
Doutor em Ciências Sociais
e mestre em Economia pela
Universidade Federal da Bahia
(UFBA). Professor titular do
Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Regional
e Urbano da Universidade
Salvador (Unifacs). <https://orcid.org/0000-0002-7739-1690>. laumar.souza@animaeeducacao.com.br

<http://doi.org/10.56839/cp.1i205.4>

HÁ uma carência de estatísticas acerca da realidade das terras e dos povos quilombolas no Brasil. Apesar do Censo Demográfico ter incluído em 2022 questões que permitem estudar regiões de quilombo e pessoas quilombolas, ainda assim, essas comunidades e regiões precisam ser melhor compreendidas, o que demanda pesquisas suplementares. Nesse sentido, o aprofundamento do conhecimento no tema tem por objetivo dar base a políticas públicas que atenuem o quadro de iniquidades que marcam e distinguem a realidade quilombola. Visando, de alguma sorte, mitigar esse quadro, a presente investigação foi conduzida com o fito de capturar algumas singularidades sobre a realidade que impera do ponto de vista das condições de trabalho e renda em 13 comunidades quilombolas¹ localizadas na Bahia, mais precisamente na região da Chapada Diamantina.

¹ Registre-se aqui que os nomes originais dessas comunidades foram preservados, sendo, portanto, todos os nomes anteriormente referidos fictícios. Esse procedimento metodológico se justifica em função da necessidade de proteger a identidade e a segurança dessas populações historicamente marginalizadas. Dessa forma, buscou-se equilibrar a necessidade de coletar dados importantes para a pesquisa com a responsabilidade ética de preservar a privacidade e a segurança das comunidades.



O Brasil contava com 1.327.802 quilombolas, uma participação de apenas 0,65% no total da população brasileira. Essa minoria, em 68,19% dos casos, residia na Região Nordeste, 13,72% no Sudeste, 12,51% no Norte, e os 5,58% restantes no Centro-oeste e Sul

Registre-se que, ao caminhar nessa direção, esta pesquisa sincronizou com a necessidade imperiosa de reconhecer o quão sensíveis são os contextos nos quais as comunidades quilombolas estão inseridas. Isso porque, não raras vezes, essas comunidades enfrentam desafios históricos, sociais e econômicos, e a divulgação pública de informações detalhadas sobre suas localizações específicas pode expô-las a riscos como invasões, pressões externas indesejadas ou até mesmo impactos negativos em suas dinâmicas internas.

Para dar conta deste empreendimento investigativo, procedeu-se tanto a uma pesquisa bibliográfica, quanto a uma pesquisa de campo, a qual contemplou a aplicação de um questionário acerca de um conjunto de questões de natureza socioeconômica. Vale ressaltar que essa última ferramenta de pesquisa foi operacionalizada a partir de visitas feitas aos domicílios que compõem as referidas comunidades, oportunidade em que um representante de cada domicílio respondeu ao aludido questionário. Desse modo, os resultados que aqui são apresentados expressam tão somente a perspectiva de entendimento dos respondentes quanto ao quesito trabalho e renda, refletindo, portanto, a realidade de cada um deles enfrentada nesse particular.

Cabe pontuar que existem ao menos dois argumentos que justificam a realização desta investigação. O primeiro tem a ver com o fato de que, embora os quilombolas venham sendo alvo de políticas públicas ao longo das últimas décadas, notadamente a partir da Constituição Federal de 1988, ainda são insuficientes os estudos que procuram descortinar e dar visibilidade aos problemas que eles enfrentam. O segundo se relaciona com a expressiva representatividade que a Bahia ocupa quando se pensa em termos dos locais que abrigam populações quilombolas, conforme relevou o Censo Demográfico 2022 (2023).

Com efeito, tal pesquisa apontou que o Brasil contava com 1.327.802 quilombolas, uma participação de apenas 0,65% no total da população brasileira. Essa minoria, em 68,19% dos casos, residia na Região Nordeste, 13,72% no Sudeste, 12,51% no Norte, e os 5,58% restantes no Centro-oeste e Sul. A Bahia destaca-se nessa temática porque reúne a parte mais expressiva das pessoas quilombolas do Brasil, exatos 29,90%, isto é, excetuando-se o contingente que se encontra na Região Nordeste, o estado baiano abriga quase o mesmo quantitativo de comunidades quilombolas que todas as demais regiões do país, que reúnem 31,82% desse contingente. O fato de a Bahia possuir, aproximadamente, 400 mil quilombolas é resultado do longo histórico de formação da sociedade brasileira.

Feitas essas ponderações, cumpre agora informar que se optou por estruturar o presente estudo em mais três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, investe-se em uma breve contextualização dos quilombos na Bahia, sua formação como elemento de resistência e suas influências no século XIX. Na seção subsequente, foi desenvolvida uma análise que busca compreender como as comunidades quilombolas passaram a ser alvo de políticas públicas, se essas medidas foram apresentadas de forma tempestiva e se os marcos regulatórios propostos são suficientes e eficazes. Por fim, na terceira parte, a atenção concentrou-se na análise dos resultados da pesquisa, buscando um aprofundamento e compreensão dos aspectos socioeconômicos, fundamentais ao tema proposto.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DOS QUILOMBOS NA BAHIA

A ideia de Brasil nasceu na porção do território nacional compreendida e conhecida como Bahia. O processo colonizador e a visão imperialista a que fora submetido esse espaço o marcaram profundamente com o selo da escravização de africanos. Não há, portanto, como refletir sobre as condições atuais do povo negro no século XXI ignorando as mazelas a que esse povo tem sido sujeito nos mais de 500 anos do Brasil. Assim, é necessária uma breve contextualização da formação do povo negro na Bahia e de alguns movimentos de resistência que culminaram na formação dos quilombos.

Em linhas gerais, o reino de Portugal não exercia um papel principal nas relações internacionais, ocupando um espaço intermediário. Primeiramente manteve-se submisso em relação aos holandeses e, em um segundo momento, aos britânicos, devido a imposições financeiras e militares. Na relação dos portugueses com os ingleses, verificou-se uma desvantagem ainda maior para o país lusitano com o tratado de Methuen, que, em termos práticos, transformou Portugal em uma colônia e o Brasil, por sua vez, em colônia duas vezes. Decorreu dessa construção a primeira política de desindustrialização do Brasil, com a expressa proibição da atividade industrial na então colônia portuguesa para favorecer a Inglaterra nessa esfera de atuação. A Bahia e, por extensão o Brasil encontraram na sua gênese um fator limitante de grande importância ao desenvolvimento (Spinola, 2009).

Portugal, em termos práticos, no desenvolvimento de suas atividades econômicas, mediante exploração do Brasil Colônia, exerceu preponderantemente trabalhos agrícolas e comerciais. Quanto ao comércio, firmou-se como um grande negócio o tráfico de seres humanos, oriundos de inúmeras etnias capturadas à força da África. As pessoas submetidas a esse flagelo eram

A ideia de Brasil nasceu na porção do território nacional compreendida e conhecida como Bahia. O processo colonizador e a visão imperialista a que fora submetido esse espaço o marcaram profundamente com o selo da escravização de africanos

tomadas como ativos muito valiosos aos escravocratas. Além de serem usadas como moeda, serviam como trabalhadores sem qualquer remuneração, especialmente na atividade agrícola. A desvalorização dos trabalhos manuais e o desprezo atual por atividades mais rudimentares derivam, em algum grau, desse processo histórico desumano.

No país e especialmente na Bahia, surgiram investidas que, de alguma forma, tentaram apagar esse controverso capítulo da história. A exclusão de pretos e pardos, no entanto, fortalece o profundo legado de desfavorcimento dessas pessoas. Conforme afirma Nabuco (1998, p. 183), abolicionista brasileiro, em sua obra magna *Minha Formação*:

A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil. Ela espalhou por nossas vastas solidões uma grande suavidade; seu contato foi a primeira forma que recebeu a natureza virgem do país, e foi a que ele guardou; ela povoou-o como se fosse uma religião natural e viva, com os seus mitos, suas lendas, seus encantamentos; insuflou-lhe sua alma infantil, suas tristezas sem pesar, suas lágrimas sem amargor, seu silêncio sem concentração, suas alegrias sem causa, sua felicidade sem dia seguinte [...].

Para que se consigne a vileza empreendida ao longo de séculos a um grupo de pessoas desconsideradas até como humanos, foi difundida a ideia de que não haveria futuro para pretos no Brasil, mesmo ainda na Bahia.

É diante desse panorama que os historiadores apontam que o século XIX foi extremamente conturbado, uma catarse social, com especial destaque aos eventos ocorridos na Bahia, palco de um sem-número de revoltas.

A Bahia testemunhou uma série de motins, guerras e incontáveis eventos violentos isolados ou generalizados, orquestrados por negros escravizados e seus descendentes. Um esforço contínuo, empreendido ao longo de décadas, seja de modo individualizado ou coletivo. No Brasil daquele período, chegavam notícias de todos os cantos acerca da rebeldia e da insubordinação dos negros da Bahia. Depreende-se desse fato que os escravistas viviam também em um cenário de intensa insegurança. O sentimento anticolonial, agigantando-se cada vez mais, culminou em tantas outras revoltas, ondas de ataques, assassinatos de portugueses e saques de casas comerciais. Naquele período, muitas famílias portuguesas que acumularam fortunas ao longo dos séculos desistiram de residir na Bahia e, na mudança, levaram tudo consigo (Reis, 1986).

Os negros trazidos cativos para a Bahia eram grandes guerreiros na África, familiarizados com estratégias de batalhas e artes marciais. Aquelas pessoas, em solo baiano, diante de todas as agruras, queriam recuperar a liberdade e a possibilidade de ter um futuro, preservando suas origens e habilidades de batalha. Assim, destacaram-se as seguintes revoltas com apoio ou idealizadas por negros e seus descendentes mestiços: Conjuração Baiana (1789), mais conhecida como Revolta dos Alfaiates (contemplava a abolição da escravidão); lutas de 1822/1823; revoltas denominadas de Mata-Marotos (maroto era a alcunha dada aos portugueses) ocorridas entre 1823 e 1831; revolução federalista de 1832-1833; e revolta dos Malês em 1835, sem dúvida, a mais importante insurreição com articulação negra. Os Malês eram de religião islâmica e objetivavam matar todos os brancos, mestiços, africanos libertos e escravizados com fé diferente do Islã (Spinola, 2009). Efetivamente, um século na Bahia que se distinguiu pela insurgência popular.

No entorno de Salvador, portanto, em seu subúrbio, e nas regiões do Recôncavo Baiano, encontravam-se os centros de resistência negra, de caráter nômade, de convivência temporária, com liberdade para celebrações e cultos. Esses territórios serviam como locais de descanso para muitos negros que escapavam dos domínios escravistas. Segundo Reis (1986, p. 65), eram quilombos *sui generis*:

Seus residentes permanentes deviam ser poucos. É possível que funcionassem principalmente como “estações de descanso” para escravos que procuravam escapar por alguns dias do mundo dos senhores; e para os libertos, que não estavam liberados de seus desejos de convivência africana. Se alguns decidiam ficar, não era por muito tempo. Breve caíam nas mãos de capitães-do-mato ávidos por recompensas, ou terminavam presos durante as frequentes *blitzes* policiais. Mas a maioria provavelmente retornava com calma à cidade e aos senhores depois do gozo da folga, pois a vida no quilombo podia ser dura. Eram quilombos sem estabilidade, cuja proximidade de Salvador tornava fácil o trabalho da repressão. Nestes terreiros, os atabaques batiam para festas mundanas, celebração de deuses da Costa e animação dos guerreiros que, por vezes, davam testa às forças policiais. Alegria e medo, luta e morte compunham o ambiente dessas comunidades.

Esses espaços, conhecidos como quilombos ou mocambos, foram alvo de severa e implacável repressão. Lideravam esse exercício os capitães-do-mato e os cabos de polícia, motivados pelas recompensas pagas pelos

A população negra já enfrentava elevado índice de mortalidade e expectativa de vida baixa decorrente das condições indignas e dos maus tratos

governos locais ou pelos escravistas. A população negra já enfrentava elevado índice de mortalidade e expectativa de vida baixa decorrente das condições indignas e dos maus tratos.

Esse breve exercício de revisitar a literatura que recupera boa parte da dinâmica escravista brasileira e baiana, especialmente do final do século XIX, torna-se condição necessária à compreensão dos acontecimentos das últimas décadas relacionados à temática quilombola. A problematização do homem negro, sua relação com a terra e o processo histórico de jugo centenário são as lentes mais adequadas para corrigir a percepção limitada quanto à realidade dos quilombolas remanescentes. Nesse sentido, quando a Constituição Cidadã resgata, em 1988, a questão quilombola, muito pelo mérito do intenso trabalho do Movimento Negro Unificado no processo constituinte (Rodrigues, 2010), tal avanço constitucional converte-se em política pública que vem à tona com um século de atraso.

Portanto, a promulgação da Lei Áurea, em 1888, desvinculada de qualquer política de amparo aos escravizados libertos, é a grande iniquidade nacional. Conforme os dados do recenseamento brasileiro de 1872, isto é, 16 anos antes da Lei Áurea, o Brasil Império possuía exatos 9.903.478 habitantes, dos quais 1.510.806 eram pessoas escravizadas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, [1874?]), representando 15,25% da população total. No que pese a ausência de informações que denotem crescimento ou não da população escravizada nos 16 anos subsequentes, os números absolutos e relativos de 1872 já informam muito.

COMUNIDADE QUILOMBOLA COMO ALVO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A primeira política pública voltada aos quilombolas no Brasil, de modo incontestável, foi a de uma severa repressão e aniquilação das comunidades formadas ao longo dos quase quatro séculos de escravismo brasileiro (Dalosto; Dalosto, 2018). No hiato entre a chamada Lei Áurea (Brasil, 1888) e a Constituição Cidadã (Brasil, 1988) têm-se exatos 100 anos de silêncio do poder público a esta relevante questão nacional. Portanto, foi necessário um século para a promulgação da primeira política pública nacional em sentido positivo aos quilombolas. A saber:

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

[...]

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

[...]

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (Brasil, 1988).

Verifica-se, então, que o Brasil está há 35 anos com uma política pública vigente que direciona um regramento jurídico a povos quilombolas e suas terras. Nesse sentido, vale ressaltar que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pela primeira vez, no âmbito do Censo Demográfico 2022, lançou questões para melhorar a compreensão acerca da população e das regiões quilombolas no país.

Sem dados e informações sobre essas regiões e sobre os modos de vida dessas pessoas, tornava-se inviável a implementação de políticas públicas efetivas. É imperioso que sejam produzidas estatísticas cada vez mais robustas para subsidiar proposições legislativas ou mesmo programas de governos com o fim de dignificar as pessoas inseridas nessa realidade.

Partindo-se então de dados preliminares do Censo Demográfico 2022, foi possível verificar, pela primeira vez na referida fonte, a distribuição de pessoas quilombolas no espaço geográfico nacional. Esses dados mostram que a Bahia concentra grande parte desse contingente, que também está presente de forma massiva nos estados do Maranhão (269.074), Minas Gerais (135.310), Pará (78.827), Pernambuco (78.827), Alagoas (37.722) e Piauí (31.686). Há pessoas quilombolas em todas as regiões do país. No âmbito das unidades da Federação, com exceção de Roraima e Acre, as demais registraram populações quilombolas.

A partir da Constituição Federal (Brasil, 1988), os artigos 68 e 216 necessitavam de uma regulação, que veio a ocorrer em setembro de 2001, após 13 anos da promulgação da Carta Magna. No entanto, tal regramento era demasiadamente restritivo:

Art. 1º Compete à Fundação Cultural Palmares - FCP iniciar, dar seguimento e concluir o processo administrativo de identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos,

bem como de reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação e registro imobiliário das terras por eles ocupadas.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput, somente pode ser reconhecida a propriedade sobre terras que:

I - eram ocupadas por quilombos em 1888; e

II - estavam ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos em 5 de outubro de 1988 (Brasil, 2001).

Considerando-se a dinâmica escravista e os processos excludentes que ecoam até os dias atuais, pode-se inferir a inviabilidade de essas populações marginalizadas oferecerem comprovações de uma ocupação existente há exatos 113 anos. E mesmo que houvesse tal comprovação, ela se limitaria apenas ao ano de 1888, nem antes e nem depois. Ademais, essa comprovação de 1888 precisaria guardar correspondência com os quilombolas remanescentes de 1988. Um recorte temporal específico, portanto, muito restritivo.

Após dois anos em vigência, o Decreto Federal n.º 3.912 foi revogado por completo e substituído pela redação dada pelo Decreto Federal n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, data emblemática, por marcar o Dia Nacional da Consciência Negra, ofertando um regramento que vigora atualmente sem qualquer alteração. O novo modelo constitui um avanço, posto o que segue enunciado em seu

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural (Brasil, 2003).

O texto regulatório permite, sem maiores entraves, a regularização de quilombos pela autoatribuição e presunção de ancestralidade negra. Portanto, uma credencial, conquistada 15 anos após a promulgação da Constituição Federal e 115 anos após a publicação da Lei Áurea. Foi esse o espaço temporal necessário para o poder público brasileiro efetivar sua primeira política de caráter favorável aos quilombolas. A posse legal da terra é fundamental para assegurar que os retornos do trabalho nela desempenhado vinculam-se aos trabalhadores. A simplicidade do direito de usufruir os resultados do próprio trabalho carrega consigo uma grande simbologia.

Conforme interpretação de Hegel (1971 *apud* Semeraro, 2013, p. 90), “o trabalho não é só satisfação das próprias necessidades individuais e imediatas, mas é a expressão de um valor maior: nele se forma a consciência pessoal e social, se manifesta o caráter público e universal do ser humano”. Assim, com o processo de certificação e titulação dessas terras, há reconhecimento do trabalho e daí a construção de uma realidade social outrora inexistente. Com isso, advém a legitimação dessas pessoas e o resgate da dignidade humana.

Há grande valor nesse marco legal, mas, ainda assim, essa política de regularização é insuficiente quanto aos objetivos de equidade racial. Até esse avanço, denotado como pouco, não foi constituído como um direito líquido e certo. No que pese haver previsão constitucional, decreto federal que regula adequadamente o processo e as decisões favoráveis na Suprema Corte, percebe-se como exceção as terras com titularidade quilombola – é uma demanda que escancara os conflitantes interesses agrários Brasil afora (Rodrigues, 2010).

As políticas elencadas acima são as únicas e as últimas na esfera federal e, como revelam os textos legais, não apontam para estados ou municípios-chave. Toda a dificuldade em torno dessas políticas, seja pelas dificuldades processuais, seja pelo próprio tempo necessário para as primeiras proposições após 1888, levanta uma questão importante: a imigração de europeus em substituição aos negros, legalmente livres do trabalho escravo.

O Sul do Brasil recebera, na última década do século XIX e ao longo do século XX, muitos imigrantes europeus, moldando um novo perfil étnico e cultural na região. Eles trouxeram consigo seus sobrenomes, tradições e tiveram a oportunidade de desenvolvê-las e adaptá-las durante o processo de fixação no Brasil. Tal política foi implementada como parte de um esforço nacional para imprimir ao país características associadas aos povos considerados superiores, que transmitiriam à prole uma pele clara. A esses imigrantes foram legadas facilidades para a posse da terra e o exercício do

O Sul do Brasil
recebera, na última
década do século
XIX e ao longo do
século XX, muitos
imigrantes europeus,
moldando um
novo perfil étnico e
cultural na região

Referente ao cenário baiano, no ano 2007, o Governo do Estado da Bahia criou a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), sendo que, a partir dela, a temática voltada aos quilombos ganhou espaço na agenda do estado

trabalho (Leite, 2008). Tal realidade confirma as teorias racistas de nação e que perduram até os dias atuais, sobretudo na dificuldade dos quilombolas vinculada à questão agrária.

Referente ao cenário baiano, no ano 2007, o Governo do Estado da Bahia criou a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), sendo que, a partir dela, a temática voltada aos quilombos ganhou espaço na agenda do estado. Posteriormente, foi publicado o Decreto Estadual n.º 11.850, de 23 de novembro de 2009, que instituiu o Grupo Intersetorial para Quilombos (GIQ), do qual fazem parte 17 secretarias estaduais, ante a necessidade de uma abordagem intersectorial no âmbito do estado (Bahia, 2009). Atualmente, o grupo possui dois instrumentos de atuação: identificação e delimitação das terras remanescentes de quilombos; planos de desenvolvimento social, econômico e ambiental nas comunidades remanescentes.

Segundo a instituição não-governamental Comissão Pró-Índio de São Paulo (2023), desde a criação da Sepromi até o ano 2023 foram tituladas 16 terras quilombolas, em média, uma terra por ano. A saber: Agreste (Seabra); Algodões; Baixão Velho; Boitaraca; Águas Sagradas das Gamelas; Lagoa Verde; Mocambo e Cachoeira; Mulungu; Povoado da Conceição; Povoado de Cutia; Rio dos Macacos; Serra do Queimadão; Sítio Novo; Tapuia; Vão das Palmeiras; Vazante.

ASPECTOS DE TRABALHO E RENDA

Antes de ir às estatísticas que permitem aferir a realidade das comunidades de interesse deste exercício analítico/descritivo no que diz respeito ao trabalho que desempenham ou não, bem como a renda que auferem ou não, seja ela decorrente do envolvimento que mantêm com o mundo do trabalho ou derivada de outras fontes, considera-se fundamental tecer algumas considerações sobre o real significado da categoria de análise deste trabalho, dado que ela é crucial para, por exemplo, compreender o padrão de desenvolvimento ao qual está submetido um determinado grupo social.

Partindo desse pressuposto, entende-se, primeiramente, o trabalho como fonte de subsistência. Isso porque é precisamente a partir do desempenho de alguma atividade laboral que os indivíduos, de forma geral, conseguem obter os recursos monetários que lhes permitem satisfazer as necessidades relacionadas ao consumo de diferentes bens e serviços, bem como fugir da pobreza e, por efeito, edificar trajetórias de vida sem tantas limitações de ordem material.

À luz da abordagem da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que reflete a sua experiência técnica e científica no contexto do capitalismo contemporâneo, tema muito bem explorado por Abramo (2015), o trabalho também pode ser visto como algo que tende a fornecer para as pessoas, de forma geral, um senso de identidade, de pertencimento e de propósito. Segundo a autora, o trabalho pode expandir as opções de escolhas para os trabalhadores, permitindo-lhes vislumbrar o próprio futuro com otimismo. Além disso, o trabalho também tem significado coletivo, sendo essencial para a rede de conexões e interações que forjam a coesão social. Nesse sentido, tem relação intrínseca com a forma como a sociedade se organiza.

Não há como negar que a falta de uma atividade laboral, situação que coloca muitos indivíduos na condição de desocupados, pode ocasionar efeitos bastante deletérios, que não se resumem à falta de acesso dessas pessoas a uma renda derivada do trabalho. Como muito bem relata Sen (2018, p. 118), o desemprego causa também:

[...] dano psicológico, perda de motivação para o trabalho, perda de habilidade e autoconfiança, aumento de doenças e morbidez (e até mesmo das taxas de mortalidade), perturbação das relações familiares e da vida social, intensificação da exclusão social e acentuação de tensões raciais e das assimetrias entre sexos.

Como se não bastasse o enfrentamento das situações adversas mencionadas, o desemprego tende a afetar também valores sociais construídos historicamente e que são essenciais para a manutenção da paz e da ordem social no contexto do capitalismo, contexto esse que tem elevado potencial para gerar processos de ruptura do tecido social edificado, ao longo do tempo, em cada sociedade. Nesse ponto, é importante ressaltar que tais valores são reconhecidos como direitos humanos fundamentais, como o direito à vida e ao trabalho digno, conforme instituídos em normas nacionais e supranacionais, em especial na Carta Magna brasileira de 1988 (Brasil, 1988, art. 6-11) e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), da Organização das Nações Unidas (ONU) (1948, art. 23, 25).

Após essa breve discussão da categoria trabalho como pano de fundo, parte-se agora para identificar alguns dos elementos que estabelecem a dinâmica da relação entre as pessoas entrevistadas nas 13 comunidades investigadas e o mundo do trabalho.

Seguindo nesse diapasão, destaca-se, de imediato, a elevada proporção (44,4%) de indivíduos que, quando indagados se desenvolviam alguma atividade produtiva no mercado de trabalho, responderam negativamente (Tabela 1).

Tabela 1
Distribuição percentual dos entrevistados segundo o desenvolvimento de alguma atividade produtiva – Comunidades selecionadas – 2023

Comunidades	Desenvolvimento de alguma atividade produtiva		Total geral
	Não	Sim	
Liberdade Negra	11,8%	88,2%	100,0%
Águas Abençoadas	52,8%	47,2%	100,0%
Herança Africana	39,6%	60,4%	100,0%
Memória Africana	48,3%	51,7%	100,0%
Raízes Ancestrais	60,9%	39,1%	100,0%
Reserva da Solidariedade	35,6%	64,4%	100,0%
Terra da Resistência	94,7%	5,3%	100,0%
Flores do Sertão	65,6%	34,4%	100,0%
Águas Sagradas	77,8%	22,2%	100,0%
Ancestrais Livres	20,0%	80,0%	100,0%
Ventos Livres	24,0%	76,0%	100,0%
Serra da Igualdade	21,1%	78,9%	100,0%
Águas Tranquilas	31,9%	68,1%	100,0%
Total geral	44,4%	55,6%	100,0%

Fonte: pesquisa de campo (2023).

Como se pode averiguar quando se analisam com maior acurácia as informações presentes na Tabela 1, é bastante heterogêneo o padrão de resposta encontrado nas diferentes comunidades. Discrepâncias tão abissais como os percentuais encontrados na comunidade Terra da Resistência (94,7%) e os verificados, por exemplo, nas comunidades Ancestrais Livres (20%) e Liberdade Negra causam certa estranheza, pois, em linhas gerais, não há nada no plano da aparência mais imediata que as justifique.

Ou seja, o argumento é que não existem diferenciações substantivas nem em termos de estrutura produtiva, nem muito menos do ponto de vista dos recursos humanos que as citadas comunidades reúnem que expliquem realidades tão diversas entre elas nesse aspecto específico. Daí que parece pouco plausível considerar que, em Terra da Resistência, se tenha quase um absoluto marasmo dos respondentes no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho para vender sua mão de obra, seja como empregado, autônomo ou outra forma qualquer de ocupação, e que em Ancestrais Livres e Liberdade Negra, por sua vez, a postura dos entrevistados nessa seara divirja tão radicalmente, visto que, pelos resultados apurados, eles informaram que se arvoram a pressionar o referido mercado e obtiveram êxito nesse intento.

Ao refletir sobre isso, é importante observar que o setor primário é o que mais acolhe as pessoas que residem nas comunidades investigadas. Na percepção de Santana (2003, p. 47), tal setor tem uma posição destacada no plano da ocupação do estado da Bahia, situação essa decorrente

[...] da estrutura agrária que nele prevalece, marcada por uma elevada proporção de pequenas propriedades rurais, nas quais a produção para subsistência envolve parcela significativa que nelas vivem, o que contribui de maneira evidente para inflar o contingente de pessoas ocupadas (embora à margem do circuito econômico propriamente dito).

De acordo com a análise de Souza (2007), a conformação desse quadro só é possível porque a inserção no mercado de trabalho baiano de parte significativa dos trabalhadores ocorre por vias bastante precárias, tais como, realização de atividades não remuneradas em ajuda aos membros de domicílios e trabalhos na produção para o próprio consumo. Esse é notadamente o padrão que se verifica naqueles municípios que registram as taxas de ocupação mais elevadas, as quais, em muitos casos, indicam, inclusive, situações que se aproximam e/ou expressam o pleno emprego da força de trabalho local.

Acerca dos achados que vieram à tona quando se inquiriu os entrevistados sobre o desenvolvimento de alguma atividade produtiva, é indispensável adotar uma abordagem criteriosa ao analisá-los, pois, à primeira vista, eles podem indicar, de forma equivocada, uma superestimação do nível de desocupação que prevaleceria entre os indivíduos entrevistados. Todavia, não é essa a situação que efetivamente marca a vida dessas pessoas.

Para se chegar a essa conclusão, separou-se o grupo dos respondentes que informaram que não trabalhavam (257 indivíduos), indagando-os sobre o motivo de não estabelecerem relações com o mercado de trabalho. Entre as razões para o não engajamento em uma atividade produtiva os respondentes apontaram a aposentadoria como principal motivo, dado que 53,3% das pessoas que disseram não trabalhar encontravam-se aposentadas (inativas). Percentual também significativo de pessoas inativas (31,1%) alegou desempenhar atividade doméstica na esfera das próprias residências. Outro grupo menos expressivo (9,7%) informou que não pressionava o mercado de trabalho pois recebia benefício do governo federal, como o Auxílio Brasil e/ou Bolsa Família. Por fim, outro grupo ainda menos representativo (5,8%) disse que não trabalhava, pois estava desempregado, resposta que encerra, em alguma medida, certa dose de tautologia (Tabela 2).

Tabela 2
Distribuição percentual dos moradores entrevistados que informaram não trabalhar segundo a motivação – Comunidades selecionadas – 2023

Comunidades	Razões para não trabalhar				Total geral
	Desemprego	Benefício	Trabalho doméstico	Aposentadoria	
Liberdade Negra	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%
Águas Abençoadas	2,1%	4,3%	57,4%	36,2%	100,0%
Herança Africana	0,0%	47,4%	0,0%	52,6%	100,0%
Memória Africana	0,0%	0,0%	14,3%	85,7%	100,0%
Raízes Ancestrais	1,9%	1,9%	47,2%	49,1%	100,0%
Reserva da Solidariedade	9,5%	4,8%	52,4%	33,3%	100,0%
Terra da Resistência	16,7%	33,3%	0,0%	50,0%	100,0%
Flores do Sertão	4,8%	23,8%	28,6%	42,9%	100,0%
Águas Sagradas	21,4%	0,0%	42,9%	35,7%	100,0%
Ancestrais Livres	0,0%	0,0%	33,3%	66,7%	100,0%
Ventos Livres	22,2%	0,0%	11,1%	66,7%	100,0%
Serra da Igualdade	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%
Águas Tranquilas	0,0%	4,3%	0,0%	95,7%	100,0%
Total geral	5,8%	9,7%	31,1%	53,3%	100,0%

Fonte: pesquisa de campo (2023).

Destacam-se os elevados percentuais de aposentados entre os entrevistados nas comunidades Memória Africana (85,7%), Águas Tranquilas (95,7%), Liberdade Negra (100%) e Serra da Igualdade (100%). Registre-se também que em seis comunidades (Águas Abençoadas, Raízes Ancestrais, Reserva da Solidariedade, Terra da Resistência, Flores do Sertão e Águas Sagradas), entre as 13 que foram investigadas, os percentuais de aposentados não ultrapassavam os 50,0% (Tabela 5). A conformação desse quadro é justificada, como se viu anteriormente, pela forte presença de pessoas de maior faixa etária nas comunidades investigadas, as quais fazem jus à aposentadoria.

Para que as informações sejam melhor compreendidas, é necessário realizar ao menos duas reflexões. Em primeiro lugar, enfatize-se que o comportamento dos aposentados de não mais pressionar o mercado de trabalho não expressa, em nenhuma hipótese, o não enfrentamento de condições adversas para que deem conta do processo de reprodução social deles e de suas famílias.

Trata-se de um público que possivelmente experimentou um desgaste físico intenso ao longo da vida, posto que labutou muito provavelmente em atividades agrícolas de reduzida produtividade, marcadas por tecnologias rudimentares, por trabalhos braçais que exigem o uso de força física e que exaurem a saúde de qualquer ser humano. Portanto, é esse desgaste que limita esse público, em fases mais avançadas da vida, no que se refere a exercer algum tipo de ocupação para complementar o rendimento que auferi, como se tornou comum em alguns estratos da sociedade brasileira.

Isso é o que mostraram recentemente Mentlik, Menezes-Filho e Komatsu (2019, p. 2). Segundo eles,

[...] parte significativa da população aposentada permanece em atividade econômica, e alguns fatores parecem favorecer essa situação. No geral, quanto mais jovem, mais escolarizado ou menor for o valor do benefício de segurado, maior a probabilidade de ele continuar ofertando sua força de trabalho após adquirir o benefício. Além disso, há o argumento de que o valor dos benefícios previdenciários seria tão baixo que os trabalhadores teriam que permanecer no mercado de trabalho para conseguirem manter condições mínimas de consumo.

Note-se que os entrevistados que se dizem ser “aposentados” não preenchem integralmente os requisitos apontados por Mentlik, Menezes-Filho e Komatsu (2019) para que voltem a pressionar o mercado de trabalho. Note-se que os entrevistados que dizem ser “aposentados” não preenchem integralmente os requisitos apontados por Mentlik, Menezes-Filho e Komatsu (2019) para que voltem a pressionar o mercado de trabalho. Mesmo tendo que subsistir com uma renda insuficiente, situada no início da escala que avalia o padrão de renda dos aposentados no Brasil, eles enfrentam as dificuldades inerentes a essa situação, o que impacta diretamente no atendimento de suas necessidades básicas. Apesar disso, não se aventuram a reintegrar-se ao mercado de trabalho, não apenas pela ausência de qualificações educacionais necessárias para ocupar posições disponíveis, mas também pela provável falta de condições físicas para tal empreitada. Ademais, muitos deles nunca exerceram atividades laborais em setores além do agrícola. É plausível supor que tenham passado a maior parte de suas vidas limitados à sua comunidade local, familiarizados com métodos de produção tradicionais. Esses métodos, evidentemente, contrastam com as práticas modernas empregadas na indústria e nos serviços contemporâneos.

Outro ponto a se considerar é que as pessoas que não se encontram vinculadas ao mercado de trabalho e que informaram que são aposentadas podem ser beneficiárias de uma política pública específica implantada pelo Estado brasileiro, a exemplo do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Como consta na letra da lei, o idoso que nunca contribuiu com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) pode receber um salário-mínimo de benefício, desde que se enquadre nos critérios do BPC.

Essa suposição, no entanto, deve ser encarada com ressalva, uma vez que, quando foram analisadas as informações fornecidas pelos entrevistados para o quesito ‘renda auferida’, derivada de todas as fontes, a exemplo de trabalho, aposentadoria e benefícios sociais, como o BPC e o Bolsa Família, chegou-se a uma realidade que exprime um quadro dramático/assustador, visto que 82,5% dos respondentes procuravam atender às demandas materiais que permitem a sua reprodução social e do seu grupo familiar com, no máximo, um salário mínimo (Tabela 3).

Tabela 3
Distribuição percentual dos moradores entrevistados segundo a renda que auferem de todas as fontes – Comunidades selecionadas – 2023

Comunidades	Faixas de rendimento em Salários Mínimos (SM)					Total geral
	Menos de 1/2 S.M.	Mais de 1/2 a 1 S.M.	Mais de 1 a 2 S.M.	Mais de 2 a 3 S.M.	Mais de 3 a 5 S.M.	
Liberdade Negra	64,7%	29,4%	0,0%	5,9%	0,0%	100,0%
Águas Abençoadas	74,2%	18,0%	7,9%	0,0%	0,0%	100,0%
Herança Africana	83,3%	16,7%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Memória Africana	44,8%	34,5%	17,2%	3,4%	0,0%	100,0%
Raízes Ancestrais	31,0%	41,4%	17,2%	10,3%	0,0%	100,0%
Reserva da Solidariedade	57,6%	25,4%	15,3%	0,0%	1,7%	100,0%
Terra da Resistência	42,1%	36,8%	21,1%	0,0%	0,0%	100,0%
Flores do Sertão	50,0%	31,3%	15,6%	3,1%	0,0%	100,0%
Águas Sagradas	38,9%	38,9%	22,2%	0,0%	0,0%	100,0%
Ancestrais Livres	60,0%	33,3%	6,7%	0,0%	0,0%	100,0%
Ventos Livres	54,7%	29,3%	10,7%	5,3%	0,0%	100,0%
Serra da Igualdade	21,1%	57,9%	21,1%	0,0%	0,0%	100,0%
Águas Tranquilas	47,2%	22,2%	29,2%	1,4%	0,0%	100,0%
Total geral	53,5%	29,0%	14,3%	2,9%	0,2%	100,0%

Fonte: pesquisa de campo (2023).

Quando analisadas separadamente, sete dessas comunidades (Liberdade Negra, Águas Abençoadas, Herança Africana, Reserva da Solidariedade, Flores do Sertão, Ancestrais Livres e Ventos Livres) revelam que seus habitantes apresentam um elevado grau de pauperização, visto que 50% ou mais dessas pessoas auferem rendas que não alcançam metade de um salário mínimo (Tabela 3). Pelas informações coletadas em campo, é absolutamente escasso o registro de entrevistados mais bem posicionados na pirâmide de rendimento. Verificou-se que apenas um indivíduo, morador da comunidade Reserva da Solidariedade, dentre os 579 que foram entrevistados, recebe um rendimento que se encaixa na faixa superior, entre três e cinco salários mínimos, sendo considerado, portanto, o “super rico” da região, sendo a exceção na distribuição de rendimento dos entrevistados.

Uma reflexão que se pretende aprofundar são as implicações desse quadro de esgarçamento a que os tecidos sociais das comunidades em foco são submetidos cotidianamente, deixando evidente que, dentro de seus limites, grassa a pobreza. Não se pode deixar de comentar que tais comunidades estão distribuídas em três municípios (Ibitiara, Novo Horizonte e Seabra) localizados na Chapada Diamantina. Essa área, por sua vez, faz parte da região semiárida do Brasil, marcada, em geral, por concentrar municípios com quase nenhuma capacidade de gerar de dinamismo econômico de forma autônoma. Muitos deles são caracterizados por atividades econômicas de baixa produtividade e enfrentam indicadores sociais bastante fragilizados, haja vista que, nesses municípios registram-se elevados níveis de concentração de renda e de pobreza.

Não por acaso, quando questionados como avaliavam as oportunidades de trabalho, emprego e renda que lhes eram ‘facultadas’, os entrevistados, em sua maioria (80%), revelaram que as consideravam ruins e/ou péssimas. Destaque-se que, em cada uma das 13 comunidades analisadas, foram identificados dramas ainda mais intensos nesse particular. Com efeito, em cinco delas (Liberdade Negra, Herança Africana, Memória Africana, Raízes Ancestrais e Águas Tranquilas), a soma das porcentagens das avaliações consideradas pelos entrevistados como ruins e/ou péssimas superou o patamar de 80%, atingindo, em alguns casos, níveis bem próximos de uma completa insatisfação (Tabela 4).

Tabela 4
Distribuição percentual dos moradores entrevistados segundo a avaliação que fazem das suas oportunidades de trabalho – Comunidades selecionadas – 2023

Comunidades	Avaliação das oportunidades de trabalho					Total geral
	Boas	Ruins	Péssimas	Regulares	Não respondeu	
Liberdade Negra	0,0%	35,3%	58,8%	5,9%	0,0%	100,0%
Águas Abençoadas	5,6%	48,3%	31,5%	14,6%	0,0%	100,0%
Herança Africana	2,1%	22,9%	72,9%	2,1%	0,0%	100,0%
Memória Africana	0,0%	31,0%	62,1%	6,9%	0,0%	100,0%
Raízes Ancestrais	6,9%	41,4%	44,8%	6,9%	0,0%	100,0%
Reserva da Solidariedade	10,2%	27,1%	39,0%	22,0%	1,7%	100,0%
Terra da Resistência	5,3%	31,6%	21,1%	42,1%	0,0%	100,0%
Flores do Sertão	9,4%	40,6%	34,4%	15,6%	0,0%	100,0%
Águas Sagradas	27,8%	5,6%	44,4%	22,2%	0,0%	100,0%
Ancestrais Livres	6,7%	13,3%	60,0%	20,0%	0,0%	100,0%
Ventos Livres	9,3%	22,7%	50,7%	17,3%	0,0%	100,0%
Serra da Igualdade	0,0%	68,4%	5,3%	26,3%	0,0%	100,0%
Águas Tranquilas	1,4%	44,4%	47,2%	6,9%	0,0%	100,0%
Total geral	6,2%	35,4%	44,6%	13,6%	0,2%	100,0%

Fonte: pesquisa de campo (2023).

O esboço desse panorama é absolutamente preocupante, dado que ele traz explicitamente a negativa que é imposta pela sociedade brasileira aos respondentes, privando-os da capacidade de projetar um futuro menos penoso, no qual não lhes sejam negados direitos fundamentais consagrados universalmente em convenções internacionais e nas instâncias jurídicas que dão corpo e funcionalidade ao Estado brasileiro.

Como bem diz Ribeiro (2023, p. 26), essa miríade de sortilégios relacionados ao trabalho acaba por atacar frontalmente

[...] valores sociais construídos historicamente que são essenciais para a manutenção da paz e ordem sociais, tendendo a gerar processos de ruptura do tecido social formatado ao longo do tempo. Valores que são reconhecidos como direitos humanos fundamentais, como o direito à vida e ao trabalho digno, por exemplo, e que devem ser assegurados pelo poder público, conforme se instituiu em normas nacionais e supranacionais, como na Carta Magna brasileira de 1988 e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), da Organização das Nações Unidas (ONU). Vale salientar que, na referida declaração, em seu artigo 25, item 1, está instituído que:

Toda pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes de sua vontade.

Ainda na perspectiva analítica pela qual esse último autor envereda, merece ser assinalado que, em relação aos direitos ligados especificamente ao trabalho, a mesma declaração instituiu através do seu artigo XXIII, nos itens I ao IV, que:

1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do emprego, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego.
2. Todos têm direito, sem distinção alguma, a salário igual por trabalho igual.

3. Quem trabalha tem direito a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana, e completada, se possível, por todos os outros meios de proteção social.
4. Toda pessoa tem direito de fundar com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para defesa dos seus interesses.

Entre os entrevistados que alegaram trabalhar, 283 deles, de um total de 322 (o que representa 87,9% em termos percentuais), estão envolvidos com atividades produtivas no contexto agrícola, provavelmente nas redondezas das comunidades onde residem (Tabela 5). As duas únicas comunidades em que 50% ou menos das pessoas entrevistadas não trabalham na agricultura são Águas Sagradas e Flores do Sertão, conforme se pode verificar escrutinando as informações contidas na Tabela 5.

Após a análise detalhada de diferentes aspectos no que tange ao trabalho das pessoas entrevistadas, conclui-se que, via de regra, nas comunidades que interessam a este estudo, há um incontestável desalinhamento entre o que está no campo das ideias, as quais assumem força de lei, na medida em que passam a integrar o sistema jurídico nacional, e a realidade concreta, em que há flagelos sociais de toda a ordem, responsáveis por vitimar parte considerável dos trabalhadores brasileiros.

Tabela 5
Distribuição percentual dos moradores entrevistados segundo os setores da atividade econômica em que trabalham – Comunidades selecionadas – 2023

Comunidades	Setores da atividade econômica			Total geral
	Agricultura	Mineração	Demais setores	
Liberdade Negra	93,3%	0,0%	6,7%	100,0%
Águas Abençoadas	85,7%	0,0%	14,3%	100,0%
Herança Africana	93,1%	0,0%	6,9%	100,0%
Memória Africana	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Raízes Ancestrais	97,1%	0,0%	2,9%	100,0%
Reserva da Solidariedade	73,7%	10,5%	15,8%	100,0%
Terra da Resistência	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Flores do Sertão	36,4%	0,0%	63,6%	100,0%
Águas Sagradas	50,0%	0,0%	50,0%	100,0%
Ancestrais Livres	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Ventos Livres	84,2%	0,0%	15,8%	100,0%
Serra da Igualdade	93,3%	0,0%	6,7%	100,0%
Águas Tranquilas	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Total geral	87,9%	1,2%	10,9%	100,0%

Fonte: pesquisa de campo (2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas discussões anteriores sobre a categoria de trabalho, pôde-se examinar alguns dos elementos que moldam a dinâmica das relações das pessoas entrevistadas em 13 comunidades quilombolas com o mundo do trabalho. Um dado notável foi a alta proporção (44,4%) de entrevistados que afirmaram não estar envolvidos em nenhuma atividade produtiva voltada para o mercado de trabalho. No entanto, uma análise mais detalhada revelou variações substanciais nas respostas entre as diferentes comunidades, com discrepâncias surpreendentes, como as encontradas entre os 94,7% que não trabalham em Terra da Resistência em comparação com os 20% inativos em Ancestrais Livres e Liberdade Negra. Com efeito, tais disparidades parecem não ter justificção em termos de estrutura produtiva ou de recursos humanos disponíveis.

A análise também destacou o número significativo de aposentados (53,3%) entre os entrevistados, e de donas de casa (31,1%). A aposentadoria é uma realidade comum, especialmente em comunidades com populações mais maduras, mas muitos aposentados não têm condições físicas ou qualificações para retornar ao mercado de trabalho.

Da análise empreendida restou claro também que as condições de renda são muito precárias, com a maioria das pessoas tentando sobreviver com ganhos que não ultrapassam um salário mínimo. Como verificado, em algumas comunidades, mais da metade dos entrevistados vive com menos de meio salário mínimo, o que levanta sérias preocupações sobre a pobreza e a falta de oportunidades econômicas nas comunidades investigadas.

Além disso, a avaliação das oportunidades de trabalho e renda foi sobremaneira negativa, com a maioria dos entrevistados considerando-as como ruins ou péssimas. Esse cenário traz à tona questões sobre o acesso aos direitos humanos fundamentais, como o direito ao trabalho digno, e destaca a necessidade de políticas públicas eficazes para melhorar a qualidade de vida e a igualdade de oportunidades nessas comunidades.

No que diz respeito àqueles que estão envolvidos em atividades produtivas, a agricultura continua sendo uma ocupação predominante. A maioria dos trabalhadores parece estar envolvida na agricultura local, o que reflete a importância do setor agrícola nessas comunidades.

Em resumo, este estudo revelou desigualdades e desafios relacionados ao trabalho e às condições de vida nas comunidades investigadas. Com efeito,

a existência dessa situação confirma a necessidade de políticas públicas eficazes para melhorar as oportunidades de trabalho, renda e qualidade de vida, especialmente para as populações mais vulneráveis, como é o caso das comunidades quilombolas localizadas na Chapada Diamantina.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. *Uma década de promoção do trabalho decente no Brasil: uma estratégia de ação baseada no diálogo social*. Genebra: OIT, 2015.

ANGOLA, Catarina de; REIS, Mariana. *Quilombo como organização, luta e resistência das mulheres*. Recife, 21 nov. 2016. Disponível em: <https://centrosabia.org.br/2016/11/21/quilombo-como-organizacao-luta-e-resistencia-das-mulheres>. Acesso em: 25 mar. 2023.

BAHIA. Decreto n.º 11.850, de 23 de novembro de 2009. Institui a Política Estadual para Comunidades Remanescentes de Quilombos e dispõe sobre a identificação, delimitação e titulação das terras devolutas do Estado da Bahia por essas comunidades, de que trata o art. 51 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado da Bahia de 1989. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 24 nov. 2009. Disponível em: <http://www.seia.ba.gov.br/sites/default/files/legislation/Dec11850.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 jun. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 3.912, de 10 de setembro de 2001. Regulamenta as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos e para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras por eles ocupadas. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 set. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3912.htm. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 nov. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. Lei n.º 3.353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil*, Rio de Janeiro, 13 maio 1888. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm. Acesso em: 22 set. 2023.

CENSO DEMOGRÁFICO 2022: identificação étnico-racial da população, por sexo e idade: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3105/cd_2022_etnico_racial.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. Disponível em: <https://cpisp.org.br/>. Acesso em: 5 out. 2023.

COSTA, Florença Ávila de Oliveira; MARRA, Marlene Magnabosco. Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. *Revista Brasileira de Psicodrama*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 141-156, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicodrama/v21n1/a11.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.

DALOSTO, Cássius Dunck; DALOSTO, João Augusto Dunck. Políticas públicas e os quilombos no Brasil: da Colônia ao Governo Michel Temer. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 22, n. 1, p. 545-564, 2018. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9245/5525>. Acesso em: 25 out. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Recenseamento do Brasil em 1872*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, [1874?]. 12 v. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477>. Acesso em: 28 out. 2023.

LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 965-977, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/PkRZPC6gwHRkLMMKkPxCvyd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2023.

MENTLIK, Gustavo Marcos Szniter; MENEZES-FILHO, Naércio Aquino; KOMATSU, Bruno Kawaoka. Aposentadoria e mercado de trabalho: uma análise usando regressão descontínua. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 5-28, dez. 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9768/1/PPE_v49_n03_Aposentadoria.pdf. Acesso em: 18 set. 2023.

NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Brasília: Senado Federal, 1998. (Coleção biblioteca básica brasileira). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1019/192204.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. In: ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, Paris. *Anais [...]*. Paris: ONU, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 20 set. 2023.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

RIBEIRO, Ulisses Pereira. *O trabalho para além das estatísticas: os sentidos da experiência laboral de moradores de um bairro de baixa renda do Nordeste brasileiro*. 2023. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) - Universidade Salvador, Salvador, 2023.

RODRIGUES, Vera. Programa Brasil quilombola: um ensaio sobre a política pública de promoção da igualdade racial para comunidades de quilombos. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 15, n. 57, p. 263-278, 2010. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/3258/2121>. Acesso em: 23 jun. 2023.

SAKAMOTO, Leonardo (coord.). *Trabalho escravo no Brasil do Século XXI*. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2006. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_227551.pdf. Acesso em: 12 jul. 2023.

SANTANA, Marcelo. Mudanças nas formas de inserção da população ocupada na década de 1990. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Panorama social da Bahia nos anos 1990*. Salvador: SEI, 2003. p. 45-63. (Série estudos e pesquisas, 59).

SEMERARO, Giovanni. A concepção de “trabalho” na filosofia de Hegel e de Marx. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 27, n. 53, p. 87-104, 2013. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/14991/12680>. Acesso em: 28 fev. 2023.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUZA, Laumar Neves de. *Dinâmica econômica e seus impactos nas estratégias de inserção feminina no mercado de trabalho da RMS*. 2007. 286 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11352/1/Tese%20Laumar%20Souzaseg.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. *A trilha perdida: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX*. Salvador: Editora UNIFACS, 2009.

UNFPA BRASIL. *No Dia Mundial de População, UNFPA aponta queda de fecundidade no Brasil entre mulheres mais vulneráveis*. Brasília, 11 jul. 2019. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/fundo-de-populacao-da-onu-aponta-fecundidade-no-brasil-entre-mulheres>. Acesso em: 11 abr. 2023.



Angelo Mário Cerqueira
de Almeida
Secretário de Desenvolvimento
Econômico da Bahia e
deputado estadual licenciado

O QUE ESPERARMOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA BAHIA EM 2024?

Essa é uma pergunta que deve estar presente em muitas discussões e análises nos mais diversos setores da sociedade baiana, desde o industrial, agro, acadêmico, comercial, de serviços, governamental, até o terceiro setor. Para respondê-la, é importante reportar avanços ocorridos já no primeiro ano do governo Jerônimo Rodrigues. Dentre esses, destaco três elementos que passam pelas esferas políticas e de políticas públicas com desdobramentos favoráveis para o nosso Estado.

Primeiramente, destaca-se o foco na política de reindustrialização ou neoindustrialização, anunciada como prioridade pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. O ministro Geraldo Alckmin tem defendido largamente ferramentas de incentivos governamentais para a economia 5G, a indústria 4.0 e o necessário combate às mudanças climáticas, voltado à redução da emissão gases do efeito estufa, visando à sustentabilidade ambiental. A Bahia detém, com orgulho, o maior complexo químico da América Latina: o Polo Industrial de Camaçari. Temos cultura industrial de alta intensidade, geração de emprego e tecnologias avançadas. Temos indústrias de base que, evidentemente, vão aproveitar esse novo momento para o desenvolvimento da política industrial do nosso estado. Acredito que iremos superar as dificuldades que estão sendo encontradas, surfando na onda de intensa preocupação ambiental e oferta de novas políticas públicas.

O segundo elemento é a sinergia existente entre os governos federal e estadual, o que já sinaliza a propensão para o desenvolvimento de projetos estruturantes na Bahia, que devem ser incentivados e contam com toda a atenção do governador Jerônimo Rodrigues.

Obras de relevante importância já estão classificadas para participarem do novo PAC, incluindo duplicação de BRs e investimentos em ferrovias e portos. As parcerias público-privadas irão deslanchar com as ações políticas para infraestrutura do governo do presidente Lula em parceria com o governo baiano. Em visita recente ao nosso estado, o presidente declarou: “O Brasil será o maior polo de hidrogênio verde do mundo”. E, na Bahia, temos trabalhado muito para assumir esse protagonismo.

O terceiro elemento compreende o interior do estado, que está pulsando numa batida em que o agronegócio, o desenvolvimento tecnológico, a agricultura familiar, as obras de infraestrutura e a implantação de parques eólicos e solares estão fazendo brotar esperança, empregos e geração de riqueza. Penso que seja importante trazer para o debate da interiorização do desenvolvimento econômico uma passagem do artigo *A China em 2025 e a reindustrialização do Brasil*, lançado em 10/05/2019 e publicado no livro *Sucesso da China Socialista*, de Milton Pomar. Nele, o autor crava: “Em algum momento, a reindustrialização do Brasil terá que ser colocada na ordem do dia, enquanto estratégia de desenvolvimento do país, com tudo que temos direito, a começar pela duplicação da malha ferroviária e a reativação da indústria naval. Dessa vez, de preferência, com a expansão industrial priorizando o interior do Brasil, a exemplo do que fizeram os chineses em 1953, em seu primeiro plano quinquenal. Será a reindustrialização do Brasil, revitalizando o interior dos estados”. O governo do presidente Lula está fomentando esse momento, e a Bahia, que tem-se dedicado à infraestrutura de forma extraordinária, pode ser protagonista nessa trajetória.

O governo Jerônimo Rodrigues tem investido significativamente na Educação, através das novas escolas de tempo integral; na Saúde, entregando hospitais regionais de grande porte, além de 26 policlínicas que estão prontas e servindo ao interior do estado com eficiência; na Mobilidade, com a construção de rodovias, a exemplo da BA-649 e da BA-220. Há também os investimentos em Agricultura Familiar, imprimindo tecnologia por meio de assistência técnica prestada aos agricultores rurais. Outro exemplo é a exportação de produtos oriundos desse segmento para Lisboa, em Portugal, no início do ano. A iniciativa é fruto da colaboração entre a Family Farming Brazil, a Unicafe, que representa cooperativas de pequenos produtores, e o governo estadual, em uma ação inédita. Os impactos de uma ação como essa ultrapassam as fronteiras econômicas, tornando-se uma oportunidade única para o reconhecimento internacional da qualidade e autenticidade dos produtos baianos.

Somamos às nossas expectativas o fato de estarmos vivenciando, nesta primeira metade do século XXI, o necessário debate da transição energética, vital para o processo de discussão e combate às mudanças climáticas. O mundo desenvolvido aponta o hidrogênio verde como a nova matriz energética mundial, já denominada de ouro verde. Esse produto e seus derivados serão capazes de nos entregar combustíveis verdes, fertilizantes verdes, produtos de aço verdes, gerando, portanto, uma nova economia: a economia do futuro.

Nesse cenário, a Bahia tem um diferencial e uma capacidade extraordinária de ser protagonista mundial na produção de um novo modelo de economia, a partir da energia proveniente do hidrogênio verde. Aqui, somos detentores dos melhores ventos e dos melhores níveis de irradiação. Já temos mais de 90% da nossa energia produzida a partir de fontes energéticas limpas, seja hidráulica, solar ou eólica. Reunimos, portanto, todos os ingredientes que sustentam o discurso e a prática para que possamos chegar ao hidrogênio verde mais barato do mundo, porque temos energia limpa, abundante, segura e barata para produzi-lo.

De olho no futuro, a Bahia lançou, na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP28), o primeiro Atlas de Hidrogênio Verde do mundo, elevando o estado a uma condição de vanguarda. O material é fruto de uma parceria do Governo do Estado com a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), através do Senai Cimatec. O documento apresenta um mapeamento detalhado das potencialidades para a produção de hidrogênio verde no estado, explorando recursos renováveis para a sua geração, consolidando a Bahia como referência global no setor de energias limpas.

Não posso deixar de abordar a implantação da BYD, como resultado desse trabalho pioneiro do estado. É a primeira vez que a multinacional expande seus negócios para além do território chinês para implantar uma fábrica de carros elétricos. É também a primeira unidade do segmento nas Américas. O propósito em atrair uma indústria automobilística sustentável para a Bahia, gerando inicialmente 10 mil empregos e um investimento R\$ 3 bilhões representa um marco para os baianos. Temos feito todos os esforços para estreitar a relação da equipe do governo com a BYD, assegurando todo o suporte para o bom funcionamento da fábrica e uma produção com eficiência. Além das unidades de produção, a BYD vai estabelecer um centro de pesquisa e desenvolvimento na região, visando transformá-la em um polo de tecnologia, referido como o 'Vale do Silício brasileiro'. Uma das metas principais desse centro será o desenvolvimento de tecnologia para um motor híbrido flex, que possa combinar etanol com motores elétricos.

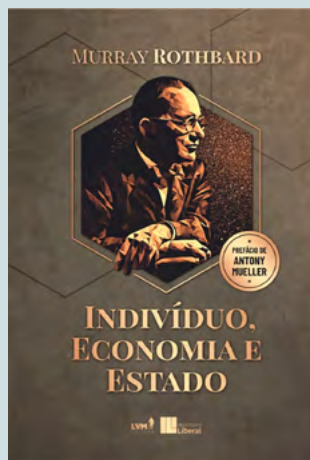
Aproveito para destacar a importante retomada da Petrobras, que, a partir de decisão política do presidente Lula e do atual presidente da empresa, Jean Paul Prates, já sinaliza o protagonismo que a estatal deve voltar a ter na Bahia. Isso traduz a sinergia para que tenhamos a oportunidade de buscar em nosso território parceiros fortes e que dialoguem com as urgentes demandas globais, entre elas a nova matriz energética, a partir do hidrogênio verde.

Temos todas as condições para construir, na Bahia, a partir da refinaria e do Polo Industrial de Camaçari, a primeira grande refinaria verde do mundo. Essa é uma tarefa que, tenho certeza, o Estado, através do governador Jerônimo, dos nossos parceiros políticos e da força política que a Bahia detém, conseguirá cumprir para avançarmos e retomarmos a posição de destaque que temos na indústria de base, na geração intensiva de emprego e renda.

Além disso e considerando tudo o que está acontecendo no interior do estado, temos essa 'revolução' como resposta à pergunta que iniciou este texto.

Não tenho dúvidas de que começaremos a colher, agora em 2024, os frutos das sementes que foram plantadas com a volta do presidente Lula e com a presença do governador Jerônimo, muito bem acompanhado de todos os companheiros que temos em Brasília: o ministro Rui Costa, nossos senadores Wagner, Otto e Angelo Coronel, além da grande bancada de deputados federais.

Vamos em frente porque 2024 promete. Ao trabalho!



INDIVÍDUO, ECONOMIA E ESTADO

Murray Rothbard

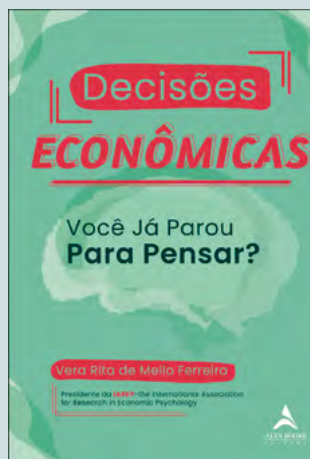
A obra de Murray Rothbard, *Indivíduo, Economia e Estado*, da editora LVM e do Instituto Liberal, representa um manual histórico sobre o funcionamento e o desenvolvimento da moderna economia austríaca, com exemplos práticos e conclusões históricas e teóricas que vão do conceito mais básico aos temas complexos. Numa abordagem analítica clara e ampla, o autor usa como fundamento teórico as ciências econômicas da obra *Ação Humana*, de Ludwig von Mises, inserindo-as num contexto econômico científico mais profundo, ao mesmo tempo que escrutina as problemáticas técnicas das teses econômicas modernas, como os tipos de análises econômicas, a constituição da moeda, a estruturação do preço, a organização interna da ciência econômica, as causas e aporias das intervenções estatais etc. Trata-se de uma obra indispensável para aqueles que pretendem realizar uma análise profunda das ciências econômicas e seus problemas atuais a partir de uma fonte confiável, fundamentada no liberalismo. Desde sua primeira edição, em 1962, destaca-se como um livro completo sobre o tema da economia.



ECONOMIA INTERNACIONAL: TEORIA E POLÍTICA

Paul R. Krugman, Maurice Obstfeld, e Marc J. Melitz

Economia Internacional: Teoria e Política é um livro de Paul R. Krugman, Maurice Obstfeld, e Marc J. Melitz. Editorado pela Bookman, traz à tona o alto grau de conexão existente entre o movimento de pessoas, os fluxos de dados e o comércio do mundo inteiro revelado com a pandemia da covid-19. O choque econômico global decorrente da crise sanitária forçou os governos a buscarem políticas capazes de impedir a disseminação da doença, ao mesmo tempo que apoiavam suas economias. Das muitas lições deixadas por essa experiência, tem-se a importância do estabelecimento de uma perspectiva internacional para a análise de eventos economicamente significativos em nível mundial. Como propósito, tem-se a preparação dos estudantes com ferramentas intelectuais para entender as consequências econômicas da interdependência global.



DECISÕES ECONÔMICAS: VOCÊ JÁ PAROU PARA PENSAR

Vera Rita De Mello Ferreira

Decisões econômicas: você já parou para pensar é um livro de Vera Rita De Mello Ferreira, editado pela Alta Books, que chama a atenção para as constantes decisões ante as quais nos deparamos desde o início dos tempos. Enfatiza que o grande problema para as pessoas no começo deste século é que, com o fim da inflação, elas perderam a justificativa principal para sua própria desorganização financeira. Para piorar, isso ocorre com uma evolução tecnológica impressionante. Nunca foi tão fácil organizar-se financeiramente e, ao mesmo tempo, nunca foi tão fácil ficar 'enlouquecido (a)' com tantas novidades. Para a autora, nesse momento fica claro o quanto a Psicologia e a Economia andam de mãos dadas. Por que tomamos tantas decisões erradas? Por que sentimos tanta culpa pelo que fizemos ou deixamos de fazer? Por que agimos com emoção na hora em que devíamos agir com a razão? Nesse livro de Vera Rita de Mello Ferreira, algumas coisas começarão a entrar no eixo. Porém, assim como na Psicologia, as 'dicas', na esfera da Economia, são apenas ferramentas para que se tomem as decisões.

MUNDE-SE REPOSICIONANDO SEUS NEGÓCIOS ATRAVÉS DAS VENDAS INTERNACIONAIS

Sergio Pereira

O livro de Sergio Pereira, *Munde-se Reposicionando seus negócios através das vendas internacionais*, editado pela Alta Books, traz a reflexão sobre a possibilidade de o Brasil seguir como um dos países mais fechados aos negócios internacionais, após mais de 30 anos da abertura comercial, verificada em 1990. Na sua análise, o autor traz a discussão acerca das empresas brasileiras que seguem sem participar do dinamismo das trocas globais, ressaltando que a responsabilidade não pode recair apenas sobre o Custo Brasil ou a taxa de câmbio. Para ele, é preciso também explorar outras razões que fazem com que as empresas nacionais não se lancem ao mercado internacional para vender seus produtos. O movimento em direção ao comércio exterior é marcado por desafios que forçam empresários e executivos a promoverem mudanças internas, ao mesmo tempo que lidam com dificuldades externas. De acordo, com Pereira, a dinâmica dos negócios internacionais é tão antiga quanto a formação da sociedade humana organizada. E não vai parar nunca.



CRISES FINANCEIRAS: BRASIL E MUNDO (1929-2023)

Roberto Teixeira da Costa e Fábio Pahim Jr

Em *Crises financeiras: Brasil e mundo (1929 – 2023)*, livro editado por Portfolio-Penguin, os autores Roberto Teixeira da Costa e Fábio Pahim Jr trazem a reflexão sobre as crises financeiras que ocorreram ao longo desses anos, como Crash da Bolsa de Nova York, 1929; Crash das bolsas brasileiras, 1971; bolha imobiliária, 2008, e a quebra das Lojas Americanas, 2023. Para esses autores, nenhuma dessas crises financeiras ocorreu por acaso. A narrativa da história das grandes bolhas traz lições valiosas sobre a dinâmica e a evolução do mercado de capitais, com a participação do primeiro presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Roberto Teixeira da Costa. Crises especulativas e monetárias são frequentes na história do mundo, mas nenhum dos eventos verificados em períodos anteriores causou tamanha ruptura social e econômica quanto a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929. Nesse aspecto, com coordenação do jornalista Fábio Pahim Jr, o livro é fundamental para entender os mecanismos do mercado e quais serão suas próximas crises.



A ARTE DA POLÍTICA ECONÔMICA: DEPOIMENTOS À CASA DAS GARÇAS

Ana Paula Viscosi

A Arte da Política Econômica: Depoimento à Casa das Garças é um livro de Ana Paula Viscosi e outros, organizado por José Augusto C. Fernandes, e editado pela História Real. Esse trabalho é fruto do relato pessoal e singular de 30 profissionais que ajudaram a formular algumas das reformas mais impactantes da história moderna. Nessa abordagem, depoimentos indicam que, com o fim da ditadura militar, um grupo de jovens economistas formado nas melhores universidades do Brasil e do exterior assumiu um papel de protagonismo na elaboração das políticas públicas no mais alto escalão do Estado brasileiro. Com organização de José Augusto C. Fernandes, os depoimentos reunidos no e-book foram dados ao podcast *A arte da política econômica*, uma iniciativa do Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças. Em seu prefácio, Edmar Bacha, um dos idealizadores e atual diretor da Casa das Garças, atesta os imensos desafios que os participantes do projeto enfrentaram em suas trajetórias no serviço público.



CONJUNTURA ECONÔMICA BAIANA

A Bahia registrou crescimento moderado da atividade econômica no acumulado do ano até setembro de 2023, a despeito da incerteza quanto a sua continuidade no cenário para o último trimestre do ano. Em 2024, o seu comportamento dependerá de um ambiente econômico mais equilibrado, com o nível dos preços próximo da meta inflacionária, menores taxas de juros, equilíbrio nas contas públicas e maior confiança de empreendedores.

No acumulado do ano até setembro, o Índice de Movimentação Econômica de Salvador (Imec-SSA), que mede a atividade econômica da capital baiana, apresentou acréscimo de 9,3% em setembro de 2023 na comparação com igual mês de 2022. No acumulado de 12 meses, o indicador registrou avanço de 1,3%.

Em relação à inflação em Salvador, verifica-se que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou taxa positiva de 0,05% em setembro, comportamento que se contrapõe ao observado no mesmo mês de 2022 (-0,32%), segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No acumulado dos últimos 12 meses, a inflação cresceu 4,79%. Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, de acordo com os dados apurados pelo IBGE, seis tiveram alta em setembro. Por ordem de magnitude das taxas, tem-se que *Transportes* (0,86%), *Despesas pessoais* (0,62%), *Habitação* (0,61%) e *Vestuário* (0,32%) registraram as maiores expansões, seguidos de *Saúde e cuidados pessoais* (0,10%), *Comunicação* (0,08%) e *Educação* (0,05%). Por sua vez, *Alimentação e bebidas* (-1,16%) e *Artigos de residência* (-0,87%) apontaram variações negativas.

Na atividade agrícola, a safra brasileira de cereais, leguminosas e oleaginosas registrou desempenho positivo. O nono Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), realizado pelo IBGE, para o mês de setembro de 2023, com dados sistematizados e analisados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), estimou a produção estadual de cereais, oleaginosas e leguminosas em 12,1 milhões de toneladas, o que representa um crescimento de 6,9% na comparação com a safra de 2022.

Quanto à produção industrial baiana, houve recuo de 9,0% em setembro, em relação ao mesmo mês de 2022. No acumulado de janeiro a setembro de 2023, comparado com o mesmo período do ano anterior, a produção industrial baiana registrou queda de 4,5%. Os segmentos da Indústria geral que contribuíram para esse resultado foram: *Máquinas, aparelhos e materiais elétricos* (-20,4%), *Outros produtos químicos* (-11,8%), *Celulose, papel e produtos de papel* (-6,7%), *Produtos de minerais não metálicos* (-5,6%), *Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis* (-4,1%), *Produtos de borracha e de material plástico* (-3,8%) e *Metalurgia* (-2,7%). Os demais segmentos registraram resultados positivos no indicador: *Produtos alimentícios* (14,6%), *Couro, artigos para viagem e calçados* (7,5%) e *Bebidas* (1,1%).

Já o Comércio Varejista apontou variação positiva de 6,1% no mês de setembro em relação ao mesmo período de 2022. No acumulado de janeiro a setembro de 2023, o setor registrou avanço de 4,9%. Dos oito segmentos que compõem o indicador do volume de vendas, cinco registraram comportamento positivo: *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (30,5%), *Combustíveis e lubrificantes* (15,6%), *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (3,9%), *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (3,9%) e *Móveis e eletrodomésticos* (3,3%). Os demais segmentos apresentaram comportamento negativo, são eles: *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (-13,3%), *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-7,0%) e *Tecidos, vestuário e calçados* (-5,4%). No que diz respeito aos subgrupos, verifica-se que as vendas de *Eletrodomésticos* e *Hipermercados e supermercados* avançaram em 7,4% e 4,0%, respectivamente, enquanto as de *Móveis* recuaram 0,9%.

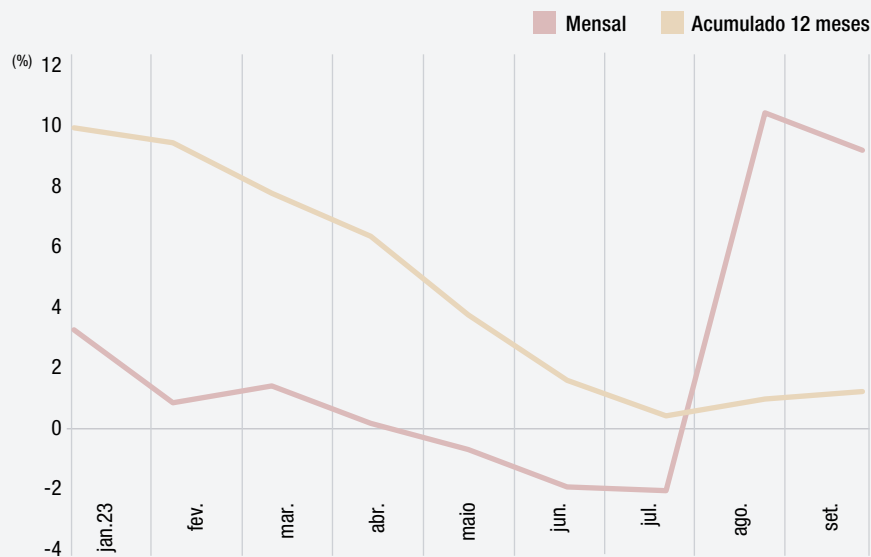
No setor de Serviços, a expansão foi de 2,5% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Três das cinco atividades alavancaram o volume de serviços, com destaque para a atividade de *Serviços de informação e comunicação* (11,6%), que contabilizou a variação positiva mais expressiva, seguida pelas atividades de *Serviços prestados às famílias* (7,8%) e *Serviços profissionais, administrativos e complementares* (6,0%). Por sua vez, houve recuo nas atividades de *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio* (-3,5%) e *Outros serviços* (-3,0%) recuaram.

As exportações baianas registraram vendas de US\$ 815,7 milhões em setembro, com queda de 38,2% no comparativo interanual.

As importações também sofreram contração nesse mês de 47,1% no comparativo interanual, com forte recuo dos preços (-25,4%) e, em menor escala, dos volumes. No acumulado do ano, as exportações alcançaram US\$ 7,82 bilhões, bem abaixo dos US\$ 10,61 bilhões de iguais meses de 2022. A queda das exportações no ano chega a 26,3% nos valores e a 12,8% nos volumes embarcados. Já as importações alcançaram US\$ 6,78 bilhões, com queda de 24,7% no valor das compras e de 5,1% no volume desembarcado. O saldo comercial do estado no período chegou a US\$ 1,04 bilhão, 35,4% inferior ao mesmo período do ano passado. Já a corrente de comércio atingiu US\$ 14,6 bilhões, também com redução de 25,5% no comparativo interanual.

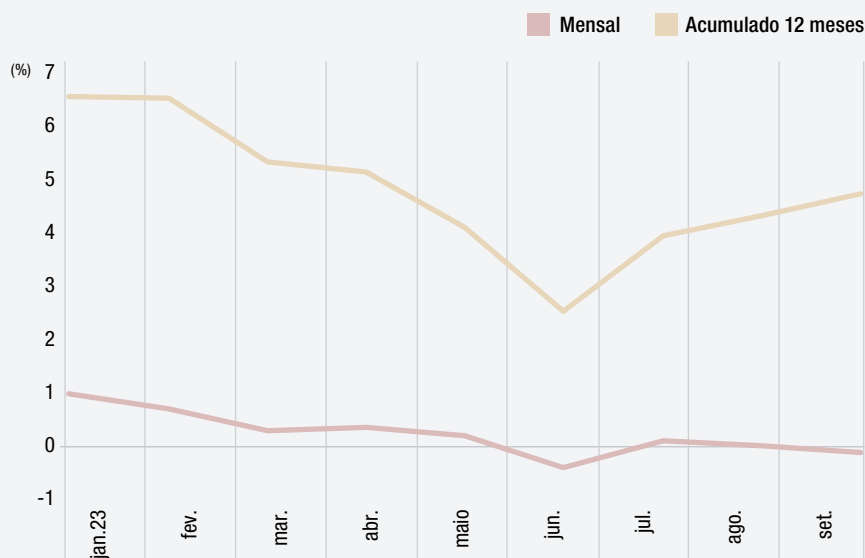
Nesse cenário, são expostos os principais resultados da conjuntura baiana nas análises dos indicadores referentes aos dados apurados nos primeiros nove meses de 2023.

Gráfico 1
Índice de Movimentação Econômica (Imec) – Salvador – Jan. 2023-set. 2023



Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 2
Taxa de variação do IPCA – RMS – Jan. 2023-set. 2023



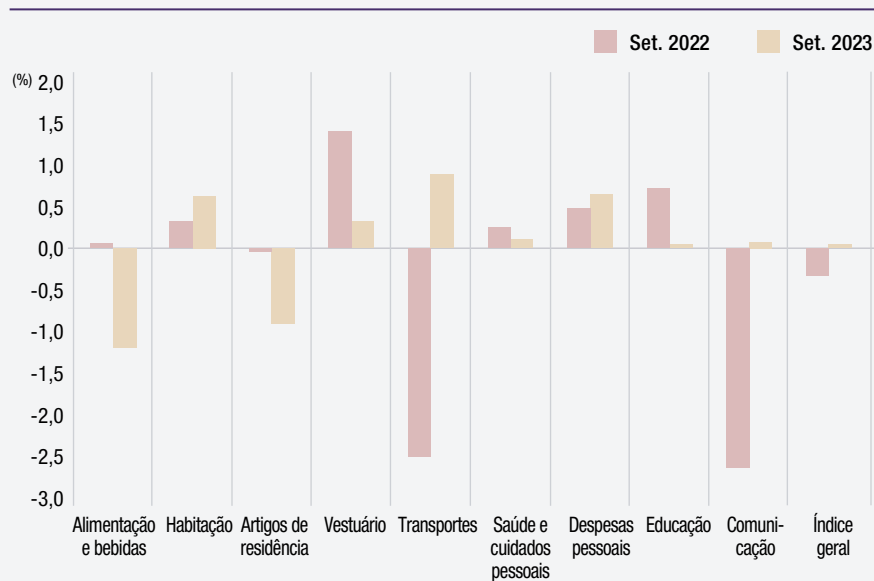
Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

O Índice de Movimentação Econômica de Salvador (Imec-SSA), que mede a atividade econômica da capital baiana, cresceu 9,3% em setembro de 2023 na comparação com o mesmo mês de 2022. As variáveis que compõem o setor registraram os seguintes resultados positivos: Aeroporto (23,2%), Carga portuária (21,6%), Combustíveis (1,7%) e Energia elétrica (0,3%). Enquanto Ônibus urbanos (-0,7%), e Ônibus intermunicipal (-3,2%) apresentaram comportamento oposto. No acumulado de 12 meses, o indicador registrou avanço de 1,3%.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou em setembro taxa positiva de 0,05%, superior à apurada em setembro de 2022 (-0,32%), segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No acumulado dos últimos 12 meses a inflação cresceu 4,79%.

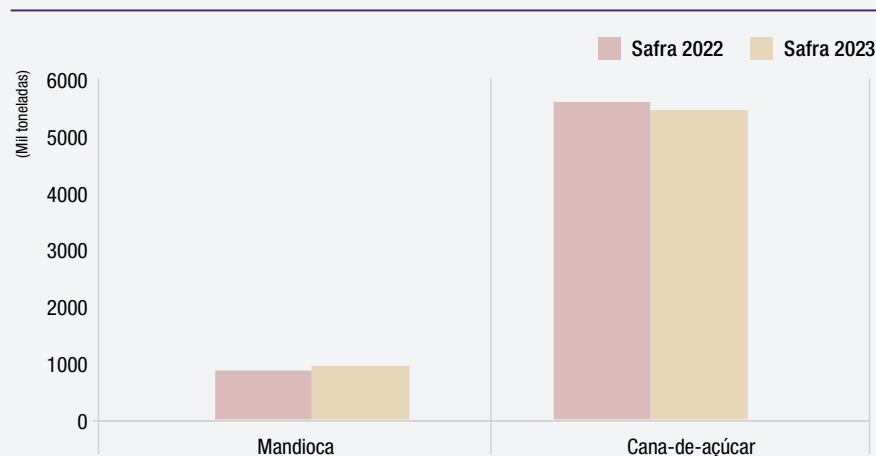
Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, de acordo com os dados apurados pelo IBGE, sete tiveram alta em setembro. Por ordem de magnitude das taxas, tem-se que Transportes (0,86%), Despesas pessoais (0,62%), Habitação (0,61%), Vestuário (0,32%), Saúde e cuidados pessoais (0,10%), Comunicação (0,08%), e Educação (0,05%). Enquanto Alimentação e bebidas e Artigos de residência registraram variações negativas de -1,16% e -0,87%, respectivamente.

Gráfico 3
Taxa de Variação do IPCA: grupos selecionados – Salvador – Set. 2022-set. 2023



Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 4
Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia – Set. 2022-set. 2023

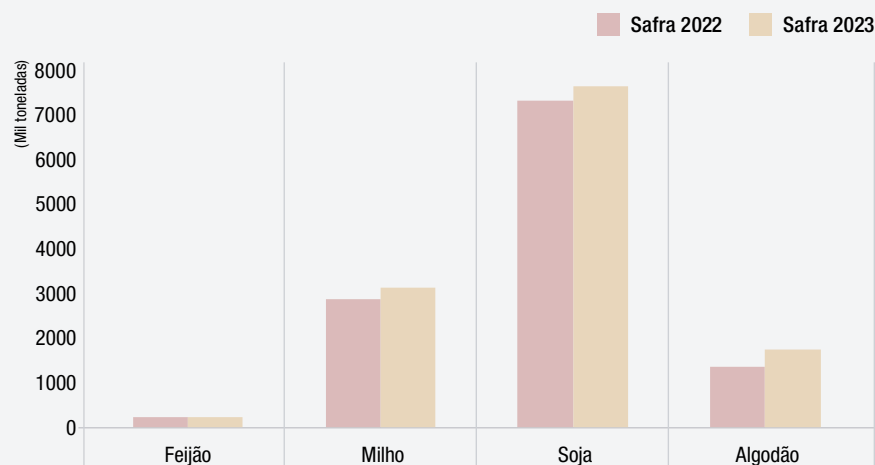


Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, para 2023, as culturas de mandioca e de cana-de-açúcar no estado terão diferentes comportamentos. A primeira deve registrar crescimento de 9,6%, enquanto a segunda poderá retrair em 2,3%.

Gráfico 5

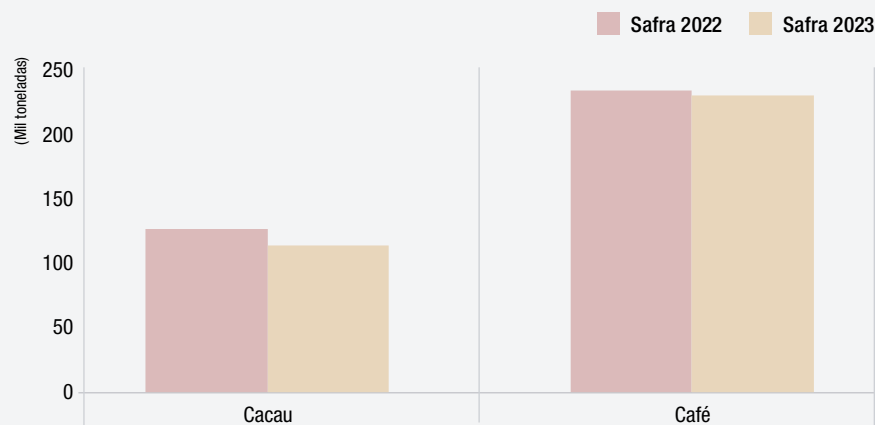
Estimativa da produção agrícola: feijão, milho, soja e algodão – Bahia – Set. 2022-set. 2023



Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 6

Estimativa da produção agrícola: cacau e café – Bahia – Set. 2022-set. 2023



Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

O LSPA apresentou estimativa de retração na produção de feijão com taxas de -2,0%, e de expansão para a de algodão, milho, e soja em relação a 2022, com variações de 29,1%; 8,9%; e 4,5%, respectivamente. Estima-se queda no rendimento médio para o feijão (1ª Safra) e feijão (2ª Safra) de -1,4% e -3,3%, respectivamente. Enquanto o algodão houve expansão de 3,0%, milho (1ª Safra) e milho (2ª Safra) cresceu 10,3% e 10,4%, respectivamente, e soja manteve estabilidade.

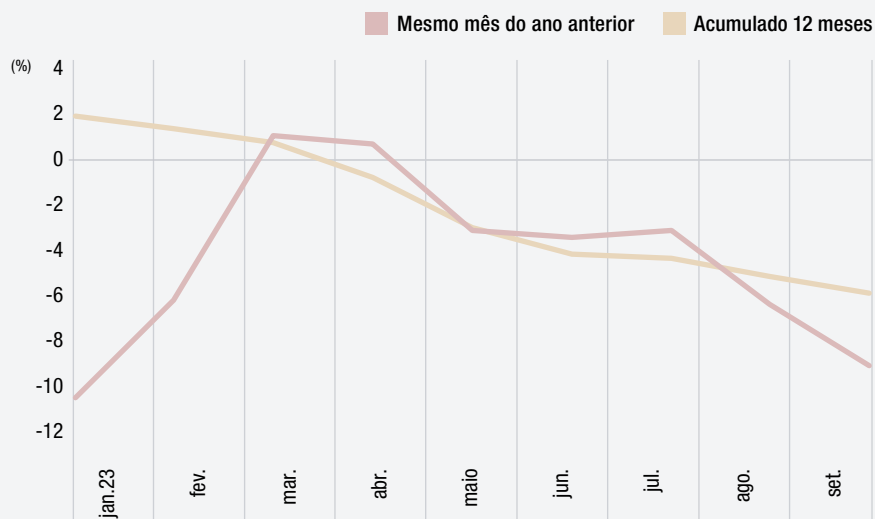
As estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agricultura baiana – cacau e café – apontaram comportamentos semelhantes em 2023. Em relação ao cacau, houve retração na produção -9,5%, com queda do rendimento médio de -9,0%. Já para o café constatou-se recuo na produção -2,1%, levando retração do rendimento médio para o café arábica de -16,5%.

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE referentes à indústria baiana registrou queda de -9,0% no mês de setembro de 2023 na comparação com o mesmo mês do ano anterior, com dez das 12 atividades pesquisadas assinalando recuo na produção. O setor de Máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-22,5%) registrou a maior contribuição negativa. Outros segmentos que registraram decréscimo foram Indústrias extrativas (-22,2%), Produtos de minerais não metálicos (-16,8%), Metalurgia (-14,4%), Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (-13,5%), Outros produtos químicos (-12,6%), Produtos de borracha e de material plástico (-9,2%), Indústrias de transformação (-8,0%), Couros, artigos para viagem e calçados (-3,6%), Celulose, papel e produtos de papel (-1,6%) e Bebidas (-1,5%). Por outro lado, o segmento de Produtos alimentícios (14,3%) exerceu influência positiva no período.

O consumo de energia elétrica no estado registrou variação positiva de 2,1% em setembro de 2023 na comparação com o mesmo mês de 2022. No acumulado de 12 meses, notou-se avanço de 2,1% no consumo total, impulsionado pela classe setor público, que expandiu 11,1%. Ressalta-se que os dados aqui exibidos são apenas os do consumo do mercado cativo, que congrega as grandes distribuidoras de energia – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) e Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), não sendo considerado o mercado de autoprodução e cogeração (mercado livre).

Gráfico 7

Taxa de variação da produção física da indústria geral – Bahia – Jan. 2023-set. 2023

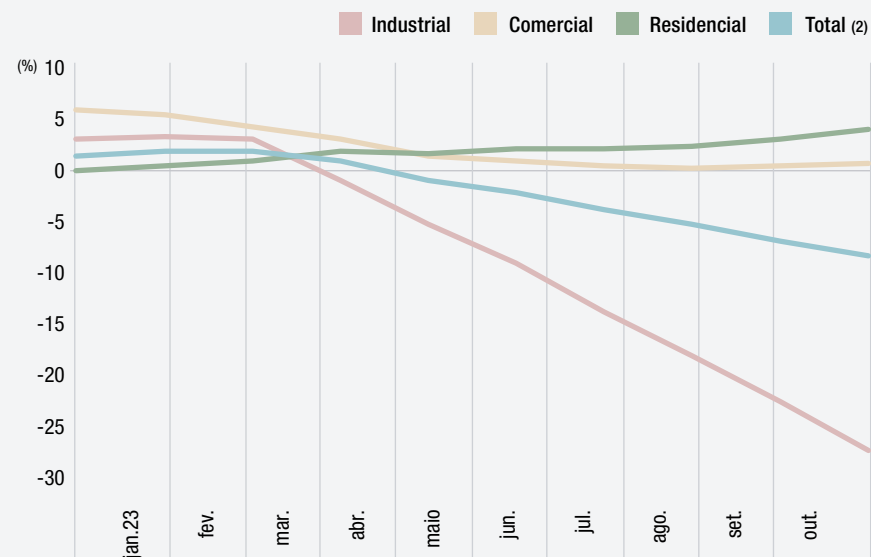


Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 8

Taxa de variação do consumo de energia elétrica (1) – Bahia – Jan. 2023-out. 2023



Fonte: Coelba/GMCH.

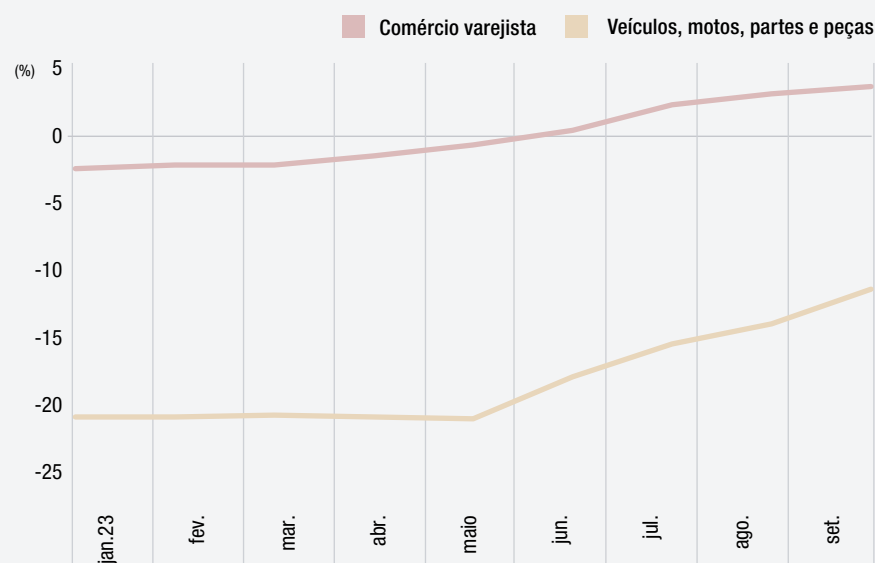
Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Acumulado 12 meses.

(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

Gráfico 9

Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1) – Bahia – Jan. 2023-set. 2023



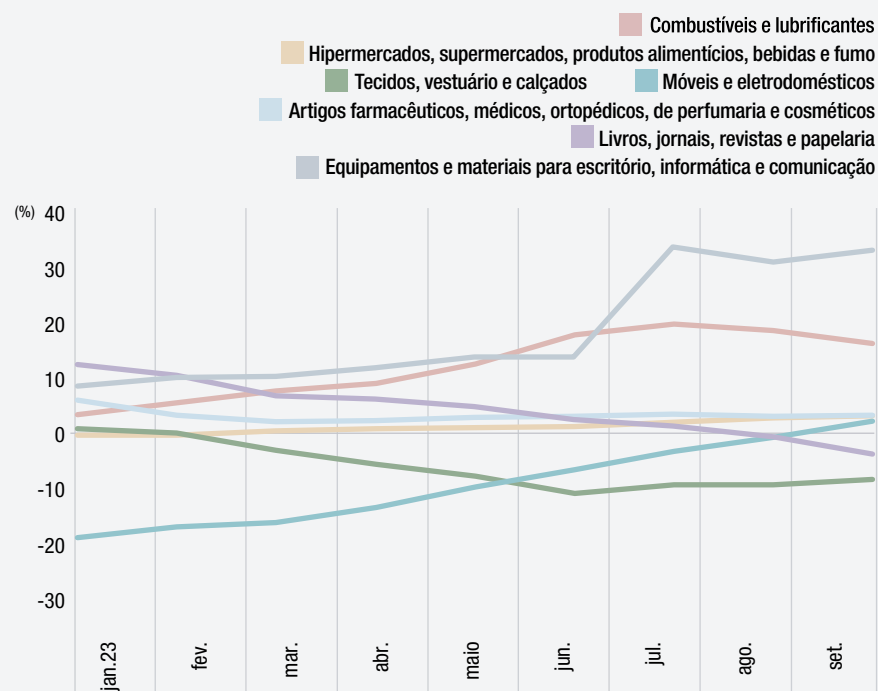
Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: (1) Acumulado nos últimos 12 meses.

Gráfico 10

Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1) principais segmentos – Bahia – Jan. 2023-set. 2023



Fonte: IBGE-PMC.

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: (1) Acumulado nos últimos 12 meses.

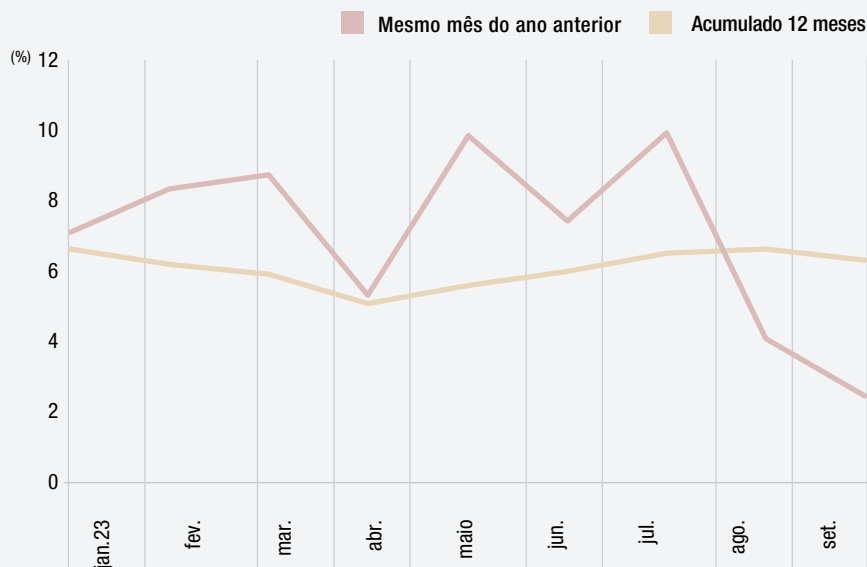
De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE, o comércio varejista baiano expandiu as vendas em 6,1% no mês de setembro de 2023, considerando-se igual mês do ano anterior. As atividades que exibiram taxas positivas nesse mês foram *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (13,1%), *Móveis e eletrodomésticos* (11,2%), *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (10,3%) e *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (5,9%). Em sentido contrário, destaca-se a variação negativa de em *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-39,3%), *Combustíveis e lubrificantes* (-7,1%), *Tecidos, vestuário e calçados* (-3,6%), *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (-1,8%). No acumulado de 12 meses, o comércio varejista registrou variação positiva de 3,6%.

Ainda no acumulado de 12 meses, até setembro de 2023, os principais segmentos que contribuíram para a expansão no volume do comércio varejista restrito foram Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (32,8%), Combustíveis e lubrificantes (16,2%), Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (3,5%), Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (3,2%), e Móveis e eletrodomésticos (2,3%). Por sua vez, os segmentos que contribuíram negativamente foram Outros artigos de uso pessoal e doméstico (-12,9%), Tecidos, vestuário e calçados (-8,1%), e Livros, jornais, revistas e papelaria (-3,5%).

O volume de serviços apresentou, em setembro de 2022, expansão de 2,5% em relação ao mesmo mês de 2022. Nesse mês, três das cinco atividades que compõem o setor puxaram o volume de serviços para cima, com destaque, por ordem de magnitude, para as atividades Serviços de informação e comunicação (11,6%), Serviços prestados às famílias (7,8%), e Serviços profissionais, administrativos e complementares (6,0%). Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-3,5%), e Outros serviços (-3,0%) registraram variação negativa no mês. No acumulado de 12 meses, o volume apresentou expansão de 6,3% em relação ao mesmo período do ano de 2022, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE.

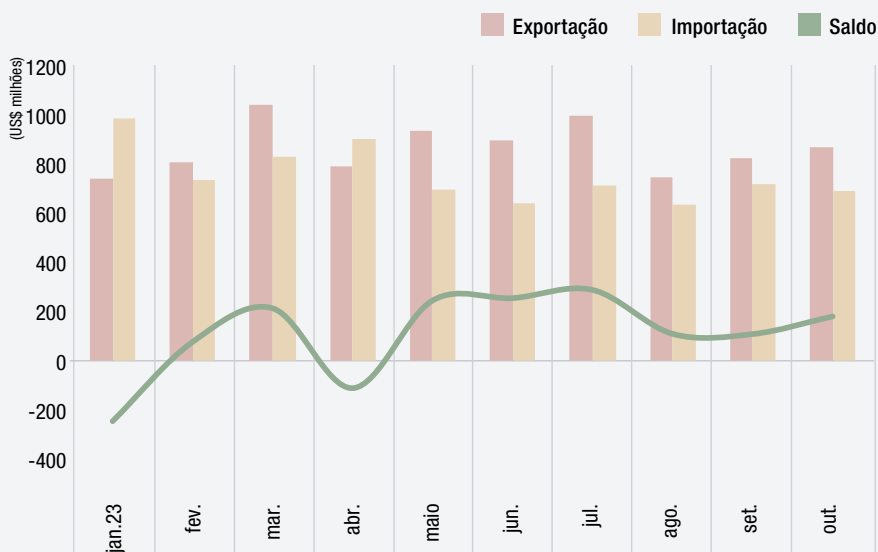
Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), as exportações baianas atingiram um volume de US\$ 815,7 milhões em setembro de 2022, com queda de 38,2% em comparação com o montante anotado no mesmo mês de 2022. Com volume de US\$ 710,1 milhões, as importações também registraram queda de 47,1% no comparativo interanual. Com exceção dos Bens de Capital (5,14%) houve recuo em todas as categorias de bens importados no ano, com destaque para Bens não especificados (-80,68%), seguido por Bens intermediários (-30,39%), Bens de Consumo (-21,04%) e Combustíveis e lubrificantes (-15,57%).

Gráfico 11
Taxa de variação do volume de serviços – Bahia – Jan. 2023-set. 2023



Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

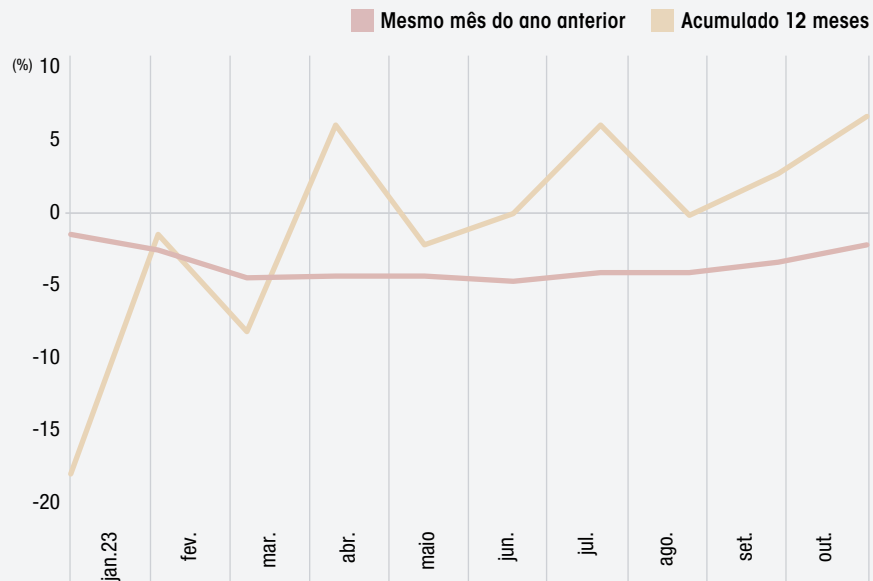
Gráfico 12
Balança comercial – Bahia – Jan. 2023-out. 2023



Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.

Gráfico 13

Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes – Bahia – Jan. 2023-out. 2023



Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.

Elaboração: SEI/CAC.

Nota: Deflator IGP-DI.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), a arrecadação total – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e outros tributos – em setembro de 2023 registrou crescimento de 2,6% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Com esse resultado, a arrecadação acumulou retração de 3,5% em 12 meses.

INDICADORES CONJUNTURAIS

INDICADORES ECONÔMICOS

ÍNDICE DE PREÇOS

Tabela 1
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – Região Metropolitana – Salvador (BA) – Set. 2022/2023

Geral, grupo, subgrupo, item e subitem	Variações do mês (1) (%)		Variações acumuladas (%)	
	Set. 2022	Set. 2023	No ano (2)	Últimos 12 meses (3)
1. Alimentação e bebidas	0,06	-1,16	-1,47	0,03
2. Habitação	0,32	0,61	6,86	7,81
3. Artigos de residência	-0,04	-0,87	-2,30	-1,55
4. Vestuário	1,36	0,32	1,79	5,89
5. Transportes	-2,43	0,86	5,38	5,31
6. Saúde e cuidados pessoais	0,25	0,10	6,30	9,42
7. Despesas pessoais	0,47	0,62	3,62	4,61
8. Educação	0,69	0,05	7,53	8,61
9. Comunicação	-2,55	0,08	4,33	3,29
Índice geral	-0,32	0,05	3,49	4,79

Fonte: IBGE.

Notas: (1) Com a atualização das Estruturas de Ponderação, obtidas a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF - 2017 - 2018, foram introduzidos aperfeiçoamento na classificação dos produtos e serviços que compõem as estruturas dos índices de preços. Com isso, foram criadas novas tabelas, a partir de janeiro de 2020 para o IPCA.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) A variação acumulada em 12 meses está disponível a partir de dezembro de 2020.

Tabela 2
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica – Capitais brasileiras – Set. 2023

Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês (1) (%)	Variação acumulada (%) no ano (2)	Porcentagem do salário mínimo
Florianópolis	747,64	0,50	1,17	61,23
Porto Alegre	741,71	-2,48	3,17	60,75
São Paulo	734,77	-1,83	2,41	60,18
Rio de Janeiro	719,92	-0,40	2,34	58,96
Vitória	681,91	3,18	-0,26	55,85
Curitiba	681,23	-0,57	0,18	55,79
Campo Grande	675,68	-2,32	1,56	55,34
Brasília	662,20	-4,03	0,59	54,23
Fortaleza	640,48	-0,34	4,81	52,46
Belo Horizonte	633,78	-1,89	1,47	51,91
Belém	633,53	-1,03	7,48	51,89
Goiânia	630,95	-1,65	2,40	51,67
Natal	598,99	3,06	5,18	49,06
Salvador	571,01	-0,83	3,72	46,77
Recife	570,20	-1,81	1,69	46,70
João Pessoa	562,60	-0,44	3,40	46,08
Aracaju	532,34	-1,90	3,15	43,60

Fonte: Dieese.

Notas: (1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.

(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

AGRICULTURA

Tabela 3
Produção física e área plantada dos principais produtos – Bahia – 2022/2023

Lavouras	Produção física (t)			Área plantada (ha)		
	2022 (1)	2023 (2)	Variação (%)	2022 (1)	2023 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Algodão herbáceo	1.349.109	1.741.350	29,1	290.368	363.000	25,0
Amendoim (1ª Safra)	1.221	1.214	-0,6	1.215	1.215	0,0
Amendoim (2ª Safra)	2.476	2.486	0,4	2.550	2.550	0,0
Arroz	750	750	0,0	450	450	0,0
Batata - inglesa (1ª Safra)	118.000	109.999	-6,8	2.650	2.650	0,0
Batata - inglesa (2ª Safra)	118.000	109.999	-6,8	2.650	2.650	0,0
Batata - inglesa (3ª Safra)	118.000	111.766	-5,3	2.650	2.650	0,0
Cana-de-açúcar	5.600.000	5.469.690	-2,3	80.000	80.000	0,0
Cereais, leguminosas e oleaginosas	11.361.707	12.147.984	6,9	3.378.733	3.531.365	4,5
Feijão (1ª Safra)	145.570	143.540	-1,4	227.000	227.000	0,0
Feijão (2ª Safra)	98.340	95.280	-3,1	190.000	190.000	0,0
Fumo	11.000	9.883	-10,2	7.850	7.850	0,0
Mamona	38.800	33.072	-14,8	48.000	48.000	0,0
Mandioca	856.336	938.342	9,6	123.000	123.000	0,0
Milho (1ª Safra)	2.190.800	2.349.720	7,3	440.000	428.000	-2,7
Milho (2ª Safra)	650.000	745.200	14,6	260.000	270.000	3,8
Soja	7.240.680	7.565.940	4,5	1.823.000	1.905.000	4,5
Sorgo	134.780	113.520	-15,8	90.150	90.150	0,0
Tomate	178.004	179.606	0,9	4.240	4.240	0,0
Trigo	35.334	35.112	-0,6	6.000	6.000	0,0
Pernamentes						
Banana	904.318	913.790	1,0	69.000	69.000	0,0
Cacau	126.050	114.045	-9,5	440.050	440.050	0,0
Café arábica	100.500	99.600	-0,9	76.000	77.000	1,3
Café canephora	133.000	129.168	-2,9	45.500	48.000	5,5
Castanha-de-caju	2.865	2.955	3,1	16.000	16.000	0,0
Laranja	653.549	634.282	-2,9	57.500	57.500	0,0
Uva	60.804	65.555	7,8	2.069	2.069	0,0

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2022.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), Fevereiro de 2023 (dados sujeitos a retificação).

- 1 - Para as Unidades da Federação que, por força do calendário agrícola, ainda não dispõem das estimativas iniciais, os dados correspondem a uma projeção obtida a partir das informações de anos anteriores;
- 2 - As produções de abacaxi e de coco-da-baía são expressas em mil frutos e os seus rendimentos médios em frutos/ha.
- 3 - Utilizou-se a padronização de 61% para a conversão da produção do algodão em caroço para caroço de algodão, apenas para a totalização da produção dos cereais, leguminosas e oleaginosas.
- 4 - Possíveis diferenças entre somas de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.
- 5 - As informações mensais que compõem a série histórica estão disponíveis a partir de setembro de 2006.
- 6 - A partir de janeiro de 2018 foram retirados da divulgação os seguintes produtos: abacaxi, alho, cebola, coco-da-baía, guaraná, maçã, malva, pimenta-do-reino, sisal/agave. Os mesmos continuam sendo acompanhados na pesquisa anual da Produção Agrícola Municipal.

Tabela 4
Área colhida e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2022/2023

Lavouras	Área colhida (ha)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2022 (1)	2023 (2)	Variação (%)	2022 (1)	2023 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Algodão herbáceo	290.368	364.000	25,4	4.646	4.784	3,0
Amendoim (1ª Safra)	1.215	1.215	0,0	1.005	999	-0,6
Amendoim (2ª Safra)	2550	2550	0,0	971	975	0,4
Arroz	450	450	0,0	1.667	1.667	0,0
Batata - inglesa (1ª Safra)	2.650	2.650	0,0	44.528	41.509	-6,8
Batata - inglesa (2ª Safra)	2.650	2.650	0,0	44.528	41.509	-6,8
Batata - inglesa (3ª Safra)	2.650	2.650	0,0	44.528	42.176	-5,3
Cana-de-açúcar	80.000	80.000	0,0	70.000	68.371	-2,3
Cereais, leguminosas e oleaginosas	3.378.733	3.532.365	4,5	-	-	-
Feijão (1ª Safra)	227.000	227.000	0,0	641	632	-1,4
Feijão (2ª Safra)	190.000	190.000	0,0	518	501	-3,3
Fumo	7.850	7.850	0,0	1.401	1.259	-10,1
Mamona	48.000	48.000	0,0	808	689	-14,7
Mandioca	109.000	109.000	0,0	7.856	8.609	9,6
Milho (1ª Safra)	440.000	428.000	-2,7	4.979	5.490	10,3
Milho (2ª Safra)	260.000	270.000	3,8	2.500	2.760	10,4
Soja	1.823.000	1.905.000	4,5	3.972	3.972	0,0
Sorgo	90.150	90.150	0,0	1.495	1.259	-15,8
Tomate	4.240	4.240	0,0	41.982	42.360	0,9
Trigo	6.000	6.000	0,0	5.889	5.852	-0,6
Pernamentes						
Banana	64.500	64.500	0,0	14.020	14.167	1,0
Cacau	420.050	440.050	4,8	300	273	-9,0
Café arábica	65.000	78.000	20,0	1.546	1.291	-16,5
Café canephora	40.500	48.000	18,5	3.284	3.040	-7,4
Castanha-de-caju	15.000	15.000	0,0	191	197	3,1
Laranja	50.000	50.000	0,0	13.071	12.686	-2,9
Uva	1.869	1.869	0,0	32.533	35.075	7,8

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2022.

(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), Fevereiro de 2023 (dados sujeitos a retificação).

1 - Para as Unidades da Federação que, por força do calendário agrícola, ainda não dispõem das estimativas iniciais, os dados correspondem a uma projeção obtida a partir das informações de anos anteriores;

2 - As produções de abacaxi e de coco-da-baía são expressas em mil frutos e os seus rendimentos médios em frutos/ha.

3 - Utilizou-se a padronização de 61% para a conversão da produção do algodão em caroço para caroço de algodão, apenas para a totalização da produção dos cereais, leguminosas e oleaginosas.

4 - Possíveis diferenças entre somas de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

5 - As informações mensais que compõem a série histórica estão disponível a partir de setembro de 2006.

6 - A partir de janeiro de 2018 foram retirados da divulgação os seguintes produtos: abacaxi, alho, cebola, coco-da-baía, guaraná, maçã, malva, pimenta-do-reino, sisal/agave. Os mesmos continuam sendo acompanhados na pesquisa anual da Produção Agrícola Municipal.

INDÚSTRIA

Tabela 5

Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – Set. 2023

(%)

Classes e Gêneros	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Indústria Geral	-9,0	-4,5	-5,9
Indústrias extrativas	-22,2	-28,1	-26,7
Indústrias de transformação	-8,0	-2,7	-4,3
Produtos alimentícios	14,3	14,6	10,3
Bebidas	-1,5	1,1	1,3
Couros, artigos para viagem e calçados	-3,6	7,5	6,9
Celulose, papel e produtos de papel	-1,6	-6,7	-2,5
Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	-13,5	-4,1	-7,3
Outros produtos químicos	-12,6	-11,8	-12,5
Produtos de borracha e de material plástico	-9,2	-3,8	-4,0
Produtos de minerais não-metálicos	-16,8	-5,6	-3,2
Metalurgia	-14,4	-2,7	-10,6
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-22,5	-20,4	-

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 6
Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – Jan. 2020-set. 2023

(%)

Períodos	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Janeiro 2020	8,0	8,0	-1,7
Fevereiro	7,6	7,8	-1,3
Março	7,2	7,6	-0,1
Abril	-26,5	-1,4	-2,1
Maio	-21,1	-5,7	-5,0
Junho	-14,9	-7,2	-5,4
Julho	-4,9	-6,9	-5,3
Agosto	-5,1	-6,6	-5,0
Setembro	-1,1	-6,0	-4,9
Outubro	-6,0	-6,0	-5,4
Novembro	0,2	-5,4	-5,3
Dezembro	1,0	-4,9	-4,9
Janeiro 2021	-15,0	-15,0	-6,8
Fevereiro	-21,5	-18,2	-9,1
Março	-19,3	-18,6	-11,1
Abril	-11,4	-17,2	-9,9
Maio	-20,3	-17,7	-9,6
Junho	-5,8	-15,9	-8,9
Julho	-10,6	-15,1	-9,4
Agosto	-14,1	-15,0	-10,2
Setembro	-14,2	-14,9	-11,4
Outubro	-12,5	-14,6	-12,0
Novembro	-14,6	-14,6	-13,3
Dezembro	-10,3	-14,3	-14,3
Janeiro 2022	-1,9	-1,9	-13,2
Fevereiro	0,5	-0,7	-11,5
Março	9,8	2,7	-9,2
Abril	23,7	7,1	-7,1
Maio	32,2	11,6	-3,6
Junho	13,5	11,9	-2,2
Julho	0,6	10,1	-1,1
Agosto	3,8	9,2	0,5
Setembro	-0,4	8,0	2,0
Outubro	-10,4	5,9	2,3
Novembro	-7,6	4,6	3,2
Dezembro	-9,1	3,4	3,4
Janeiro 2023	-7,8	-7,8	2,9
Fevereiro	-2,7	-5,3	2,7
Março	4,4	-2,0	2,2
Abril	4,5	-0,4	1,0
Maio	-2,2	-0,8	-1,3
Junho	-3,0	-1,2	-2,5
Julho	-2,9	-1,4	-2,8
Agosto	-5,9	-2,0	-3,7
Setembro	-8,0	-2,7	-4,3

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

ENERGIA

Tabela 7
Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – Set. 2023

(%)

Classes	Mensal (3)	No Ano (4)	12 meses (5)
Rural	33,7	10,8	-1,5
Residencial	9,0	4,1	3,2
Industrial (1)	-43,5	-31,2	-22,4
Comercial	5,6	1,0	0,6
Utilidades públicas (2)	0,0	0,1	0,3
Setor público	22,8	12,4	11,1
Concessionária	16,7	-12,2	-9,9
Total	2,1	1,6	2,1

Fonte: Chesf/Coelba/CO-GMCH.

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.

(2) Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica.

(3) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(4) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(5) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

SERVIÇOS

Tabela 8
Variação no volume de vendas no varejo (1) – Bahia – Set. 2023

(%)

Classes e gêneros	No ano (3)	Mensal (2)	12 meses (4)
Comércio Varejista	6,1	4,9	3,6
Combustíveis e lubrificantes	-7,1	15,6	16,2
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	5,9	3,9	3,2
Hipermercados e supermercados	5,6	4,0	3,6
Tecidos, vestuário e calçados	-3,6	-5,4	-8,1
Móveis e eletrodomésticos	11,2	3,3	2,3
Móveis	10,9	-0,9	-6
Eletrodomésticos	13,6	7,4	7,6
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	10,3	3,9	3,5
Livros, jornais, revistas e papeleria	-39,3	-7,0	-3,5
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	13,1	30,5	32,8
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-1,8	-13,3	-12,9
Atacado Selecionado e Outros (5)	4,4	1,4	-1,5
Veículos, motos, partes e peças	1,9	-3,4	-11,2
Material de construção	10,8	5,9	2,2
Atacado especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	-10,6	-6,6	-

Elaboração: SEI/CAC.

Notas: (1) Dados deflacionados pelo IPCA.

(2) Compara a variação mensal do mês de referência com igual mês do ano anterior.

(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

(4) Compara a variação acumulada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

(5) O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das 11 atividades.

Tabela 9
Exportações, principais segmentos – Bahia – Jan.-set. 2022/2023

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %	Var. % Preço médio
	2022	2023			
Soja e Derivados	2.658.206	2.138.870	-19,54	27,34	-11,19
Petróleo e Derivados	2.964.137	1.613.765	-45,56	20,63	-28,54
Papel e Celulose	918.463	912.585	-0,64	11,66	7,43
Químicos e Petroquímicos	1.195.957	784.080	-34,44	10,02	-23,18
Metais Preciosos	413.492	478.061	15,62	6,11	-24,61
Minerais	515.419	374.606	-27,32	4,79	-1,94
Algodão e Seus Subprodutos	468.734	297.215	4,20	3,80	-11,55
Metalúrgicos	427.480	282.857	-33,83	3,62	-28,84
Cacau e Derivados	154.430	146.426	-5,18	1,87	0,88
Borracha e Suas Obras	135.521	144.676	6,76	1,85	14,96
Frutas e Suas Preparações	109.869	141.356	28,66	1,81	11,58
Café e Especiarias	188.301	135.527	-28,03	1,73	-11,27
Milho e Derivados	44.242	102.586	131,88	1,31	-12,21
Calçados e Suas Partes	74.936	67.429	-10,02	0,86	19,59
Sisal e Derivados	62.599	58.527	-6,51	0,75	-18,47
Couros e Peles	51.053	25.205	-50,63	0,32	-28,86
Carne e Miudezas de Aves	26.122	23.822	-8,80	0,30	-0,43
Fumo e Derivados	15.795	15.874	0,50	0,20	13,37
Máquinas, Aparelhos e Materiais Mecânicos e Elétricos	109.968	14.949	-86,41	0,19	20,12
Demais Segmentos	78.362	65.488	-16,43	0,84	-34,13
Total	10.613.085	7.823.904	-26,28	100,00	-15,41

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 06/10/2023, <http://comexstat.mdic.gov.br>

Elaboração: SEI.

Tabela 10
Exportações, principais países – Bahia – Jan.-set. 2022/2023

Países	Pest (ton)		Var. %	(US\$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %
	2022	2023		2022	2023		
China	4.541.630	4.102.378	-9,67	2.569.751	2.072.374	-19,36	26,49
Singapura	2.021.151	1.631.712	-19,27	1.529.513	851.289	-44,34	10,88
Estados Unidos	579.889	666.199	14,88	857.163	658.668	-23,16	8,42
Canadá	36.306	26.620	-26,68	451.841	529.036	17,08	6,76
Argentina	417.673	438.255	4,93	630.482	524.689	-16,78	6,71
Alemanha	593.050	702.274	18,42	303.510	403.868	33,07	5,16
Países Baixos (Holanda)	521.402	412.590	-20,87	392.389	312.625	-20,33	4,00
África do Sul	330.008	322.909	-2,15	254.690	167.043	-34,41	2,14
Espanha	559.744	209.891	-62,50	405.977	138.686	-65,84	1,77
Bélgica	159.535	120.969	-24,17	195.941	133.193	-32,02	1,70
Japão	127.025	141.309	11,25	144.207	130.875	-9,24	1,67
França	444.849	248.338	-44,17	233.150	128.784	-44,76	1,65
Finlândia	64.370	53.950	-16,19	199.451	118.242	-40,72	1,51
Virgens, Ilhas (Americanas)	565.215	197.436	-65,07	416.440	105.632	-74,63	1,35
Colômbia	53.954	151.711	181,18	71.014	105.125	48,03	1,34
Itália	238.170	188.916	-20,68	155.904	99.049	-36,47	1,27
Romênia	201.322	187.069	-7,08	97.025	97.159	0,14	1,24
Gibraltar	104.291	200.139	91,90	67.886	93.477	37,70	1,19
Turquia	156.991	132.852	-15,38	145.149	93.001	-35,93	1,19
Taiwan (Formosa)	3.503	188.589	5.283,43	11.231	91.356	713,42	1,17
Egito	15.536	170.911	1.000,08	9.017	85.051	843,27	1,09
México	71.046	86.923	22,35	116.287	78.136	-32,81	1,00
Vietnã	35.450	72.631	104,88	70.053	72.413	3,37	0,93
Portugal	97.914	89.724	-8,36	67.987	62.225	-8,48	0,80
Tailândia	109.893	80.129	-27,09	73.625	53.780	-26,95	0,69
Coreia do Sul	60.898	69.137	13,53	62.965	45.434	-27,84	0,58
Chile	25.856	20.744	-19,77	58.128	44.972	-22,63	0,57
Bangladesh	107.046	22.953	-78,56	110.085	41.778	-62,05	0,53
Indonésia	23.130	15.204	-34,27	75.581	38.446	-49,13	0,49
Índia	30.432	20.986	-31,04	47.197	36.152	-23,40	0,46
Demais países	879.553	510.539	-41,95	789.451	411.345	-47,89	5,26
Total	13.176.834	11.483.984	-12,85	10.613.085	7.823.904	-26,28	100,00

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 06/10/2023, <http://comexstat.mdic.gov.br>
 Elaboração: SEI.

FINANÇAS PÚBLICAS

UNIÃO

Tabela 11

(Continua)

Demonstrativo das Receitas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-out. 2023

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2023					Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	
RECEITA (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIA) (I)	649.048.262,00	435.513.729,00	558.756.708,00	626534084,00	447.453.464,00	2.717.306.247,00
RECEITAS CORRENTES	427.288.363,00	395.964.833,00	376.850.232,00	381879541,00	419.473.512,00	2.001.456.481,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	174.190.696,00	150.718.512,00	136.581.292,00	125827472,00	144.605.863,00	731.923.835,00
Impostos	173.056.959,00	148.551.092,00	134.745.280,00	124495442,00	143.404.361,00	724.253.134,00
Taxas	1.133.738,00	2.167.420,00	1.836.012,00	1332029,00	1.201.503,00	7.670.702,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	199.181.006,00	189.312.305,00	183.509.244,00	197654333,00	202.998.705,00	972.655.593,00
Contribuições Sociais	195.897.103,00	185.076.552,00	180.606.295,00	194330279,00	199.084.548,00	954.994.777,00
Contribuições Econômicas	3.283.903,00	4.235.753,00	2.902.948,00	3324053,00	3.914.157,00	17.660.814,00
Contribuições para Ent. Privadas de Serv. Social e de Form. Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
RECEITA PATRIMONIAL	38.206.719,00	32.580.181,00	41.361.543,00	33457325,00	34.703.581,00	180.309.349,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	468.065,00	511.567,00	775.039,00	587212,00	641.525,00	2.983.408,00
Valores Mobiliários	12.402.137,00	7.852.444,00	26.879.321,00	10922584,00	8.248.810,00	66.305.296,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	161.086,00	1.722.250,00	1.466.471,00	198402,00	90.675,00	3.638.884,00
Exploração de Recursos Naturais	22.840.422,00	20.463.374,00	10.091.436,00	19529806,00	23.476.593,00	96.401.631,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	1.536.049,00	1.527.308,00	1.548.276,00	1637256,00	1.703.035,00	7.951.924,00
Demais Receitas Patrimoniais	798.959,00	503.239,00	601.000,00	582064,00	542.943,00	3.028.205,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	2.790,00	3.547,00	4.366,00	4459,00	3.212,00	18.374,00
RECEITA INDUSTRIAL	922.160,00	1.024.162,00	1.029.897,00	1279252,00	1.407.860,00	5.663.331,00
RECEITA DE SERVIÇOS	10.039.020,00	6.085.321,00	7.213.992,00	15120223,00	6.064.180,00	44.522.736,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	515.519,00	500.597,00	601.825,00	503506,00	607.326,00	2.728.773,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	361.667,00	450.026,00	459.155,00	532163,00	543.632,00	2.346.643,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	36.587,00	26.384,00	34.079,00	66035,00	51.647,00	214.732,00
Serviços e Atividades Financeiras	9.122.631,00	5.101.620,00	6.113.857,00	14014894,00	4.858.314,00	39.211.316,00
Outros Serviços	2.617,00	6.693,00	5.075,00	3624,00	3.262,00	21.271,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	36.178,00	10.706,00	36.316,00	53097,00	35.999,00	172.296,00
Transferências da União e de suas Entidades	933,00	-3,00	-925,00	1036,00	0,00	1.041,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	1.809,00	3.127,00	3.717,00	4248,00	2.394,00	15.295,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-330,00	1.105,00	1.764,00	662,00	2.319,00	5.520,00
Transferências de Instituições Privadas	28.625,00	6.417,00	31.740,00	41008,00	30.028,00	137.818,00
Transferências do Exterior	0,00	38,00	0,00	0,00		38,00
Transferências de Pessoas Físicas	5.125,00	0,00	0,00			5.125,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00			0,00
Demais Transferências Correntes	17,00	10,00	21,00		106,00	154,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.709.773,00	16.228.072,00	7.113.615,00	8483434,00	29.654.004,00	66.188.898,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.757.163,00	1.559.804,00	1.449.991,00	1669908,00	1.853.477,00	8.290.343,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	3.411.536,00	2.858.477,00	1.826.960,00	1226571,00	942.157,00	10.265.701,00

(Continuação)

Tabela 11
Demonstrativo das Receitas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-out. 2023

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2023					Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	182.024,00	245.879,00	265.654,00	220231,00	26.304.524,00	27.218.312,00
Demais Receitas Correntes	-640.950,00	11.563.912,00	3.571.010,00	5366724,00	553.845,00	20.414.541,00
RECEITAS CORRENTES A CLASSIFICAR	20,00	2.030,00	-33,00	-52,00	110,00	2.075,00
RECEITAS DE CAPITAL	221.759.898,00	39.548.896,00	181.906.475,00	244654542,00	27.979.952,00	715.849.763,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	189.203.764,00	5.894.338,00	147.152.643,00	215892215,00	612.716,00	558.755.676,00
Operações de Crédito Internas	189.197.529,00	56.482,00	146.837.161,00	215694748,00	86.277,00	551.872.197,00
Operações de Crédito Externas	6.235,00	5.837.856,00	315.482,00	197467,00	526.439,00	6.883.479,00
ALIENAÇÃO DE BENS	101.146,00	261.080,00	99.679,00	51399,00	35.670,00	548.974,00
Alienação de Bens Móveis	12.562,00	210.697,00	16.382,00	16759,00	11.202,00	267.602,00
Alienação de Bens Imóveis	88.585,00	50.384,00	83.296,00	34640,00	24.468,00	281.373,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00		3.055.847,00	3.055.847,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	4.977.632,00	4.830.973,00	8.108.676,00	5937368,00	2.379.083,00	26.233.732,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18.012,00	194,00	1.475,00	1195,00	2.204,00	23.080,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00			0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	45,00	350,00	759,00	2.204,00	3.358,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	12,00	0,00	0,00	-12,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	148,00	1.125,00	448,00	8,00	1.729,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	18.000,00	0,00	0,00	0,00	-101,00	17.899,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	2.349,00	2.349,00
Demais Transferências de Capital					473,00	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	27.459.362,00	28.562.311,00	26.544.003,00	22772364,00	21.894.432,00	127.232.472,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do Banco Central	17,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	27.459.345,00	28.562.311,00	26.544.003,00	22772364,00	21.894.432,00	127.232.455,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL A CLASSIFICAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	652.239.342,00	438.918.099,00	562.245.120,00	630172586,00	451.034.587,00	2.734.609.734,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	80.388.106,00	340.397.591,00	198.116.101,00	72109585,00	210.893.337,00	901.904.720,00
Operações de Crédito Internas	80.388.106,00	335.050.877,00	198.116.101,00	72109585,00	210.893.337,00	896.558.006,00
Mobiliária	80.388.106,00	335.050.877,00	198.116.101,00	72109585,00	210.893.337,00	896.558.006,00
Operações de Crédito Externas	0,00	5.346.714,00	0,00	0,00	0,00	5.346.714,00
Mobiliária	0,00	5.346.714,00		0,00	0,00	5.346.714,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	732.627.449,00	779.315.690,00	760.361.221,00	702.282.171,00	661.927.924,00	3.636.514.455,00
DÉFICIT (VI)					0,00	
TOTAL (VII) = (V + VI)	732.627.449,00	779.315.690,00	760.361.221,00	702.282.171,00	661.927.924,00	3.636.514.455,00

Receita realizada	2023					Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	
RECEITA (INTRAORÇAMENTÁRIA) (II)	3.191.080,00	3.404.370,00	3.488.412,00	3.638.502,00	3.581.122,00	17.303.486,00
RECEITAS CORRENTES	3.168.630,00	3.404.370,00	3.488.412,00	3.638.502,00	3.581.122,00	17.281.036,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-71,00	1.575,00	1.304,00	672,00	855,00	4.335,00
Impostos	-265,00	544,00	918,00	605,00	700,00	2.502,00
Taxas	195,00	1.030,00	386,00	67,00	154,00	1.832,00

(Conclusão)

Tabela 11

Demonstrativo das Receitas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-out. 2023

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2023					Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.138.800,00	3.365.753,00	3.461.752,00	3.576.465,00	3.470.870,00	17.013.640,00
Contribuições Sociais	3.138.276,00	3.365.084,00	3.461.254,00	3.575.927,00	3.470.312,00	17.010.853,00
Contribuições Econômicas	524,00	669,00	499,00	538,00	558,00	2.788,00
Contribuições para Ent. Privadas de Serv. Social e de Form. Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	246,00	652,00	1.090,00	1.039,00	1.028,00	4.055,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	242,00	651,00	1.085,00	1.027,00	1.015,00	4.020,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	3,00	0,00	5,00	12,00	13,00	33,00
RECEITA INDUSTRIAL	6.021,00	2.091,00	859,00	3.239,00	6.139,00	18.349,00
RECEITA DE SERVIÇOS	19.487,00	24.317,00	22.426,00	53.626,00	38.970,00	158.826,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	9.573,00	14.724,00	13.163,00	43.138,00	27.459,00	108.057,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	9.906,00	9.586,00	9.262,00	10.488,00	11.510,00	50.752,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outros Serviços	7,00	7,00	0,00	0,00	0,00	14,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.148,00	8.795,00	981,00	3.462,00	63.260,00	80.646,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	3,00	28,00	4,00	2,00	-25,00	12,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	320,00	-820,00	-210,00	38,00	22,00	-650,00
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos p/ Comp. ao RGPS	0,00	0,00	0,00			0,00
Demais Receitas Correntes	3.826,00	9.587,00	1.188,00	3.422,00	63.263,00	81.286,00
RECEITAS DE CAPITAL	22.450,00	0,00	4.342.366,00			4.364.816,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	22.450,00	0,00	4.342.366,00			4.364.816,00
Operações de Crédito Internas	22.450,00	0,00	4.342.366,00			4.364.816,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00			0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00			0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00			0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00			0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00			0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00			0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00			0,00
Resultado do Banco Central	0,00	0,00	0,00			0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00			0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00			0,00
Demais receitas de Capital	0,00	0,00	0,00			0,00

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN), RREO - Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º).

Elaboração: SEI/Coref.

Tabela 12

Demonstrativo das Despesas da União – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-out. 2023

Despesa executada	2023					Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	
Despesas (exceto intraorçamentária) (VIII)	374.892.924,00	378.788.421,00	604.929.073,00	486.836.914,00	499.239.465,00	2.344.686.797,00
DESPESAS CORRENTES	368.296.501,00	369.543.296,00	489.759.061,00	463.905.532,00	397.805.144,00	2.089.309.534,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	52.590.320,00	52.557.899,00	65.689.092,00	53.553.863,00	54.036.403,00	278.427.577,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	45.799.717,00	16.485.550,00	18.078.020,00	95.105.881,00	32.746.825,00	208.215.993,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	269.906.464,00	300.499.847,00	405.991.948,00	315.245.788,00	311.021.917,00	1.602.665.964,00
Transferência a Estados, DF e Municípios	81.113.144,00	86.478.790,00	100.791.303,00	96.886.603,00	95.406.693,00	460.676.533,00
Benefícios Previdenciários	128.736.541,00	132.803.820,00	204.031.763,00	134.532.158,00	137.226.912,00	737.331.194,00
Demais Despesas Correntes	60.056.779,00	81.217.238,00	101.168.880,00	83.827.027,00	78.388.312,00	404.658.236,00
DESPESAS DE CAPITAL	6.596.423,00	9.245.125,00	115.170.013,00	22.931.382,00	101.434.321,00	255.377.264,00
INVESTIMENTOS	486.872,00	1.331.259,00	2.718.800,00	7.680.208,00	7.089.480,00	19.306.619,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	6.106.334,00	7.908.366,00	12.311.531,00	15.173.237,00	15.806.549,00	57.306.017,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.217,00	5.501,00	100.139.681,00	77.937,00	78.538.291,00	178.764.627,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas (intra-orçamentárias) (IX)	3.837.078,00	4.093.994,00	4.340.546,00	4.496.723,00	4.415.452,00	21.183.793,00
DESPESAS CORRENTES	3.837.077,00	4.091.696,00	4.335.972,00	4.492.084,00	4.410.899,00	21.167.728,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.672.307,00	3.883.875,00	4.101.326,00	4.244.400,00	4.118.171,00	20.020.079,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	164.769,00	207.821,00	234.646,00	247.685,00	292.728,00	1.147.649,00
Demais Despesas Correntes	164.769,00	207.821,00	234.646,00	247.685,00	292.728,00	1.147.649,00
DESPESAS DE CAPITAL	1,00	2.299,00	4.574,00	4.638,00	4.553,00	16.065,00
INVESTIMENTOS	1,00	2.299,00	4.574,00	4.638,00	4.553,00	16.065,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das despesas (X) = (VIII + IX)	378.730.002,00	382.882.415,00	609.269.619,00	491.333.637,00	503.654.918,00	2.365.870.591,00
Amortização da dívida - refinanciamento (XI)	435.917.128,00	261.657.408,00	171.696.426,00	263.379.790,00	323.661.113,00	1.456.311.865,00
Amortização da Dívida Interna	423.196.685,00	260.992.796,00	170.425.524,00	262.964.415,00	323.087.858,00	1.440.667.278,00
Dívida Mobiliária	422.717.330,00	260.169.878,00	168.965.294,00	260.781.155,00	319.700.299,00	1.432.333.956,00
Outras Dívidas	479.354,00	822.918,00	1.460.230,00	2.183.260,00	3.387.559,00	8.333.321,00
Amortização da Dívida Externa	12.720.444,00	664.612,00	1.270.901,00	415.375,00	573.255,00	15.644.587,00
Dívida Mobiliária	11.615.590,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.615.590,00
Outras Dívidas	1.104.854,00	664.612,00	1.270.901,00	415.375,00	573.255,00	4.028.997,00
Subtotal com refinanciamento (XII) = (X + XI)	814.647.131,00	644.539.823,00	780.966.045,00	754.713.427,00	827.316.030,00	3.822.182.456,00
Superávit (XIII)					0,00	
Total (XIV) = (XII + XIII)	814.647.131,00	644.539.823,00	780.966.045,00	754.713.427,00	827.316.030,00	3.822.182.456,00

Fonte: RREO - Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º).

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas

ESTADO

(Continua)

Tabela 13
Balanco Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-out. 2023

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2023					Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	
RECEITAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	10.679.369.124,36	10.397.861.213,26	11.220.222.914,21	14.825.784.957,69	10.905.899.479,69	58.029.137.689,21
RECEITAS CORRENTES	10.619.874.059,13	10.283.836.858,79	11.068.521.230,02	13.937.203.906,51	10.802.843.383,52	56.712.279.437,97
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.721.330.377,83	5.994.670.105,07	5.991.707.751,50	6.398.956.169,80	6.390.094.121,11	30.496.758.525,31
Impostos	5.472.810.702,75	5.616.085.008,16	5.654.704.526,16	6.021.260.314,22	6.009.736.098,67	28.774.596.649,96
Taxas	248.519.675,08	378.585.096,91	337.003.225,34	377.695.855,58	380.358.022,44	1.722.161.875,35
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	570.758.586,33	583.061.810,88	633.010.823,20	634.870.634,99	644.085.424,18	3.065.787.279,58
Contribuições Sociais	570.758.586,33	583.061.810,88	633.010.823,20	634.870.634,99	644.085.424,18	3.065.787.279,58
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0	0		0
RECEITA PATRIMONIAL	221.126.910,57	425.549.857,67	357.229.546,00	351.216.146,51	404.352.382,43	1.759.474.843,18
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	17.120.113,76	16.004.563,23	18.546.458,87	23.756.058,75	17.244.812,67	92.672.007,28
Valores Mobiliários	163.281.007,73	356.212.015,78	302.119.297,37	259.064.643,13	323.381.618,61	1.404.058.582,62
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Exploração de Recursos Naturais	864.317,72	1.115.799,73	1.229.656,16	999.320,94	1.069.901,06	5.278.995,61
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Cessão de Direitos	39.861.471,36	52.214.978,66	35.332.854,80	67.396.123,69	62.655.870,63	257.461.299,14
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	2.500,27	1.278,80	0,00	179,46	3.958,53
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	26.508,00	0,00	-	26.508,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	30.298.564,36	20.673.548,84	49.819.293,16	36.206.034,69	33.174.311,27	170.171.752,32
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	28.399.925,32	19.702.320,51	33.753.165,63	25.866.346,14	28.583.723,63	136.305.481,23
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	96.518,01	75.451,39	78.909,74	129.396,04	46.736,77	427.011,95
Serviços e Atividades Financeiras	268,74	1.734,22	14.258.888,93	8.426.374,52	2.601.718,04	25.288.984,45
Outros Serviços	1.801.852,29	894.042,72	1.728.328,86	1.783.917,99	1.942.132,83	8.150.274,69
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.803.038.406,82	3.013.339.605,60	3.758.243.648,44	6.264.982.450,77	2.983.642.431,46	19.823.246.543,09
Transferências da União e de suas Entidades	3.177.165.242,66	2.423.534.174,58	3.090.543.959,41	5.661.991.991,51	2.409.832.810,29	16.763.068.178,45
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	25.000,00	25.000,00	50.000,00
Transferências de Instituições Privadas	1.486.951,52	2.211.892,20	4.097.333,75	2.117.746,09	3.370.445,38	13.284.368,94
Transferências de Outras Instituições Públicas	624.358.587,64	587.071.545,46	663.545.670,23	600.825.242,59	570.035.897,01	3.045.836.942,93
Transferências do Exterior	27.625,00	521.993,36	26.850,00	0,00	25.658,12	602.126,48
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0	0		0

(Continuação)

Tabela 13

Balanco Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-out. 2023

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2023					Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	29.835,05	22.470,58	352.620,66	404.926,29
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	273.321.213,22	246.541.930,73	278.483.659,72	250.972.469,75	347.494.713,07	1.396.813.986,49
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	31.585.166,00	47.061.902,17	60.844.484,68	54.272.661,18	54.015.527,39	247.779.741,42
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	33.543.195,65	5.507.150,54	27.146.865,29	19.279.121,52	26.390.164,99	111.866.497,99
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	2.066,96	0,00	796,26	1.184,60	722,50	4.770,32
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Demais Receitas Correntes	208.190.784,61	193.972.878,02	190.491.513,49	177.419.502,45	267.088.298,19	1.037.162.976,76
RECEITAS DE CAPITAL	59.495.065,23	114.024.354,47	151.701.684,19	888.581.051,18	103.056.096,17	1.316.858.251,24
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	15.546.192,32	48.307.412,23	688.249.172,85	12.415.424,51	764.518.201,91
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	3.066.192,32	48.307.412,23	671.587.572,85	12.415.424,51	735.376.601,91
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	12.480.000,00	0,00	16.661.600,00	-	29.141.600,00
ALIENAÇÃO DE BENS	1.983.217,63	5.088.260,00	468.869,17	5.391.474,54	645.728,68	13.577.550,02
Alienação de Bens Móveis	1.917.000,00	2.835.760,00	439.981,00	5.074.179,54	486.151,00	10.753.071,54
Alienação de Bens Imóveis	66.217,63	2.252.500,00	28.888,17	317.295,00	159.577,68	2.824.478,48
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	4.272.188,13	4.376.505,11	48.933.708,80	31.464.977,27	30.672.482,98	119.719.862,29
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	14.611.787,51	34.823.043,14	2.735.049,99	119.114.432,80	29.667.386,48	200.951.699,92
Transferências da União e de suas Entidades	14.611.787,51	34.823.043,14	2.735.049,99	119.114.432,80	29.667.386,48	200.951.699,92
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	38.627.871,96	54.190.353,90	51.256.644,00	44.360.993,72	29.655.073,52	218.090.937,10
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Demais Receitas de Capital	38.627.871,96	54.190.353,90	51.256.644,00	44.360.993,72	29.655.073,52	218.090.937,10
RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	412.397.792,34	529.369.344,52	635.865.425,01	624.369.404,75	608.958.458,05	2.810.960.424,67
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	11.091.766.916,70	10.927.230.557,78	11.856.088.339,22	15.450.154.362,44	11.514.857.937,74	60.840.098.113,88
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0	0	0	1	-	1
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Para Refinanciamento da Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Para Refinanciamento da Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00

(Conclusão)

Tabela 13

Balço Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-out. 2023

(R\$ 1,00)

Receita realizada	2023					Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTOS (V) = (III + IV)	11.091.766.916,70	10.927.230.557,78	11.856.088.339,22	15.450.154.362,44	11.514.857.937,74	60.840.098.113,88
DÉFICIT (VI)						
TOTAL (VII) = (V + VI)	11.091.766.916,70	10.927.230.557,78	11.856.088.339,22	15.450.154.362,44	11.514.857.937,74	60.840.098.113,88
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Receita intraorçamentária	2023					Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	412.397.792,34	529.369.344,52	635.865.425,01	624.369.404,75	608.958.458,05	2.810.960.424,67
RECEITAS CORRENTES	412.397.792,34	529.369.344,52	635.865.425,01	624.369.404,75	608.958.458,05	2.810.960.424,67
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	320.205.924,45	396.284.160,92	469.474.555,78	463.958.656,42	445.881.021,98	2.095.804.319,55
Contribuições Sociais	320.205.924,45	396.284.160,92	469.474.555,78	463.958.656,42	445.881.021,98	2.095.804.319,55
RECEITA DE SERVIÇOS	17.980,42	2.447.755,94	8.231.238,48	4.534.640,33	9.157.156,32	24.388.771,49
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	17980,42	64.609,83	857.738,98	2.158.435,58	1.072.533,92	4.171.298,73
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	2.383.146,11	7.373.499,50	2.376.204,75	8.084.622,40	20.217.472,76
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0	0		0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0	0		0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	29835,05	0		29.835,05
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	29835,05	0		29.835,05
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	92.173.887,47	130.637.427,66	158.129.795,70	155.876.108,00	153.920.279,75	690.737.498,58
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0	17842,37	0		17.842,37
Demais Receitas Correntes	92.173.887,47	130.637.427,66	158.111.953,33	155.876.108,00	153.920.279,75	690.719.656,21
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
TOTAL	412.397.792,34	529.369.344,52	635.865.425,01	624.369.404,75	608.958.458,05	2.810.960.424,67

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (2016), RREO - Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "a" do inciso II e §1º).

Elaboração: SEI/Coref.

Tabela 14

Balanco Orçamentário – Despesa – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-out. 2023

Receita executada	2023					Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.311.450.578,39	11.532.587.853,84	11.912.114.174,08	11.932.013.363,37	13.471.412.826,50	57.159.578.796,18
DESPESAS CORRENTES	7.799.581.642,45	9.333.306.156,60	9.936.675.027,84	10.035.544.953,21	11.490.907.381,21	48.596.015.161,31
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.598.711.368,00	4.393.381.881,80	4.944.931.545,89	4.825.750.593,33	5.963.230.861,91	24.726.006.250,93
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	89.544.877,15	288.034.073,52	190.402.979,80	139.831.981,26	423.246.414,22	1.131.060.325,95
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.111.325.397,30	4.651.890.201,28	4.801.340.502,15	5.069.962.378,62	5.104.430.105,08	22.738.948.584,43
Transferências a Municípios	1.613.842.593,03	1.536.170.681,32	1.544.600.146,87	1.679.328.228,20	1.672.944.290,68	8.046.885.940,10
Demais Despesas Correntes	1.497.482.804,27	3.115.719.519,96	3.256.740.355,28	3.390.634.150,42	3.431.485.814,40	14.692.062.644,33
DESPESAS DE CAPITAL	511.868.935,94	2.199.281.697,24	1.975.439.146,24	1.896.468.410,16	1.980.505.445,29	8.563.563.634,87
INVESTIMENTOS	338.658.372,77	1.665.191.630,46	1.645.166.207,11	1.469.266.847,36	1.324.705.424,22	6.442.988.481,92
INVERSÕES FINANCEIRAS	64.912.118,91	113.820.999,72	160.959.607,72	148.494.859,36	215.101.638,76	703.289.224,47
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	108.298.444,26	420.269.067,06	169.313.331,41	278.706.703,44	440.698.382,31	1.417.285.928,48
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	412.594.112,56	529.155.458,21	634.676.249,07	637.779.675,54	643.744.585,47	2.857.950.080,85
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III)=(I + II)	8.724.044.691,00	12.061.743.312,05	12.546.790.423,15	12.569.793.038,91	14.115.157.411,97	60.017.528.877,08
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	8.724.044.690,95	12.061.743.312,05	12.546.790.423,15	12.569.793.038,91	14.115.157.411,97	60.017.528.877,03
SUPERÁVIT (VI)						
TOTAL (VII) = (V + VI)	8.724.044.690,95	12.061.743.312,05	12.546.790.423,15	12.569.793.038,91	14.115.157.411,97	60.017.528.877,03

Receita intraorçamentária	2023					Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	
DESPESAS CORRENTES	412.594.112,56	529.155.458,21	634.676.249,07	637.779.675,54	643.744.585,47	2.857.950.080,85
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	273.224.802,71	347.651.054,86	406.552.108,98	429.119.663,28	446.662.555,15	1.903.210.184,98
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	139.369.309,85	181.504.403,35	228.124.140,09	208.660.012,26	197.082.030,32	954.739.895,87
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
TOTAL	412.594.112,56	529.155.458,21	634.676.249,07	637.779.675,54	643.744.585,47	2.857.950.080,85

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia 2016), RREO - Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "b" do inciso II e §1º) - LEI 9.394/96, Art. 72 - Anexo X.

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Tabela 15
Arrecadação mensal – Bahia Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-dez. 2023-2022

(R\$1,00)

Mês	ICMS		Outras		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Janeiro	2.462.439.434,38	2.950.297.588,33	288.167.206,32	269.191.063,08	2.750.606.640,70	3.219.488.651,41
Fevereiro	2.697.831.920,85	2.762.474.491,83	601.900.250,34	463.992.744,24	3.299.732.171,19	3.226.467.236,07
Março	2.743.643.404,62	3.000.039.764,44	307.309.527,37	261.063.266,85	3.050.952.931,99	3.261.103.031,29
Abril	3.060.445.630,27	2.757.915.934,83	252.450.922,25	217.246.824,40	3.312.896.552,52	2.975.162.759,23
Maiο	2.699.032.370,73	2.721.841.904,19	264.683.442,85	243.810.060,20	2.963.715.813,58	2.965.651.964,39
Junho	3.024.290.047,73	2.956.323.568,48	275.777.334,19	250.454.352,76	3.300.067.381,92	3.206.777.921,24
Julho	3.109.360.845,12	2.820.310.041,39	332.569.251,57	283.480.256,45	3.441.930.096,69	3.103.790.297,84
Agosto	2.912.715.490,15	2.921.620.178,82	351.744.180,93	308.241.077,21	3.264.459.671,08	3.229.861.256,03
Setembro	2.944.040.294,52	2.757.370.368,38	335.490.805,32	304.416.534,56	3.279.531.099,84	3.061.786.902,94
Outubro	3095183092,61	2.819.546.627,53	332.362.340,24	271.818.312,53	3.427.545.432,85	3.091.364.940,06
Novembro		2.635.249.336,75		253.606.074,77		2.888.855.411,52
Dezembro		2.641.262.200,31		300.676.583,08		2.941.938.783,39
Total		33.744.252.005,28		3.427.997.150,13		37.172.249.155,41

Fonte: Sefaz - Relatórios Bimestrais.

Elaboração: SEI.

MUNICÍPIO

(Continua)

Tabela 16

Balanco Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-out. 2023

Receita executada	2023					Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	
RECEITAS(EXCETOINTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	1.841.052.950	1.397.105.799	1.481.609.978	1.737.533.428	1.604.539.885	8.061.842.039
RECEITAS CORRENTES	1.763.550.253	1.365.369.899	1.454.198.311	1.520.488.044	1.499.266.228	7.602.872.735
RECEITA TRIBUTÁRIA	791.943.092	563.534.239	555.746.758	573.756.892	602.768.715	3.087.749.697
Impostos	664.352.415	512.191.417	506.485.207	524.157.807	527.140.761	2.734.327.606
Taxas	127.590.677	51.342.822	49.261.551	49.599.085	75.627.954	353.422.091
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	79.287.549	81.631.586	84.573.057	83.212.110	80.973.999	409.678.302
Contribuições Sociais	37.960.002	39.893.901	41.858.545	41.345.107	41.010.299	202.067.853
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	41.327.547	41.737.685	42.714.512	41.867.003	39.963.701	207.610.449
RECEITA PATRIMONIAL	73.237.332	101.322.713	82.788.965	84.946.045	78.170.562	420.465.617
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	6.083.597	6.261.656	5.224.853	6.391.992	7.740.081	31.702.177
Valores Mobiliários	67.153.053	74.961.198	76.155.483	76.934.296	68.073.103	363.277.134
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0	20.099.347	1.408.084	1.619.273	2.356.810	25.483.514
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	682	513	546	484	568	2.792
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0	0	-	0
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	19.008.071	4.230.493	443.187	303.386	236.565	24.221.701
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	447.373	19.163	254.851	21.939	15.444	758.769
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	181,17	-181,17	0,00	0,00	-	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Outros Serviços	18.560.517	4.211.511	188.336	281.447	221.121	23.462.932
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	800.074.209	609.155.462	701.603.646	731.405.771	711.025.675	3.553.264.763
Transferências da União e de suas Entidades	430.202.862	369.510.868	416.828.824	451.649.501	427.989.913	2.096.181.968
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	186.479.570	129.664.887	159.968.705	165.338.551	166.949.191	808.400.904
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	400,00	0,00	0,00	0,00	-	400,00
Transferências de Instituições Privadas	116.810.310	74.400	613.253	400	366.608	117.864.970
Transferências de Outras Instituições Públicas	0	109.879.527	124.142.580	113.512.093	115.665.935	463.200.135
Transferências do Exterior	75.340,00	0,00	0,00	0,00	-	75.340,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Demais Transferências Correntes	66.505.727	25.779	50.285	905.226	54.028	67.541.045
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	66.505.727	5.495.407	29.042.697	46.863.839	26.090.712	173.998.382
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	19.727.228	14.502.905	14.995.719	19.615.309	18.910.926	87.752.087
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	20.668.360	3.176.443	3.981.419	19.520.779	428.452	47.775.453
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	2.006.308	0	-	2.006.308

(Conclusão)

Tabela 16
Balanco Orçamentário – Receita – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-out. 2023

Receita executada	2023					Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	2.263	0	4.081	1.313	29.422	37.079
Demais Receitas Correntes	26.107.877	-12.183.941	8.055.169	7.726.439	6.721.912	36.427.455
RECEITAS DE CAPITAL	77.502.697	31.735.900	27.411.667	217.045.384	105.273.656	458.969.304
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	55.575.108	949.329	20.200.141	189.685.713	89.769.235	356.179.526
Operações de Crédito - Mercado Interno	723.437	949.329	1.331.914	0	11.504.838	14.509.518
Operações de Crédito - Mercado Externo	54.851.671	0	18.868.227	189.685.713	78.264.397	341.670.009
ALIENAÇÃO DE BENS	226.301	-52.279	0	384.818	925.701	1.484.540
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	7.176,30	10.140,67	17.317
Alienação de Bens Imóveis	226.301	-52.279	0	377.642	915.560	1.467.223
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	13.388.177	11.040.767	450.817	4.316.497	10.919.166	40.115.425
Transferências da União e de suas Entidades	13.388.177	10.047.403	450.817	4.316.497	9.298.680	37.501.574
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	993.364,24	0,00	0,00	-	993.364
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0	0	0	1.620.486	1.620.486
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	8.313.110,92	19.798.083,50	6.760.709,54	22.658.354,74	3.659.554,48	61.189.813
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Demais Receitas de Capital	8.313.110,92	19.798.083,50	6.760.709,54	22.658.354,74	3.659.554,48	61.189.813
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	62.116.213	63.468.876	66.869.502	67.063.293	66.009.680	325.527.564
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	1.903.169.163	1.460.574.674	1.548.479.481	1.804.596.721	1.670.549.564	8.387.369.603
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/ REFINANCIAMENTO (IV)						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	1.903.169.163	1.460.574.674	1.548.479.481	1.804.596.721	1.670.549.564	8.387.369.603
DÉFICIT (VI)						
TOTAL (VII) = (V + VI)	1.903.169.163	1.460.574.674	1.548.479.481	1.804.596.721	1.670.549.564	8.387.369.603

Receita intraorçamentária	2023					Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	
RECEITAS CORRENTES	62.116.213,32	63.468.875,51	66.869.502,20	67.063.292,77	66.009.679,78	192.454.591,03
CONTRIBUIÇÕES	58.909.057,98	60.091.029,98	63.616.392,18	63.789.474,42	63.039.766,18	182.616.480,14
Contribuições Sociais	58.909.057,98	60.091.029,98	63.616.392,18	63.789.474,42	63.039.766,18	182.616.480,14
RECEITA PATRIMONIAL	136.912,02	142.507,21	147.669,67	151.432,25	155.718,45	427.088,90
Demais Receitas Patrimoniais	136.912,02	142.507,21	147.669,67	151.432,25	155.718,45	427.088,90
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.070.243,32	3.235.338,32	3.105.440,35	3.122.386,10	2.814.195,15	9.411.021,99
Demais Receitas Correntes	3.070.243,32	3.235.338,32	3.105.440,35	3.122.386,10	2.814.195,15	9.411.021,99
TOTAL DE RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	62.116.213,32	63.468.875,51	66.869.502,20	67.063.292,77	66.009.679,78	192.454.591,03

Fonte: Secretaria da Fazenda do Município de Salvador (2016/2015), RREO - Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "a" do inciso II e §1º).

Elaboração: SEI/Coref.

Tabela 17

Balanco Orçamentário – Despesa – Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – Jan.-out. 2023

Despesa Liquidada	2023					Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	931.300.201,32	1.508.838.016,20	1.600.345.040,08	1.532.491.385,12	1.748.517.681,55	7.321.492.324,27
DESPESAS CORRENTES	867.020.304,92	1.349.979.591,63	1.375.183.450,74	1.289.117.260,63	1.406.274.156,18	6.287.574.764,10
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	475.338.204,98	490.406.942,37	511.500.880,66	512.478.302,20	512.954.168,83	2.502.678.499,04
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.872.042,15	22.796.282,24	34.248.736,07	10.299.971,26	28.063.720,17	106.280.751,89
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	380.810.057,79	836.776.367,02	829.433.834,01	766.338.987,17	865.256.267,18	3.678.615.513,17
DESPESAS DE CAPITAL	64.279.896,40	158.858.424,57	225.161.589,34	243.374.124,49	342.243.525,37	1.033.917.560,17
INVESTIMENTOS	44.385.293,14	115.044.145,93	144.206.904,41	205.430.349,70	275.082.304,35	784.148.997,53
INVERSÕES FINANCEIRAS	8.313.110,92	27.513.680,38	50.564.961,70	26.717.721,93	47.623.157,69	160.732.632,62
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	11.581.492,34	16.300.598,26	30.389.723,23	11.226.052,86	19.538.063,33	89.035.930,02
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	62.869.843,71	62.715.893,78	66.868.447,18	67.063.292,77	66.009.679,78	325.527.157,22
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III)=(I+II)	994.170.045,03	1.571.553.909,98	1.667.213.487,26	1.599.554.677,89	1.814.527.361,33	7.647.019.481,49
SUPERÁVIT(IV)						
TOTAL (V) = (III + IV)	994.170.045,03	1.571.553.909,98	1.667.213.487,26	1.599.554.677,89	1.814.527.361,33	7.647.019.481

Despesa intraorçamentária	2023					Acumulado
	Jan.-fev.	Mar.-abr.	Maió-jun.	Jul.-ago.	Set.-out.	
DESPESAS CORRENTES	62.516.528,42	62.357.393,05	66.506.070,22	66.700.582,09	65.645.428,88	323.726.002,66
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	62.379.616,40	62.214.885,84	66.358.400,55	66.549.149,84	65.489.710,43	322.991.763,06
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	136.912,02	142.507,21	147.669,67	151.432,25	155.718,45	734.239,60
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	353.315,29	358.500,73	362.376,96	362.710,68	364.250,90	1.801.154,56
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	353.315,29	358.500,73	362.376,96	362.710,68	364.250,90	1.801.154,56
TOTAL	62.869.843,71	62.715.893,78	66.868.447,18	67.063.292,77	66.009.679,78	325.527.157,22

Elaboração: SEI/Coref.

Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), aceita colaborações originais, em português, inglês e espanhol, de artigos sobre conjuntura e planejamento da economia e áreas afins, bem como resenhas de livros inéditos que se enquadrem nestes mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do conselho editorial, instância que decide sobre a publicação.

A editoria da SEI e o comitê editorial reservam-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, dentre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela instituição, constante no Manual de Redação e Estilo da SEI, disponível no site www.sei.ba.gov.br, menu “Publicações”.

Os artigos ou resenhas que não estiverem de acordo com as normas não serão apreciados.

O autor terá direito a um exemplar do periódico em que seu artigo for publicado.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- Artigos e resenhas devem ser enviados, preferencialmente, através do site da revista, opção "Submissão", ou por e-mail (cep@sei.ba.gov.br), para o comitê editorial da C&P.
- Devem ser apresentados em editor de texto de maior difusão (Word), formatados com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12.
- Devem ser assinados, preferencialmente, por, no máximo, três autores.
- É permitido apenas um artigo por autor, exceto no caso de participação como coautor.
- O autor deve incluir, em nota de rodapé, sua identificação, com nome completo, ORCID (Open Researcher and Contributor ID), titulação acadêmica, nome da(s) instituição(ões) a que está vinculado, e-mail, telefone e endereço para correspondência.
- Os artigos devem conter, no mínimo, dez páginas e, no máximo, 15, e as resenhas, no máximo, três páginas.
- Devem vir acompanhados de resumo e abstract contendo de 100 a 250 palavras, ressaltando o objetivo, a metodologia, os principais resultados e a conclusão. Palavras-chave e keywords devem figurar abaixo, separadas por ponto e finalizadas também com ponto. Resumos e abstracts estarão disponíveis na revista eletrônica e não constarão na publicação impressa.
- As tabelas e demais ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) devem estar numeradas consecutivamente, com algarismos arábicos, na ordem em que forem citadas no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e localizadas o mais próximo possível do trecho a que se referem.
- As ilustrações de qualquer tipo devem estar acompanhadas dos originais. As fotografias devem apresentar resolução de 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas na extensão TIFF.
- As notas de rodapé devem ser explicativas ou complementares, curtas, numeradas em ordem sequencial, no corpo do texto e na mesma página em que forem citadas.
- As citações de até três linhas devem estar entre aspas, na sequência do texto. As citações com mais de três linhas devem constar em parágrafo próprio, com recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT).

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu “Publicações”.



SUPERINTENDÊNCIA
DE ESTUDOS ECONÔMICOS
E SOCIAIS DA BAHIA



SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO

ISSN 1413-1536



9 771413 153607